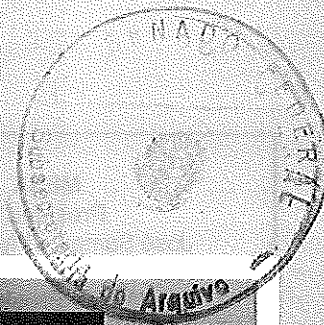




República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO L - Nº 007    QUARTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 1995    BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p><b>MESA</b>  <b>Presidente</b>  José Samey – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b>  Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b>  Júlio Campos – PFL – MT</p> <p><b>1º Secretário</b>  Odacir Soares – PFL – RO</p> <p><b>2º Secretário</b>  Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p><b>3º Secretário</b>  Levy Dias – PPR – MS</p> <p><b>4º Secretário</b>  Emandes Amorim – PDT – RO</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b>  Antonio Carlos Valadares – PP – SE  José Eduardo Dutra – PT – SE  Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR  Ney Suassuna – PMDB – PB</p> <p><b>CORREGEDOR</b>  (Eleito em 16-3-95)  Romeu Tuma – SP</p> <p><b>CORREGEDORES SUBSTITUTOS</b>  (Eleitos em 16-3-95)  1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS  2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE  3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b>  <b>Líder</b>  Elcio Alvares – PFL – ES</p>	<p><b>Vice-Líderes</b>  José Roberto Arruda – PSDB – DF  Wilson Kleinübing – PFL – SC  Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB</b>  <b>Líder</b>  Jáder Barbalho</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Ronaldo Cunha Lima  Nabor Júnior  Gerson Camata  Carlos Bezerra  Ney Suassuna  Gilvan Borges  Fernando Bezerra  Gilberto Miranda</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL</b>  <b>Líder</b>  Hugo Napoleão</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Edison Lobão  Francelino Pereira</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB</b>  <b>Líder</b>  Sérgio Machado</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Geraldo Melo  José Ignácio Ferreira  Lúdio Coelho</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPR</b>  <b>Líder</b>  Epitácio Cafeteira</p>	<p><b>Vice-Líderes</b>  Leomar Quintanilha  Esperidião Amin</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT</b>  <b>Líder</b>  Júnia Marise</p> <p><b>LIDERANÇA DO PP</b>  <b>Líder</b>  Bernardo Cabral</p> <p><b>Vice-Líder</b>  João França</p> <p><b>LIDERANÇA DO PT</b>  <b>Líder</b>  Eduardo Suplicy</p> <p><b>Vice-Líder</b>  Benedita da Silva</p> <p><b>LIDERANÇA DO PTB</b>  <b>Líder</b>  Valmir Campelo</p> <p><b>Vice-Líderes</b>  Arlindo Porto</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS</b>  <b>Líder</b>  Roberto Freire</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSB</b>  <b>Líder</b>  Ademir Andrade</p>
---	---	---

<b>EXPEDIENTE</b>		
<p><b>AGACIEL DA SILVA MAIA</b>  Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>CLAUDIONOR MOURA NUNES</b>  Diretor Executivo do Cegraf</p> <p><b>JÚLIO WERNER PEDROSA</b>  Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p><b>RAIMUNDO CARREIRO SILVA</b>  Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>MANOEL MENDES ROCHA</b>  Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p><b>DENISE ORTEGA DE BAERE</b>  Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p><b>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</b>  Impresso sob a responsabilidade da  Presidência do Senado Federal  (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – RESOLUÇÃO</b>	
Nº 51, de 1995, que autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW, com o aval da União, no valor de R\$ 9.396.495,00 (nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), equivalentes a DM15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães) em 1º de julho de 1994, e a conceder contragarantia.....	00762
<b>2 – ATA DA 166ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1995</b>	
<b>2.1 – ABERTURA</b>	
<b>2.2 – EXPEDIENTE</b>	
<b>2.2.1 – Aviso de Ministro de Estado</b>	
Nº 1.409, de 1995, de 4 do corrente, do Ministro da Justiça, referente ao Requerimento nº 927, de 1995, de informações, do Senador Lúcio Alcântara.....	00763
<b>2.2.2 – Ofício de Ministro de Estado</b>	
Nº 789, de 1995, de 6 do corrente, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 1.041, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda.....	00764
<b>2.2.3 – Ofícios do 1º Secretário da Câmara dos Deputados</b>	
Nº 312, de 1995, de 9 do corrente, comunicando o arquivamento do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1989 (nº 1.076/88, naquela Casa), que dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na Administração Pública e dá outras providências.....	00764
Nº 313, de 1995, de 9 do corrente, comunicando o arquivamento da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1993 (nº 1.898/91, naquela Casa), que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. ....	00764
<b>2.2.4 – Pareceres</b>	
<b>Referentes à seguinte matéria:</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1993 (nº 824-D, de 1991, na Casa de origem), que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. ....	00764
<b>2.2.5 – Comunicações da Presidência</b>	
Abertura de prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1993 (nº 824-D, de 1991, na Casa de origem), cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	00764
<b>Rejeição pela Comissão de Assuntos Econômicos das Emendas nºs 148 a 159, 162, 165, 167 a 169, 235, 237 e 238 oferecidas ao PLC nº 115/93, que serão consideradas inexistentes quando da tramitação do projeto em plenário, nos termos regimentais. ....</b>	00764
<b>2.2.6 – Ofícios</b>	
Nº 771/95, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.144/95. ....	00764
Nº 1.648/95, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membro na Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.135, de 1995. ....	00764
<b>2.2.7 – Comunicação da Presidência</b>	
– Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa. ....	00764
<b>2.2.8 – Discursos do Expediente</b>	
<b>SENADORA BENEDITA DA SILVA</b> – Quadro dramático da situação dos meninos e meninas pobres de nosso País, a propósito da Semana da Criança. ....	00764
<b>SENADOR BERNARDO CABRAL</b> – Registrando a visita ao Senado do Presidente do Vietnã e do Ministro das Relações Exteriores da África do Sul. A problemática dos conflitos de terra e a necessidade da reforma agrária no território nacional.....	00772
<b>SENADOR JOEL DE HOLLANDA</b> – 53 anos do Banorte. ....	00777
<b>SENADOR VALMIR CAMPELO</b> – Mudanças na declaração do Imposto de Renda, com a introdução do desconto padrão de 20%. ....	00778
<b>SENADOR JONAS PINHEIRO</b> – Endividamento dos produtores rurais em face da quebra nos preços de seus produtos. Apelo ao Governador do Mato Grosso, Sr. Dante de Oliveira, no sentido da reavaliação da desativação do Centro de Treinamento da Emater, em Mato Grosso.....	00779
<b>SENADOR HUMBERTO LUCENA</b> – Defesa da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/95, de iniciativa de S. Exa., que prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte.....	00782
<b>SENADOR JOSÉ ALVES</b> – Relatório da missão confiada a S. Exa. no exterior, no papel	

de observador da "Cúpula das Américas", promovida pela Organização Pan-Americana de Saúde, e realizada nos dias 29 e 30 de setembro p.p. na cidade de Washington. Protesto contra o fechamento do Pronto-Socorro da Fundação Beneficente do Hospital de Cirurgia de Aracaju (SE). .... 00784

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Dificuldades financeiras dos Estados periféricos, focalizadas na sessão de ontem pelo Senador Bernardo Cabral. Preocupação com a nova política de incentivos fiscais, pretendendo instituir o ICMS diferenciado. Situação caótica das universidades federais, em particular da Universidade Federal de Mato Grosso. .... 00788

SENADORA MARINÁ SILVA – Expectativa otimista na questão indígena brasileira, graças à presença do Professor Márcio Santilli na Presidência da Funai. .... 00791

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Indignação pelo descaso do governo à grave crise econômica e social que assola o Estado do Rio Grande do Sul. Ociosidade na indústria gaúcha. Quebra na agricultura e na pecuária do Estado. ... 00792

SENADOR MAURO MIRANDA – Lamentando a perda da agilidade do Banco do Brasil, no Estado de Goiás, na concessão de crédito aos agricultores. .... 00795

SENADOR JOSÉ BIANCO – Preocupações de S. Exa. com a postura administrativa do governo de Rondônia, que poderá multiplicar os graves problemas sociais no Estado. .... 00796

SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Regozijo pela implantação do Programa Nacional de Transporte Escolar no Vale do Jequitinhonha. .... 00799

## 2.2.9 – Requerimentos

Nº 1.323, de 1995, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando ao Banco do Brasil S.A., por intermédio do Ministério da Fazenda, informações que menciona. .... 00800

Nº 1.324, de 1995, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando ao Ministério da Fazenda informações que menciona. .... 00800

## 2.3 – ENCERRAMENTO

## 3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 165ª Sessão Não-Deliberativa, realizada em 9 de outubro de 1995. (Publicada no Diário do Senado Federal, de 10 de outubro de 1995.) ..... 00801

## 4 – ATAS DE COMISSÃO

11ª a 15ª Reuniões (extraordinárias), da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, realizadas em 6, 20 e 28 de junho, 16 e 23 de agosto de 1995, respectivamente. .... 00801

## 5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 710 a 715, de 1995 ..... 00823

## 6 – MESA DIRETORA

## 7 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS

## 8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

## 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## 11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 51, DE 1995

Autoriza o Estado de Pernambuco a contratar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW, com o aval da União, no valor de R\$ 9.396.495,00 (nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), equivalentes a DM 15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães) em 1º de julho de 1994, e a conceder contragarantia.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Pernambuco autorizado, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, a contratar operação de crédito externo junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau-KfW, no valor de R\$ 9.396.495,00 (nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), equivalentes a DM 15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães) em 1º de julho de 1994.

§ 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito externo referida neste artigo.

§ 2º É o Estado de Pernambuco autorizado a conceder contragarantia à União, nos termos do art. 2º da Lei Estadual nº 10.831, de 3 de dezembro de 1992.



§ 3º A operação de crédito externo autorizada destina-se ao financiamento parcial do Programa de Melhoramento do Saneamento Básico do Estado de Pernambuco, a ser executado pela Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA.

Art. 2º A operação de crédito realizar-se-á sob as seguintes condições:

a) valor pretendido: R\$ 9.396.495,00 (nove milhões, trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e noventa e cinco reais), equivalentes a DM 15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães), em 1º de julho de 1994, sendo:

I - R\$ 8.143.629,00 (oito milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e vinte e nove reais), equivalentes a DM 13.000.000,00 (treze milhões de marcos alemães), a título de empréstimo; e

II - R\$ 1.252.866,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis reais), equivalentes a DM 2.000.000,00 (dois milhões de marcos alemães), a título de contribuição financeira, não amortizável, a não ser nos casos previstos no item 5.3. da minuta do contrato;

b) juros: 2,0% a.a. (dois por cento ao ano), fixos;

c) **commitment fee**: 0,25% a.a. (zero vírgula vinte e cinco por cento ao ano), contados a partir de 3 meses da data da assinatura do contrato;

d) juros de mora: (sobre o principal e juros): 3% a.a. (três por cento ao ano) acima da taxa de desconto do Deutsche Bundesbank;

e) contragarantia: as definidas no art. 2º, da Lei Estadual nº 10.831, de 3 de dezembro de 1992, que autorizou a operação;

f) garantidor: República Federativa do Brasil;

g) destinação dos recursos: Programa de Melhoramento do Saneamento do Estado de Pernambuco;

h) condições de pagamento:

- do principal: em quarenta parcelas semestrais, iguais e consecutivas, no valor de DM 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil marcos alemães) cada uma, vencendo-se a primeira dez anos após a assinatura do contrato;

- dos juros: semestralmente vencidos, em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano;

- da **commitment fee**: semestralmente vencidas, em 30 de junho e 30 de dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela juntamente com os juros.

Art. 3º A autorização deve ser exercida no prazo de quinhentos e quarenta dias contados da data de publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 10 de outubro de 1995.

– Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal.

## Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 10 de outubro de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: José Sarney, Júlio Campos, Mauro Miranda,  
Valmir Campelo, Joel de Hollanda e Emília Fernandes

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

### EXPEDIENTE

### AVISO

### DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 1.409/95, de 4 do corrente, do Ministro da Justiça, referente ao Requerimento nº 927, de 1995, de informações, do Senador Lúcio Alcântara.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

### OFÍCIO

### DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 789, de 6 do corrente, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 1.041, de 1995, de informações, do Senador Gilberto Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

## OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 312/95, de 9 do corrente, comunicando o arquivamento do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1989 (nº 1.076/88, naquela Casa), que dispõe sobre a admissão de portadores de deficiência física na Administração Pública e dá outras providências:

(Projeto enviado à sanção em 9-10-95)

e

Nº 313/95, de 9 do corrente, comunicando o arquivamento da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 180, de 1993 (nº 1.898/91, naquela Casa), que dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências".

(Projeto enviado à sanção em 9-10-95)

## PARECERES

Pareceres nºs 654 e 655, de 1995, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1993 (nº 824/91, na Casa de origem), que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial

(\*) – Parecer nº 654, de 1995. Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(\*) – Parecer nº 655, de 1995. Da Comissão de Assuntos Econômicos.

(\*) – Serão Publicados em Suplemento à presente Edição

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - O Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1993 (nº 824-D, de 1991, na Casa de origem), cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficará sobre a Mesa, durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

A Presidência esclarece aos Senhores Senadores que a Comissão de Assuntos Econômicos, no parecer proferido sobre a matéria, rejeitou as emendas nºs 148 a 159, 162, 165, 167 a 169, 235, 237 e 238, todas apresentadas por membros daquela Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 122 do Regimento Interno. Tendo em vista o que dispõe o art. 124, item 1, da Lei Interna, as referidas

emendas serão consideradas inexistentes quando da tramitação do Projeto em Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes:

OF/GAB//Nº 771

Brasília, 10 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência indicação do Deputado Hélio Rosas para integrar, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.144, de 29 de setembro de 1995, em substituição ao Deputado Carlos Nelson.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Michel Temer**, Líder do PMDB.

OF. PSDB//Nº 1.648/95

Brasília, 10 de outubro de 1995

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição do deputado José Aníbal, pelo Deputado Leônidas Cristino, como membro titular, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.135/95.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência manifestações de elevada estima e apreço. – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Serão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de mensagens presidenciais.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. S. Exª dispõe de vinte minutos.

**A SRª BENEDITA DA SILVA** (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, teremos, depois de amanhã, dia 12 de outubro, feriado nacional. O dia 12 de outubro é o Dia da Criança. Nessa data, haverá várias manifestações e comemorações, principalmente para as crianças cujas famílias podem levá-las ao parque, comprar brinquedos. Mas sabemos que todo dia é dia da criança, todo dia é dia do adolescente.

Venho a esta tribuna, conhecendo, como conheço, a situação do País, por conta dessa semana da criança, que vai ser comemorada em todo o Brasil.

Relato o quadro geral, que considero sombrio, da realidade dos meninos e meninas do Brasil: sua marca registrada é a pobreza, a miséria, o que é motivo da nossa inquietação.

A Organização Mundial da Saúde aponta o Brasil como um dos países com o maior índice de mortalidade infantil, com 32,5% de mortes por 1.000 nascidos. Em cada 100 crianças que se matriculam no primeiro grau, apenas 22 chegam à oitava série. A evasão escolar no Brasil, segundo relatório da UNICEF, é superada apenas por dois países: Guiné Bissau e Haiti. Trinta por cento das crianças com menos de 5 anos apresentam algum tipo de desnutrição. Portanto, são seis milhões de crianças que não se alimentam de forma adequada. Mais de um milhão e meio de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão fora da escola. No grupo de 15 a 17 anos, a proporção dos adolescentes fora da escola atinge 61%. Nove milhões de crianças entre 10 e 14 anos vivem em situação de pobreza.

Esse quadro de abandono a que estão relegadas nossas crianças e adolescentes reproduz uma outra situação, igualmente estereotipada: crianças vítimas de maus-tratos, espancamentos, negligências e abandono. Levantamento realizado na cidade de Fortaleza, por exemplo, revela que os parentes - pais, irmãos e avós - são os principais agressores dessas crianças. Portanto, na estrutura familiar isso também acontece. É um aspecto importante para ser lembrado nessa data.

Sabemos que isso acontece também por conta da pressão que essas famílias sofrem pelo desemprego. Muitos pais dividem com as crianças a responsabilidade pelo sustento da família. Segundo pesquisas que temos em mãos, crianças e adolescentes - não apenas em Fortaleza - estão trabalhando como escravos, sem remuneração e em condições péssimas de atendimento e de prevenção à sua saúde.

O trabalho infantil é uma realidade no País. O trabalho infantil é um fenômeno em expansão no mundo inteiro e está tirando da criança a oportunidade e a possibilidade de sonhar e de ser criança.

No Brasil, começa-se a trabalhar cada vez mais cedo: aos seis, sete, oito anos de idade. O que me espanta, Srs. Senadores, é que tive uma vida exatamente assim, e as coisas não mudaram. Aos cinco anos de idade, eu, menina de rua, já estava lá, trabalhando. Parece que é mentira, mas não posso aceitar o fato de que, em 1995, ocupando a tribuna,

eu esteja lendo os dados de um levantamento segundo o qual temos crianças entre seis, sete e oito anos de idade que fazem o papel de chefes de família. Estou com cinquenta e três anos, já se passaram quarenta e oito anos, e não é possível que ainda possamos constatar fatos como esse.

**O Sr. Jefferson Peres** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jefferson Peres** - Senadora Benedita da Silva, ouço, com a maior atenção, o seu pronunciamento, porque aborda tema realmente crucial para este País. V. Ex<sup>a</sup> **en passant** mencionou algo muito relevante. No fundo, Senadora, o problema do menor no Brasil é o problema do adulto: é a desagregação dos lares pela miséria. Isso expõe os lares as crianças, até com a convivência dos pais, porque elas têm que sair cedo para complementar a renda familiar; caso contrário, não sobrevivem. Ainda que os pais quisessem impedi-las, não, poderiam. Se eles não têm para dar a essas crianças o mínimo para satisfazer as necessidades básicas, evidentemente que os pais perdem completamente a autoridade sobre elas. Isso é altamente preocupante, porque é um problema social de fundo, e, se não começar a ser solucionado, realmente é de se perguntar: o que será deste País amanhã, Senadora?

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** - Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que temos um Estatuto da Criança e do Adolescente que até hoje não foi aplicado; e, quando se comenta sobre ele, faz-se com uma outra violência: "Não, querem é pegar esses pivetes, que são marginais, querem é pegar essas crianças que estão nos agredindo e dar pão-de-ló para elas. Tem é que botar para trabalhar! Tem é que fazer isso, ou tem é que fazer aquilo. Não se pode mais punir esses marginais, esses assassinos, esses criminosos com esse Estatuto da Criança e do Adolescente".

É isso o que estamos vendo, Senador. V. Ex<sup>a</sup>, no aparte, fala exatamente de uma preocupação maior, que é o amparo aos pais dessas crianças para impedir que elas cheguem às ruas. Isso é o que está faltando, e está também associado a uma política de desemprego. Precisamos empregar, precisamos dar salários.

V. Ex<sup>a</sup> sabe que está acontecendo o Encontro Nacional de Trabalhadores Mirins. São 3 milhões de crianças e adolescentes que trabalham, alguns sem remuneração, outros trabalhando mais de 40 horas semanais, outros sem alimentação, em locais insalu-

bres como minas e carvoarias - inclusive já fizemos denúncias a respeito disso; há ainda os que vendem o corpo para se alimentar. É a prostituição infanto-juvenil.

Não estamos vendo, Sr. Presidente, uma associação entre os investimentos sociais que temos hoje e a educação. A escola é o maior e o primeiro instrumento de que o indivíduo deve dispor; no entanto, a nossa educação está desassociada dessa necessidade social, dessa necessidade humana que é o conhecimento, também um instrumento para que o cidadão possa galgar gradativamente a sua chamada escala do sucesso, e, assim, contribuir com o seu conhecimento na disputa, no mercado de trabalho, por melhores condições de trabalho e de salário.

Então, sabemos que as nossas crianças pobres não existem, não têm infância, não têm a sua brincadeira, a sua fantasia, os seus sonhos.

**O Sr. Jefferson Peres** - O mais preocupante, Sr<sup>a</sup> Senadora, é a reprodução da miséria. Elas saem do lar e vão para as ruas ganhar a vida com 7, 8 ou 9 anos de idade; por isso, não vão à escola ou saem da escola; por isso, não se educam, não se qualificam. Amanhã, serão marginalizadas, serão peões de obra, enfim, ocuparão funções menos qualificadas na sociedade. Isso representa a perpetuação da miséria.

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** - Tem razão V. Ex<sup>a</sup>, até porque hoje estamos em uma outra época. Lembro-me, Senador, não gosto de ficar voltando ao passado, mas são exemplos que são interessantes trazer para cá -, que, no meu tempo, pelo menos fiz o curso primário. Apesar de estar trabalhando na rua, apesar de viver em condição de miserabilidade, garanti a escola naquele momento.

Hoje, para que os pais possam garantir as crianças em casa, elas não têm que ir para a escola, elas têm que trabalhar na rua, porque os pais não podem sustentá-las. Quando era Vice-Presidente da CPI que investigou a prostituição infanto-juvenil, lembro-me de que aquelas meninas com quem falamos tinham um sonho. Nas investigações feitas, elas diziam: "Não posso ver o meu irmão com fome". Elas se consideravam adultas, maiores, com a responsabilidade de buscar o alimento.

Desta tribuna, já comentei sobre a resposta de uma dessas meninas quando lhe perguntamos o motivo que a tinha levado a entrar naquela vida. Lógico que nós sabíamos de antemão, mas gostaríamos de ter o testemunho daquela menina. Foi muito duro ouvi-la dizer: "Fui para essa vida quando perdemos a última criação que tínhamos no quintal. E eu atirei-me nos braços de um homem como quem se

atira debaixo de um trem". Para ela não havia mais esperança! E ela era uma menina!

É duro vermos, nas ruas das nossas cidades, meninas com suas crianças no colo. São um brinquito nas mãos delas, que, na realidade, também são crianças.

Não podemos, portanto, de forma alguma, concordar em que elas não tenham seus sonhos, em que elas não tenham suas fantasias. E isso não é apenas uma questão emocional, é uma realidade que estamos enfrentando.

É preciso mesmo, nessa campanha que estamos fazendo na Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, que possamos bater às portas dos Ministérios, que possamos ouvir do Governo Federal que vai, realmente, reagir diante dessa situação. E nós estaremos lá para apoiá-lo nessa sua iniciativa, porque a situação é realmente terrível.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senadora Benedita da Silva?

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Bernardo Cabral.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Benedita da Silva, menos para interrompê-la do que para dar um testemunho. Acompanhei o trabalho de V. Ex<sup>a</sup> como Constituinte ao longo de dezenove meses seguidos. Aquela altura, V. Ex<sup>a</sup> demonstrava sua preocupação com o menor abandonado, com a criança carente, temas que V. Ex<sup>a</sup> desenvolveu ao longo de todo o exercício de seu mandato. Talvez poucos, muitos poucos, neste Parlamento, tenham a credibilidade para falar num assunto tão difícil - apesar de ser menor, o assunto é dos maiores - quanto V. Ex<sup>a</sup>. Ainda há pouco, V. Ex<sup>a</sup> registrava a sua meninice, o fato de ter conseguido completar o primário, apesar das dificuldades; mas V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Benedita da Silva, dispõe de um diploma maior, que lhe foi conferido pela universidade da vida. Foi através dela, do seu sofrimento, da sua caminhada, das suas dificuldades, do carrossel das decepções em que passou que V. Ex<sup>a</sup> chegou até esta tribuna. E hoje, às vésperas do Dia da Criança, V. Ex<sup>a</sup> aborda esse tema com aquilo que mais engrandece o político, a credibilidade. V. Ex<sup>a</sup> não ocupa a tribuna para fazer cena num discurso previamente preparado, como se fossem passos de dança devidamente entre os seus colegas combinados. Não. Nem pela manhã, quando V. Ex<sup>a</sup> esteve comigo, ressaltou que ia ocupar a tribuna para um assunto desta magnitude. Quero fazer um ponto de referência na criança Benedita de ontem, para me fixar na Senadora Benedita da Silva de hoje. As premissas do

passado de V. Ex<sup>a</sup> a credenciam, Senadora Benedita da Silva, para falar no assunto com a seriedade e a magnitude que o tema reclama, e, sobretudo, para dizer que, na tribuna do Senado, há uma pessoa que, tendo sido criança sofredora de ontem, é hoje a defensora de todas elas. Meus parabéns!

**A SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA** - Obrigada, Senador. Eu ainda não consegui desassociar essa minha emoção política da emoção humana. E, no dia em que isso acontecer, é evidente que não mais poderei corresponder ao que V. Ex<sup>a</sup> acabou de dizer. Realmente, estou nesta tribuna imbuída de uma vontade política, mas, sobretudo, com uma carga emocional muito grande, até porque tenho orgulho de poder estar aqui, apesar do que passei. Estou aqui porque sou uma testemunha viva de que, se houver uma oportunidade - que a mim foi dada, com todos os sacrifícios -, provavelmente não teremos mais Beneditas da Silva da vida em nenhum Senado desta República falando a respeito dessa situação, a não ser para dizer que as nossas crianças são crianças. Porque até nisso, Senador Bernardo Cabral, há uma diferença; "criança" é uma denominação dada para aqueles que podem comer, beber, ir à escola, ser vistos por outras pessoas; os outros são "menores", que estão nas ruas batendo carteira, pedindo esmolas, na mendicância. Estes são os menores; as crianças são outras.

É muito séria essa situação para que dela fizéssemos uso, neste momento, apenas para uma projeção política. Tenho absoluta certeza - e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso - de que não apenas eu, mas muitos têm contribuído para melhorar a situação dessas crianças. Lembro-me de que V. Ex<sup>a</sup>, Senador Bernardo Cabral, na Assembléia Nacional Constituinte, como nosso grande Relator, foi capaz de acatar todas as reivindicações que os movimentos trouxeram e que constam da nossa Constituição. Como desdobramento, criamos o Estatuto da Criança e do Adolescente e temos o Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem feito um trabalho, mas não tem tido a repercussão correspondente às frases, aos artigos e aos parágrafos da nossa Constituição.

Por isso, estou aqui, falando sobre a situação dessas crianças e adolescentes, que, desde muito jovens, iniciam-se na prostituição. Temos a Casa de Passagem do Recife, que retrata perfeitamente essa situação e que realiza um excelente trabalho. A prática cotidiana da Casa de Passagem junto às mulheres e meninas informava que 45% das prostitutas tinham menos de 20 anos. Em 1994, esse percentual

passou para 75%. Não podemos conviver com esse absurdo!

Outro grave problema da exploração humana é a chamada "indústria do pornoturismo". Queremos e devemos estimular o turismo em nosso País, mas o que estamos vendo crescer é essa indústria do "pornoturismo". Essa modalidade de exploração sexual está centrada nos pólos de turismo brasileiros, especialmente nas cidades do Nordeste.

Não podemos conviver também com o extermínio de meninos e meninas de rua. Temos certeza de que haverá uma ação mais rígida para darmos fim a esse ciclo de terrores da violência, dos assassinatos de crianças e adolescentes.

Não podemos concordar que o nosso País esteja sendo apontado pela ONU - dados do UNICEF - como o mais violento, tanto na questão do abandono quanto na da violência contra as crianças e adolescentes.

Passaria a tarde inteira falando a respeito desse assunto. Tenho aqui meu discurso, que não foi todo desenvolvido, o qual gostaria, para registro, que constasse na íntegra. É importante garantirmos os direitos dessas crianças.

Finalizando, Sr. Presidente, quero apenas enfatizar que a Frente Parlamentar em Defesa da Criança teve um encontro com a Primeira-Dama, D. Ruth Cardoso, quando tratamos de vários projetos com respeito à prostituição, ao trabalho escravo, ao trabalho não remunerado ou mal remunerado e às condições de trabalho. E vimos a necessidade - este é o apelo que faço a esta Casa - de que, no Orçamento, possamos garantir as rubricas para essa ação de esforços entre os Poderes, estendendo essa articulação para todos os lados, para que possamos compartilhar essa responsabilidade e garantirmos que o Governo Federal tenha verba suficiente para o implemento dessa política, tendo o Poder Legislativo como fiscalizador, para que possamos dar um basta, como já disse, a esse ciclo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SR<sup>a</sup> BENEDITA DA SILVA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO:**

**A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES BRASILEIROS**

O Brasil de hoje convive com índices alarmantes de degradação humana, consequência do cada vez mais baixo e inaceitável padrão sócio-econômico da maioria dos brasileiros. Estudos do Banco Mundial indicam que 40% da população brasileira vivem em situação de pobreza, com renda *per capita*



inferior a 60 dólares, convivendo diariamente com a fome, a miséria, desemprego, falta de acesso aos serviços básicos de saúde e educação, habitação e saneamento. Apenas 10% da população desfruta de padrões de qualidade de vida de Primeiro Mundo.

Outros dados revelam que vivem no País cerca de 42 milhões de pobres e 16 milhões de indigentes, com renda **per capita** mensal inferior a um quarto do salário mínimo. O relatório do Banco Mundial aponta, pois, o Brasil como campeão mundial da desigualdade social. Nenhum país do mundo é mais injusto do que o nosso, pois milhões de brasileiros vivem em absoluta miséria e ignorância.

Estas estatísticas dão uma visão nítida da dimensão e complexidade da situação da pobreza no Brasil e do processo de exclusão social dela decorrente. E o resultado mais cruel dessa triste realidade atinge nossas *crianças e adolescentes*, que integram esse contingente de miseráveis. Excluídos dos seus direitos elementares, como casa, comida, educação, saúde, lazer, vivendo em ambientes onde falta tudo, estas crianças e estes adolescentes procuram, muitas vezes, nas ruas o refúgio contra a fome e a violência de que são vítimas, às vezes em seus próprios lares.

Nos últimos anos a desigualdade econômica cresceu e, na mesma medida, aumenta cada vez mais o índice de crianças empobrecidas. As rápidas transformações sociais (industrialização e urbanização) são apontadas como causas diretas. O êxodo rural tem como consequência o inchaço das cidades, para as quais um imenso número de famílias vão em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Também tem contribuído para esse quadro as injustas relações de trabalho destinadas aos pais dessas crianças, com baixos salários, desemprego e recessão, que leva à pauperização e à fome, empurrando mais crianças para as ruas, seja para o trabalho precoce ou simplesmente para fugir da miséria de seus lares. A título de esclarecimento: o Brasil é um dos campeões mundiais de concentração de renda. Bate recordes em níveis de pobreza, como já foi dito aqui, ficando com o 3º lugar entre os mais pobres do mundo, perdendo apenas para Honduras (1º lugar) e Serra Leoa (2º lugar). Cada vez mais se confirma a máxima de que "se há ricos cada vez mais ricos, isso se dá às custas de pobres cada vez mais pobres".

Aproveitando-se a Semana da Criança, comemorada em todo o País, eis o relato do quadro geral e sombrio da realidade dos meninos e meninas do Brasil, quadro este que tem como marca registrada

a pobreza e miséria da infância brasileira, o que, infelizmente, é motivo de inquietação de todos nós, traduzido nos seguintes dados:

- \* A Organização Mundial da Saúde aponta o Brasil como um dos países com maior índice de mortalidade infantil, com 32,5 mortes por mil nascidos.

- \* De cada 100 crianças que se matriculam no primeiro grau, apenas 22 chegam à 8ª série. A evasão escolar no Brasil segundo relatório da Unicef, é superada apenas por 2 países: Guiné Bissau e Haiti.

- \* 30% das crianças com menos de cinco anos apresentam algum tipo de desnutrição, num total de 6 milhões de crianças que não se alimentam de forma adequada.

- \* 1.6 milhões de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão fora da escola. No grupo de 15 a 17 anos a proporção dos adolescentes fora da escola atinge 61% nesta faixa etária.

- \* 9 milhões de crianças entre 10 e 14 anos vivem em situação de pobreza.

Este quadro de abandono a que estão relegadas nossas crianças e adolescentes (re)produz outros, igualmente estarrecedores:

### 1. Crianças vítimas de maus-tratos:

Os maus tratos, os espancamentos, a negligência e o abandono são formas comuns de violência por parte da família. Levantamentos realizados com meninos e meninas de rua da cidade de Fortaleza, por exemplo, revelam que os parentes (pais, irmãos, avós) são os principais agressores. Pressionados pelo desemprego, muitos pais dividem com as crianças as responsabilidades pelo sustento da família. Pesquisa realizada com crianças e adolescentes também em Fortaleza constata que 60% dos entrevistados apontam a necessidade de trabalhar como o principal motivo para ir às ruas como forma de ajudar suas famílias.

### 2. Trabalho infantil:

O trabalho infantil é um fenômeno em expansão no mundo inteiro, que rouba a possibilidade de meninos e meninas sonharem e serem crianças. No Brasil, as crianças começam a trabalhar cada vez mais cedo, aos 6, 7, 8 anos de idade. Em muitos casos, se vê obrigada a assumir o papel de "chefe de família", em função do desemprego dos pais ou na ausência destes.

Em quase toda família brasileira encontramos casos de um pai ou mãe, um avô, uma irmã ou irmão mais velho que começou a trabalhar cedo. A Organização Internacional do Trabalho já declarou que: "É difícil encontrar no Brasil uma mercadoria que na cadeia produtiva não tenha por trás a marca da mão de uma criança".

Para as crianças pobres não existe infância, com suas brincadeiras, fantasias e sonhos. No Brasil, o que existe são crianças sem infância, que representam a alarmante cifra de 7,5 milhões de crianças trabalhadoras, sendo que 3 milhões com idades entre 10 e 14 anos e 4,5 milhões entre 14 e 17 anos.

As estatísticas são impressionantes:

- \* 1.280 crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, trabalham na agricultura, sendo que mais de 59% trabalham mais de 40 horas semanais;

- \* 57,8% não são remuneradas pelo seu trabalho (o pagamento está embutido na remuneração dos pais);

- \* 67,1% dos que estão entre 15 e 17 anos trabalham sem carteira assinada;

- \* 1.400 crianças que trabalham têm menos de 4 anos de instrução escolar;

Em plena "era da modernidade", a dura rotina de crianças trabalhadoras – como nas carvoarias, onde cumprem jornadas de trabalho de até 14 horas ao dia – é a forma moderna de escravidão, o novo método de exploração que utiliza mão-de-obra barata e numerosa.

Diante dessa situação, é bom lembrar aos que propõem a desconstitucionalização dos direitos sociais assegurados pela Constituição de 1988, por considerá-los protecionistas, que "os ventos da democracia" não chegaram sequer a soprar sobre um enorme contingente de excluídos, pois tais garantias não passam apenas de aspirações para um sem número de trabalhadores, a quem ainda não foi dado o direito de conhecer o verdadeiro sentido da palavra "democracia".

### 3. Crianças e adolescentes em situação de prostituição:

O eterno sonho de criança de brincar de bonecas desmoronou para muitas meninas brasileiras. Não existe mais o encanto da brincadeira, substituída que foi pela vida dura nas ruas e praças, bares e boates, numa luta constante pela sobrevivência. É o que presenciamos hoje, uma verdadeira legião de crianças e adolescentes consumidas pela prostitui-

ção em todo o país, de Norte a Sul, crianças geradas pela pobreza.

Embora não existam oficialmente estatísticas comprovando este número, ficando, portanto, no campo das denúncias, suspeitamos da existência de milhares de meninas e meninos prostituídos com idade variando entre 7 e 16 anos, quando deveriam estar brincando e estudando. Com essa idade, 16 anos, já estão precocemente amadurecidas e consideradas veteranas. Quando atingem os 20 anos são substituídas por meninas mais jovens. A Casa de Passagem de Recife, entidade que acolhe meninas de rua, alerta que o agravamento da miséria vem igualmente aumentando o número de meninas que buscam sobreviver da prostituição. Em 1993, a prática cotidiana da Casa de Passagem junto às mulheres e meninas, informava que 45% das prostitutas tinham menos de 20 anos. Em 1994, este número passa para 75%.

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes tornou-se uma questão internacional. No Brasil, este fenômeno foi denunciado pela CPI que investigou a Prostituição Infanto-Juvenil, em 1994, da qual fui Vice-Presidente que desnudou um quadro de horrores. Estupros, violências físicas e psicológicas dentro do próprio lar, meninas e meninos que se prostituem pelo preço de um sanduíche ou um prato de comida, jovens de classe média atraídos por pretensas "agências de modelos", crianças oferecidas a estrangeiros nos denominados "pacotes de pornoturismo", meninas prostituídas que se mutilam em praça pública para gritar seu pedido de socorro, meninas escravizadas na prostituição dos garimpos da Região Norte do país ou nos hotéis do Sul e Sudeste, abortos violentos, brutalidade policial, doenças sexualmente adquiridas, maternidades indesejadas comércio de bebês em adoções internacionais, meninos prostituídos para homossexuais, consumo de álcool e outras drogas e assim por diante.

A prostituição não é um problema isolado. Vários fatores contribuem para a sua prática. A exploração de crianças e adolescentes é largamente usada e a sociedade faz "vista grossa". Os dados que possuímos hoje a respeito da prostituição infanto-juvenil é que a grande maioria dessas meninas são pobres, vivem nas ruas, tendo como único meio de sobrevivência, como única alternativa para o sustento de suas famílias, a venda do próprio corpo.

A prostituição se origina da fome, da miséria e da falta de oportunidades a que essas meninas e meninos estão submetidos. Começam vendendo doces, flores nas ruas ou através da mendicância, já

que não lhes resta outra alternativa de sobrevivência. O próximo passo é vender o próprio corpo. A venda do corpo, para elas, não passa de uma forma de combater a fome, porque no conjunto de possibilidades que a rua oferece para obtenção de dinheiro, a prostituição é a forma mais rentável.

Outro absurdo da exploração humana é a chamada "indústria do pornoturismo". Essa modalidade de exploração sexual está centrada nos pólos de turismo brasileiro, especialmente nas cidades do Nordeste. O processo do pornoturismo inicia nas agências de viagens que vendem o Brasil como local de sexo fácil e barato. Para esse tipo de comércio marginal, contribui a propaganda que nosso país endossa: até pouco tempo, não havia cartaz ou folheto de viagem sobre nosso país em que não faltavam corpos nus ou semidespidos em praias paradisíacas.

Para combater o afluxo de "pornoturistas", é necessário a celebração de acordos internacionais entre as nações, estabelecendo o rastreamento das agências de viagens culpadas por esses ilícitos, bem como identificar o turista estrangeiro para inibir outros turistas de seguir este exemplo.

#### 4. Extermínio de Meninos e Meninas de Rua:

Indiscutivelmente, o ponto final deste ciclo de violência são os assassinatos de crianças e adolescentes. Os números assustadores que conhecemos, através de pesquisas e da realidade que testemunhamos no cotidiano, são irrefutáveis.

Segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o extermínio de crianças e adolescentes, em 1991, ocorrem no Brasil quatro assassinatos por dia. É um absurdo, uma realidade inadmissível para aqueles que têm a vida como valor supremo.

A violência contra crianças e adolescentes é generalizada. O extermínio, verdadeiro genocídio de nossa infância, atinge os segmentos populares e principalmente as meninas e meninos de raça negra, que correspondem a 82% dos assassinatos. As meninas representam 23% do total das crianças exterminadas. A faixa etária onde o número de mortes é maior é de 15 a 17 anos (73%). Crianças entre 10 e 14 anos representam 15%. De 0 a 9 anos, a estimativa é de 8% dos extermínios.

Sem acesso às condições básicas para sobreviverem, essas crianças são duplamente penalizadas, por serem negra e por serem pobres, fazendo a maioria das pessoas acreditar que os pobres é que causam a violência e a criminalidade, quando na verdade a pobreza é o resultado da falência de um modelo de desenvolvimento que gera desigualdades.

Todos esses levantamentos e estatísticas vêm confirmar o que já é de domínio público: a banalização da vida humana. Os altos índices de violência têm tornado insensíveis e indiferentes o cidadão. É comum justificar assassinatos de meninos e meninas como a morte de mais um "trombadinha", de um pivate a menos, consagrando a máxima que diz: "Ao se matar um pivate, está se fazendo um bem para sociedade".

Na esteira dessa afirmação é que se produziu o covarde massacre de adolescentes ocorrido em 1993, na calada da noite, quando meninos encontravam-se dormindo nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como "Massacre da Candelária".

Um levantamento recente, realizado pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, revelou que o número de assassinatos de crianças e adolescentes no Estado cresceu 18% nos últimos meses, em comparação com o mesmo período do ano passado. O estudo revela que até julho deste ano (1995) foram mortos 375 adolescentes e crianças contra 318 em 1994, ligando-se a maioria desses crimes ao tráfico de drogas, o que é um dado novo e preocupante e que merece, de todos nós, uma profunda reflexão, pois traduz a gravidade de uma problemática que continua a desafiar as autoridades e a própria comunidade. Preocupa, sobretudo, porque a situação de risco de menores aumentou bastante do final do ano até hoje e, principalmente, porque inexistem abrigos para os meninos e meninas de rua, o que agrava sobremaneira a situação. Crianças e adolescentes que vivem no itinerário incerto das ruas, o que significa uma aventura da própria sobrevivência, ficam expostas a toda sorte de riscos e influências que os conduzem, tantas vezes à marginalização precoce, em detrimento das oportunidades que poderiam ter se estivessem integrado à atividades próprias da infância e da juventude.

Muito lúcida a manifestação do juiz Siro Darlan, da 1ª Vara da Infância e Juventude do Rio de Janeiro, que quer afastar as crianças do tráfico, quando diz não estranhar que a maioria dos homicídios acontecem em função do narcotráfico, pois, muitas vezes, os meninos e meninas pobres se tornam "soldados" das gangues de traficantes por falta de opções de trabalho. "Enquanto não se der efetiva prioridade ao atendimento à criança e ao adolescente, a tendência é o narcotráfico tornar-se, infelizmente, uma alternativa para eles. O problema é que temos que ter alternativa para tirar as crianças da criminalidade".

É preciso mais do que nunca, estarmos atentos – governo e sociedade – numa mobilização que en-

contre soluções para que esta situação não se agrave como, infelizmente, parece se agravar a cada dia que passa, recrudescendo as estatísticas de violência contra crianças e adolescentes.

Nós últimos dias, o Senado Federal foi palco privilegiado de dois eventos relacionados à problemática da Criança e Adolescência. Primeiro foi o lançamento dia 14 de setembro passado, da *"Campanha Nacional e da Frente Parlamentar pelo Fim da Exploração, Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Turismo Sexual"*.

Mais recentemente, realizou em 5 de outubro passado, Audiência Pública do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), onde meninas e meninos de rua apresentaram suas reivindicações às autoridades. Esta audiência pública fez parte da programação do 4º Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Presente à esta cerimônia, confesso a dificuldade de conter a emoção diante de uma mobilização tão bonita, vibrante, significativa que esta Casa Legislativa poucas vezes presenciou, algo inovador em termos de manifestação popular. Esta Audiência foi transformada em autêntica brincadeira de criança, com a participação de palhaços, crianças vestidas com fantasias regionais, bandas de música, muito colorido e movimento, quebrando um pouco da seriedade e importância do evento, repleto de emocionantes discursos de meninos e meninas, uma grande festa infantil, de crianças para crianças onde os adultos atuaram como coadjuvantes.

Este Encontro, cujo tema foi *"Quero Educação para ser Cidadão"* ficou marcado pela festa promovida pelas crianças e organizadores. Mas, certamente, o ponto alto foram as reivindicações contidas no "Documento Síntese das propostas encaminhadas pelos núcleos de base e comissões locais dos estados, para serem entregues às autoridades", de cópia anexa as crianças reivindicam melhoria na qualidade do ensino, uma escola com "a cara dos meninos e meninas de rua", ou seja, preocupadas com as crianças desfavorecidas. Reivindicam, também, que crianças e adolescentes tenham assento nos Conselhos de Crianças e Adolescentes, pois são eles que sofrem na pele o desrespeito aos seus direitos, em como a abertura de novos conselhos em todo o país.

Aproveito esta oportunidade para parabenizar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua não apenas pela coordenação da realização deste importante Encontro, mas principalmente pela passagem do 10º Aniversário desta valorosa entidade de conhecimento internacional, que é uma orga-

nização popular não governamental fundada em 1985, composta basicamente de voluntários que buscam, através da participação das próprias crianças e adolescentes de rua, a conquista e a defesa dos seus direitos de cidadania. Parabéns à equipe do Movimento, companheiros nossos de longa data, por mais esta década de realizações.

Um país que não acredita na sua juventude nem investe em sua infância é um país que não tem futuro. No Brasil existe um grande número de dispositivos constitucionais que garantem, na atual Carta Magna, os direitos das crianças e adolescentes, do qual merece destaque o art. 227, que diz:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Possuímos, também, o Estatuto da Criança e do Adolescente, uma das legislações mais avançadas do gênero em todo o mundo, que afirma, em seu artigo 60: "É proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz." Entretanto, com todo esse elenco de leis, no Brasil a legislação não é aplicada de forma a inibir as práticas criminosas que comprometem o desenvolvimento de nossa infância e juventude.

Portanto, é louvável a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de lançar, esta semana, campanha visando estimular a população a denunciar casos de prostituição infantil e criticar o trabalho precoce de crianças e adolescentes. Em suas palavras, "nós não podemos mais fechar os olhos. Precisamos enfrentar esses problemas com coragem e determinação".

Em relação ao trabalho infantil, o Presidente da República afirmou que: "Isso é um crime! A nossa Constituição proíbe o trabalho de menores de 14 anos. Proíbe, principalmente, por uma questão de saúde. É nessa idade que a criança forma o corpo e a personalidade. E é nessa idade que ela tem direito à educação e a viver a infância, até para não se tornar um adulto problemático".

E, em relação à prostituição infantil, o Presidente afirmou que a população deverá ligar para a Polícia Militar denunciando, sempre que souberem de algum caso de exploração sexual de crianças e adolescentes, concluindo que vamos "deixar bem claro que prostituição infantil é crime bárbaro. Va-

mos combater a exploração sexual de menores com coragem e determinação".

O Presidente Fernando Henrique também anunciou a reunião, em Mato Grosso do Sul, do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil criado há um ano. É a primeira vez que o Fórum se reúne fora de Brasília, pois é lá, no Mato Grosso, que a situação de trabalho de crianças e também de adultos, nas carvoarias, apresentam situações até mesmo de escravidão.

Apesar de não deixar bem esclarecido como o governo pretende retirar todas as crianças e adolescentes dos limites da exclusão social, não apresentando soluções para outras questões igualmente urgentes, empresto meu voto de confiança ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na certeza de que, juntos, através da parceria entre governo e sociedade, conforme proposta do governo, possamos dar o pontapé inicial ao combate não só à exploração sexual de crianças e adolescentes, mas também ao extermínio de meninos e meninas de rua, redução da mortalidade infantil, da evasão escolar, entre outras, com determinação e coragem. Apelo, no entanto, à sensibilidade do Presidente da República para que esta determinação não fique apenas no discurso contundente, na retórica, mas que essa determinação se reflita, principalmente, em ações governamentais concretas, em prioridades de governo.

## Poema

### NOS TAMBÉM AMAMOS A VIDA

Para vocês vida bela,  
 Para nós, favela  
 Para vocês avião,  
 Para nós, camburão.  
 Para vocês carro do ano,  
 Para nós, resto de pano  
 Para vocês piscina  
 Para nós, chacina  
 Para vocês escola  
 Para nós, pedir esmola  
 Para vocês ir à Lua,  
 Para nós, morar na rua.  
 Para vocês Coca-cola,  
 Para nós, cheirar cola  
 Para vocês luxo,  
 Para nós, lixo  
 Para vocês tá bom felicidade,  
 Para nós, igualdade.  
 Para vocês imobiliária,  
 Para nós, reforma agrária.  
 Para vocês exploração,

Para nós, libertação.

Nós também queremos viver!

*Meninos e Meninas de Rua*

*Portada: Dibuix original de la Montserrat Gudiol, fet expressament amb motiu de la trobada*

**O SR PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, que dispõe de 20 minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PP-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, por volta das 11h, estive em visita ao Senado Federal o Ministro das Relações Exteriores da África do Sul, Alfred Nzo; depois, ao meio-dia, foi recepcionado pelo Presidente do Senado e do Congresso, Senador José Sarney, o Presidente do Vietnã, Sr. Le Duc Anh.

Ora, Sr. Presidente, por que essas visitas me trazem à tribuna? Apenas para registrá-las? O que desejo trazer à reflexão deste Senado?

Observem que a primeira autoridade vem de um país que, ao longo de tantos anos, sofreu com a chamada perseguição racial, em que a maioria negra ali era uma minoria, tendo o **apartheid** se transformado numa mancha para o mundo inteiro. Lá estive em outubro de 1988, na companhia de dois velhos e sempre queridos amigos, o ex-Deputado Adolfo Oliveira e o ex-Deputado da Bahia, atual suplente do Senador Josaphat Marinho. Fizemos ver ao Ministro da Justiça daquele país que aquilo era terrível, sendo nós de um País que não cultivava a segregação racial - quando muito, o preconceito social, o que víamos a todo instante. Essa foi a primeira visita.

O Ministro das Relações Exteriores nos deu conta, hoje, pela manhã, do que existe em termos de desemprego, de que grande parte da população está partilhando a água com animais. Mas que a vida, a vida pela democracia ali estava transformando aquele espectro anterior em um caminho a ser indicado para o povo sul-africano. Depois, ao meio-dia, o Presidente do Vietnã, herói da guerra do Vietnã, do alto dos seus 75 anos, nos relatava o que foi o sofrimento daquele país na guerra.

Observe, portanto, V. Ex<sup>a</sup> que, de um lado, se trata de um tipo de guerra - a África do Sul; de outro, no Vietnã. E quero chegar à guerra que se trava em nosso País. Até parece, Sr. Presidente, que as pessoas não se dão conta - quando digo as pessoas refiro-me àquelas responsáveis não para tratar de um



assunto como esse apenas no tipo "deixa como está, para ver como fica" -, que as pessoas se esquecem desse problema dos sem-terra, que sabemos como começou e não temos idéia de como terminará.

Eu dizia, semana passada, em uma conversa com o jornalista Haroldo Hollanda, que o problema da terra não é um problema para ser tratado de forma policial. E lembrava que talvez a maior polícia e o maior exército do mundo estivessem concentrados no Irã e, no entanto, o Xainxá da Pérsia, do Irã, acabou sendo derrubado por um movimento religioso; cujo líder se encontrava em Paris, na França. Essas coisas começam como se fossem pequenos rios no princípio, que vão recebendo águas emprestadas durante o seu caminho até se transformarem em caudalosos. Há algumas semanas, dizia-se que ora se fazia a ocupação, que ora era a invasão.

Não quero, Sr. Presidente, deter-me no problema da qualificação literária. Quero chegar ao assunto que hoje li, de que o Poder Judiciário começa a ter medo. O Poder Judiciário está acuado frente a um problema que é da mais alta gravidade: de um lado, o respeito ao direito à propriedade; e de outro, dar terras a quem delas precisa. Ora, como é que se pode imaginar que esse é um problema que apenas será resolvido pelo Presidente do Incra, ou com a boa vontade do Presidente da República, ou com o estímulo dos que invadem as terras, que, produtivas ou improdutivas, pouco ocupam? Como é que podemos imaginar se não houver a partilha da responsabilidade de que aquele grito lá fora vai ecoar aqui?

Temo, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quando vejo o nome de um cidadão que até pouco tempo este País desconhecia aparecer no noticiário da imprensa, seja ela escrita ou ligada ao rádio ou televisão, que ou estão a fabricar um herói ou, quem sabe, criar um mártir. E daí, Sr. Presidente, não haverá ninguém neste País que consiga deter a marcha dos acontecimentos que virão.

Ora, o Senado é composto de homens da mais alta categoria. Não tomem a exceção de um nome que usarei como se fosse diminuição aos demais, até ao contrário, apenas para ilustrar o que quero dizer. O Líder do PTB, Senador Valmir Campelo, ao que sei, de uma liderança nessa área, até pelo passado, e o Partido Trabalhista Brasileiro, ainda não li, em nenhum instante, em jornal algum, que S. Ex<sup>a</sup> tenha sido chamado para debater a questão da terra. Mas vejo lá em cima, na fronteira, um Senador altamente inquieto que chega a dar um depoimento de que a invasão no seu Estado começa a dar calafrios,

também não vejo seu nome nos jornais convocado para discutir o assunto - e me refiro ao Senador Nabor Júnior. E, se começarmos a pegar exemplo por exemplo, chegaremos a um homem da categoria intelectual do Senador Josaphat Marinho, que poderia dar uma contribuição hoje, que é indispensável, no sentido de encontrarmos um caminho para uma legislação para a reforma agrária. E também S. Ex<sup>a</sup> não é convocado.

Afinal, o que se passa neste País? O que pretendem os responsáveis - todos nós o somos - na condução de uma matéria de tão alta gravidade? Esperar apenas que aconteça, que se transforme em notícia de jornal, quando alguns corpos começarem a rolar, de um lado, pela falta de previdência daqueles que invadem ou que ocupam usando a violência; e, de outro, dos que começam a ter milícias particulares para fazerem a defesa de suas propriedades? O que está faltando para a convocação de homens que têm responsabilidade a dar, contribuição a oferecer e que são absolutamente marginalizados? Será que esse problema da reforma agrária é um problema para ser tratado no campo emotivo ou para empurrarmos com a barriga para sabermos aonde vamos chegar?

**A Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**A Sr<sup>a</sup> Benedita da Silva** - Senador Bernardo Cabral, estou acompanhando o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e hoje também tive a satisfação de acompanhar essas duas grandes representações da Comissão de Relações Exteriores. Não vou falar sobre o assunto até porque V. Ex<sup>a</sup>, em síntese, já descreveu a importância dessa visita. Mas, com relação à segunda parte de seu discurso, tenho que me manifestar, porque, quando V. Ex<sup>a</sup> pergunta se estamos querendo criar um herói ou um mártir, temos que chamar para nós essa responsabilidade, para o Congresso Nacional, para esta Casa. V. Ex<sup>a</sup> especialmente, como vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores, poderá promover um grande debate a respeito da reforma agrária. Há essa necessidade, porque, até hoje, esse assunto foi tratado ideologicamente e, por conta, não foi colocado como prioridade, mas é dos que tinham terra e os que não tinham estariam tomando essas terras. Hoje, se temos alguma radicalidade nessa situação é porque não soubemos tratar politicamente o momento dessas explosões. E esse momento, como V. Ex<sup>a</sup> está colocando, também não só me impressiona, como me

assusta. Porque se, por um lado, temos os sem-terra, que, politicamente, estão se organizando; temos, por um outro lado, outros que vão defender as suas terras armados - pois assisti pela televisão alguns dizerem que pegariam as suas armas e que tinham os seus grupos para defenderem as suas terras.

Tenho um conceito de terra mais do ponto de vista espiritual, da passagem do ser humano por essa vida e da sua necessidade, porque, conforme diz a Bíblia, "trabalharás com o suor do teu rosto", "trabalharás dia e noite para não ser pesado ao teu irmão" e "a terra lhe dará o fruto necessário para o seu sustento." É muito importante tratarmos essa questão sem esse viés ideológico e com a preocupação que V. Ex<sup>a</sup> destaca. Se tivermos apenas a propaganda de que existe um grupo que quer tomar e um outro que quer impedir, estaremos simplesmente adiando uma convulsão social que vai acontecer em nosso País em razão desta questão. V. Ex<sup>a</sup> aborda, na verdade, um assunto que é de nossa responsabilidade também. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Eminente Senadora Benedita da Silva, não digo impossível, mas dificilmente alguém me verá ocupar esta tribuna para discutir uma matéria qualquer sobre a qual eu não tenha feito a reflexão da seriedade - isto que V. Ex<sup>a</sup> acabou de captar e definir. O que quero é trazer à nossa reflexão um problema que não pode ser tratado sob o viés ideológico.

Fui orador da minha turma na Faculdade de Direito e há 41 anos, nesse discurso, eu dizia que era um ensejo azado, um momento propício para se discutir a reforma agrária. E lembro-me que usei o termo "somitaria do latifúndio". Quarenta e um anos decorridos e vejo que se trata dessa matéria sem a responsabilidade que deve existir naquilo que chamo compartilhar.

Quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> a interferência, não só porque foi ao ponto com que me trouxe à tribuna, mas também porque presta a sua contribuição dentro daquilo que nós precisamos observar com responsabilidade.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Líder Epitacio Cafeteira.

**O Sr. Epitacio Cafeteira** - Nobre Senador Bernardo Cabral, quando aqui chegou a corte de Portugal, quando o Rei tinha o direito de conceder benesses, sesmarias foram distribuídas. A terra, naquela época, era considerada um patrimônio, um bem patrimonial. De lá para cá, não mudou nada, Senador.

E na hora em que o Governo fala em reforma e, na reforma administrativa, faz questão de acabar com o direito adquirido do funcionário - funcionário que, às vezes, deixou de ter um emprego melhor, porque preferiu ficar no Governo ganhando menos, mas com estabilidade -, nada isso importa. E o Governo diz que quer reformar. A expressão reforma agrária parece-me muito mais uma obra de ficção. Se não reformarmos a estrutura agrária, se não exigirmos do proprietário da terra que ele dê um uso social à terra, se deixarmos que ele continue a usar sua terra como uma caderneta de poupança, então, não existe reforma agrária. Existe a tentativa de mudança de proprietários da terra, pela desapropriação de uns, pela transferência a outros, mas, no fundo, a essência vai continuar, o grande problema vai continuar. E estamos vendo, nobre Senador Bernardo Cabral, desde a criação do Real, quando conseguimos estancar a inflação, mas sem conseguirmos fazer nada contra o desemprego, que o povo perdeu não só o seu emprego na cidade, mas até a esperança de morar numa cidade. No meio desses sem-terra, há muitos trabalhadores da cidade. Estão lá atrás de um lugar para se defenderem, porque, sem emprego na cidade, é preferível lutar por um pedaço de chão para plantar; pelo menos de fome eles não morreriam; como morrerão na cidade, à míngua de tudo. O Governo não só manteve toda a estrutura agrária no seu conceito jurídico - e V. Ex<sup>a</sup>, que foi o Relator da Constituinte, sabe disso -, como também o Governo, a par disso, não busca quem realmente tem um desejo de mudar, um desejo de aproximar o homem daquele que é o seu meio de sustento. Assim, nobre Senador Bernardo Cabral, quero me congratular com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que tive oportunidade de conhecer de perto esses problemas. Tenho uma grande honra de dizer, em alto e bom som, que ninguém morreu na luta por terras no Maranhão enquanto eu era Governador. Não dei guarida a nenhuma reintegração de posse. Na ocasião em que a solução se apresentava nos termos de "ou a Justiça me manda entregar à polícia para expulsar ou, então, vou brigar com a Justiça", aí, o Estado entrava para desapropriar, mas nunca entrou com a polícia. Isso é o que estamos vendo: de um lado, há um grupo desesperado que o Governo não cadastrou. Se se perguntar: quem são os sem-terra, quantos são, onde estão? Ninguém saberá responder. E esse grupo cresce. Este País, que, com muita facilidade, demarca terras indígenas, a mãos cheias - para tribos pequenas muita terra -, nunca pensou no caboclo. E vemos o caboclo morrer como aconteceu na última chacina,

lá no Norte, com a maior tranqüilidade. Isso precisa acabar. V. Ex<sup>a</sup> está certo quando diz: Vão criar um líder? Vão! Vão criar um mártir? Vão! É preciso que alguém se antecipe a tudo isso que está acontecendo. Mas não pode ser uma pessoa que entenda que não é distribuindo terras que se faz reforma agrária. Não é com pessoas dessa natureza que vamos fazer uma reforma agrária neste País. Mas reafirmo, Senador Bernardo Cabral, o início tem que ser na Constituição. A reforma tem que passar por transformações no conceito de propriedade e do uso da terra, porque só assim nós poderemos pensar em justiça social no campo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Senador Epitacio Cafeteira, V. Ex<sup>a</sup> fala em sesmarias, a Senadora Benedita da Silva retrocede um pouco mais no tempo e vai ao preceito bíblico, e observe como isso tem uma seqüência: das lições da Bíblia, passando pelas sesmarias, pela vinda de D. João VI e chegando ao momento atual, nós estamos tratando o problema da reforma agrária e acabamos desembocando, sem resolvê-lo, no problema da reforma urbana.

As periferias das grandes cidades estão todas elas, sem exceção, inchadas, porque se trata do problema do campo como se fosse um problema menor. E esse êxodo do interior para a capital começa a fazer com que proliferem essas crianças, meninas e meninos de rua, cujos pais, por não conseguirem emprego, já não podem educá-las; e se transformam, de um lado, os marginais e, de outro, as prostitutas infantis. Quando isso for num crescendo, não se deteve a primeira, que foi a invasão ou ocupação, depois, não se conseguirá pôr um freio na segunda. Observem que as pontes, os viadutos nas grandes capitais são hoje um problema social da maior seriedade. E não adianta se dizer que a violência vem em função da falta de habitação, de escola, de moradia, de alimentação, porque tudo isso tem as suas raízes encrostadas numa profunda injustiça social.

E quis trazer esse assunto à baila, a essa reflexão, a essa discussão, a essa conversa íntima com os companheiros Senadores, para que não se diga amanhã que, por não termos sido convocados, nos omitimos em tratar do assunto com a seriedade que ele reclama e com a probidade que ele merece.

**O Sr. Nabor Júnior** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Nabor Júnior.

**O Sr. Nabor Júnior** - Senador Bernardo Cabral, o tema que V. Ex<sup>a</sup> está abordando, na tarde de

hoje, na tribuna do Senado Federal, é da maior oportunidade e gravidade. Tenho acompanhado, através de noticiário da imprensa, esse movimento dos chamados grupo dos sem-terra, e também que proprietários de terras estão constituindo as suas milícias particulares para defenderem o seu direito de propriedade. Então, estamos marchando para um confronto dos trabalhadores que estão desejosos de conseguir um lote de terra para serem assentados e, ali, produzir o sustento para si e para as suas famílias. No outro lado, os proprietários de terra também querem defender o seu patrimônio, que o adquiriram ou através de compra ao próprio Estado ou através de cessão de direito. Penso que o Governo não está levando na devida conta a gravidade desse problema, e que as medidas deveriam ser preventivas. Não podemos assistir de braços cruzados a repetição daquele episódio de Rondônia e outros havidos no sul do Pará. O Governo, inicialmente, precisa fazer o cadastramento de todos esses trabalhadores chamados sem-terra, para saber, como disse o o Senador Epitacio Cafeteira, quantos são, onde estão localizados, qual a necessidade de glebas para assentar todas essas famílias, e, ao mesmo tempo evitar esses confrontos que podem ocorrer, a qualquer momento, com graves conseqüências para a imagem do País, inclusive no exterior. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento e me associar às suas preocupações para que as autoridades tomem medidas imediatas, a fim de evitar um conflito de maiores proporções. Muito obrigado.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Sr. Presidente, vou concluir. Peço permissão a V. Ex<sup>a</sup>, ainda que esteja sendo cansativo aos meus companheiros Senadores, que me permita o privilégio de ter mais dois minutos para concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Miranda) - Concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Concedido o privilégio, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

Quero fazer justiça ao eminente Senador Nabor Júnior. Quem primeiro tratou dessa preocupação com os cadastrados dos sem-terra foi o Senador Nabor Júnior, na Comissão de Relações Exteriores, e com a preocupação de que na fronteira do seu Estado S. Ex<sup>a</sup> já não sabia quais eram os brasileiros e quais eram os estrangeiros. E numa sessão secreta que fizemos - e essa não é uma revelação que possa comprometer o lado confidencial - S. Ex<sup>a</sup> exigia isso. De modo que registro essa preocupação do Senador Nabor Júnior e confirmo a preocupação do Senador Epitacio Cafeteira na mesma reunião.

Quero dizer, Sr. Presidente, que hoje todos estamos conscientes de que esse é um problema da maior gravidade. Aqui não cabe aquela filosofia Khayámiana de que "a vida é um bem me deram sem me consultar e que eu restituirei com a mesma indiferença". Penso que tem que ser com muita observação, para que não se transforme - aquilo que eu dizia ao começo dessa despretensiosa fala - um cidadão num líder ou acabe por torná-lo num mártir.

**O Sr. Valmir Campelo** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Tem o aparte V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Valmir Campelo** - Nobre Senador Bernardo Cabral, estava aqui mais uma vez ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, de muita competência e muita transparência. Hoje, em uma reunião entre lideranças e o porta-voz do Governo, V. Ex<sup>a</sup> manifestou essa preocupação ao porta-voz do Governo na presença dos líderes que dão sustentação política ao Governo nesta Casa, tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, foi brilhante. O Governo, realmente, precisa ouvir V. Ex<sup>a</sup>, um homem experiente, um homem vivido, Presidente da OAB, Secretário de Justiça, Deputado Federal, Senador da República, Relator da Constituinte. V. Ex<sup>a</sup>, hoje, expôs uma preocupação que foi aplaudida por todos nós, Líderes, na reunião de hoje, pela manhã, com o porta-voz do Governo. V. Ex<sup>a</sup> está certo. Não se resolve o problema da reforma agrária não se ligando, por exemplo, órgãos ao próprio Presidente da República; não se resolve através da emoção; resolve-se através da discussão, principalmente com Líderes, com Senadores, com Deputados desta Casa, que conhecem os problemas e que têm condições, realmente, de dar sugestões e opiniões ao próprio Governo. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. Sou seu admirador, além de amigo, o que me faz sentir muito feliz. A cada dia que passo nesta Casa, tenho a oportunidade de aprender com V. Ex<sup>a</sup>. Meus parabéns pelo brilhante discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, nesta Casa.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Senador Valmir Campelo, a admiração que V. Ex<sup>a</sup> tem por mim, coloco em dobro aquilo que sinto por V. Ex<sup>a</sup>; isto define tudo.

**O Sr. Josaphat Marinho** - Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Josaphat Marinho** - Eu queria, na linha de seu pronunciamento, ponderar que esse problema da Reforma Agrária ou, em termos mais amplos, da redistribuição da terra não reside essencialmente

na mudança de chefes de serviço, nem no pedido de prisão dos chefes dos grupos que estão invadindo terras. A gravidade desse problema está a exigir do Governo, depois da discussão a que acaba de se referir o nobre Senador Valmir Campelo, em traçar um plano o mais amplo possível e realizável, anunciá-lo à Nação, particularmente aos interessados, com a discriminação das áreas, com a fixação dos recursos, enfim, com a enunciação de todos os elementos capazes de gerar confiança e tranqüilidade. As ameaças não resolverão. Precisamos estar muito atentos a uma lição de um grande escritor do nosso tempo, que eu costumo sempre refletir sobre ela e repeti-la: "as formas legais são respeitadas quando os homens sentem que têm em comum os grandes fins da vida. Enquanto não tiver essa sensação, os injustiçados lutarão, se possível, transformarão a luta na resistência, dentro da medida que lhes for possível." Nós outros que detemos uma parcela de poder é que precisamos ter a humildade suficiente para compreender este problema, e não pensar que o Poder, o Estado resolve tudo ditando ordens.

**O SR. BERNARDO CABRAL** - Sr. Presidente, eminentes Senadores, vou concluir. No campo da oratória, quando o orador começa seu discurso sempre se preocupa com o final; embora o exórdio seja a peça que vai ficar na mente daqueles que o ouvem, verifico que não preciso encerrá-lo: O Senador Josaphat Marinho acaba de completar meu discurso. Se tivesse eu alguma dificuldade em aqui plantar as palavras finais, estaria em terreno fértil. Por isso, Sr. Presidente, ao incorporá-lo ao meu discurso, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela concessão dos minutos a mais e dizer que este é um tema que deve voltar a ser debatido.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Miranda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mauro Miranda) - Com a palavra o Senador Joel de Hollanda.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, os bordões da publicidade - ou **slogans** - são, freqüentemente, o resultado da aguda captação, por parte dos profissionais de propaganda, dos sentimentos e necessidades do povo ou de suas percepções a respeito de um produto ou instituição. Foi assim, por exemplo, quando a campanha publicitária de uma marca de cigarros empregou a

tristemente célebre fórmula do "levar vantagem". Enunciava-se, ali, uma lamentável tendência moral que emergia em nossa sociedade, no povo e na elite dirigente, que somente seria diagnosticada pelos cientistas sociais muito mais tarde.

No sentido diametralmente oposto, no entanto, foi igualmente o que se deu há cerca de meio século, quando, traduzindo-se então nova concepção de atendimento bancário, foi cunhado o lema que, a partir dali, seria a própria imagem do Banco Banorte: "Um amigo na praça". Estava definida nessas palavras simples, toda a filosofia do banco: a proposta de fazer amigos antes de pensar em negócios.

Corria o ano de 1942. Na Europa e no Oceano Pacífico, as potências digladiavam-se no grande conflito que foi a Segunda Guerra Mundial. No Recife, mês de outubro, o Dr. Manoel Mendes Batista da Silva, médico, comerciante e industrial bem-sucedido, fundava o Banco Nacional do Norte, nome original da instituição que conhecemos agora simplesmente como Banorte. Trata-se, hoje, Sr. Presidente, da única instituição financeira privada do Norte-Nordeste sediada na própria região: o centro administrativo do Banorte, que abriga a alta direção do Banco, localiza-se no bairro da Torre, no Recife.

Desnecessário discorrer, Srs. Senadores, em especial àqueles de nós, provenientes das regiões mais atrasadas de nosso País, sobre a importância das instituições bancárias locais para o desenvolvimento regional: Representam decisão local, significam agilidade e rapidez, significam presença, participação e parceria.

Essa origem e presença nordestinas emprestam ao Banorte uma sensibilidade especial para apoiar - como efetivamente vem apoiando - os mais importantes projetos de investimento na região. O Banorte, contudo, não se contenta em ser somente um banco regional. Sua atuação crescente nas Regiões Sul e Sudeste já faz com que dois quintos de seus negócios se desenvolvam em São Paulo, cidade em que o banco mantém um centro regional que abriga uma vice-presidência, dirigida, com competência e eficiência, pelo Dr. Antônio Machado Guimarães, e diversas diretorias.

Nessas regiões, valendo-se das vantagens da segmentação de mercado, o banco atua direcionado a um público específico, que é atraído pela modernidade de seus serviços e pela sólida estrutura tecnológica por trás deles.

O Banorte S.A. possui hoje uma rede de atendimento assim estruturada: 81 agências, 7 dependências de câmbio e 21 postos de vendas de **travel-**

**ers** cheques, um escritório de representação nos Estados Unidos, uma subsidiária nas Bahamas - o **BANORTE International Ltda.**; 571 quiosques do Banco 24 horas, 66 postos de atendimento bancário, 16 sucursais da Banorte Seguradora, 3 lojas da Corretora de Valores e uma loja do Banorte Turismo.

Apenas a título de ilustração, Srs. Senadores, toda a rede de agências do Banorte está interligada em tempo real, tornando possíveis serviços como o Banorte Lig-Empresa, que mantém mais de duas mil organizações brasileiras ligadas aos computadores centrais do banco. Com isso, a eficiência da administração dos negócios desses clientes pode ser maximizada. Sem falar-se no suporte a operações internacionais de fundos de investimento, mercado aberto e poupança.

O correntista do Banorte dispõe, além disso, de uma vasta rede de caixas automáticos que permitem saques, depósitos e transferências e do Banorte Ligfone, serviço telefônico que lhe dá acesso 24 horas por dia à informação completa sobre suas operações no Banco.

A partir do seu início humilde, lá no Recife, o Banco cresceu sob a administração do Dr. Jorge Amorim Baptista da Silva, sucessor do Dr. Manoel, que assumiu, moço ainda, a direção da empresa nos anos 50, e ocupa hoje a Presidência da instituição. Em seu crescimento, o Banorte absorveu outros bancos, quando das grandes fusões dos anos 60 e 70 e fundou empresas como a Banorte Seguradora e a Banorte Leasing.

Esse operoso banco, que completa 53 anos neste dia 12, festeja seu aniversário com 350 mil clientes entre poupadores e correntistas. Não se atravessa meio século nos negócios deste País sem muita competência. É por isso que, desta tribuna, venho saudar o feito desse "amigo na praça", o feito dessa empresa e família genuinamente pernambucanas, desejando-lhes muitos anos mais de sucesso e realizações.

**O Sr. Humberto Lucena** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Joel de Hollanda?

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** - Ouço, com muita satisfação, o aparte do nobre Senador Humberto Lucena.

**O Sr. Humberto Lucena** - Ouvindo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, desejo solidarizar-me com suas palavras e também fazer minhas as felicitações registradas, nos Anais, por mais um aniversário de fundação do Banorte, que não é uma instituição apenas de Pernambuco, mas de todo o Nordeste e, por que não dizer, de todo o País. Ao fazê-lo, gostaria de dizer



também em seu pronunciamento do meu profundo lamento pelo que ocorreu com o Banco Mercantil de Pernambuco, que também era um tradicional estabelecimento de crédito de Pernambuco e do País, dirigido pelo nosso querido Armando Monteiro Filho, que é, sem dúvida, um dos empresários de porte de seu Estado. Ao tempo em que parablenizo, como V. Ex<sup>a</sup> o faz, os Batista da Silva por mais um aniversário do Banorte, espero que o Governo Federal, o mais rápido possível possa levantar o regime de intervenção do Banco Mercantil para que aquela instituição de crédito possa voltar a prestar seus inestimáveis serviços a Pernambuco, ao Nordeste e ao Brasil.

**O SR. JOEL DE HOLLANDA** - Nobre Senador Humberto Lucena, agradeço a gentileza do aparte com que V. Ex<sup>a</sup> distinguiu o meu modesto pronunciamento. Ele é importante porque parte de um homem que é um Líder não somente na Paraíba como também no Nordeste, foi Presidente desta Casa e como ninguém conhece a importância que o Banco Banorte tem para o nosso Estado de Pernambuco, para a região Nordeste, e também para o Brasil como um todo, em função de suas inúmeras agências espalhadas por todo o País.

Por isso, recolho, com muita alegria, o generoso aparte de V. Ex<sup>a</sup> e também o felicito por fazer referências a outra instituição financeira que era patrimônio do meu Estado, o Banco Mercantil, que lamentavelmente, em função da conjuntura adversa da economia nacional teve que enfrentar problemas muito sérios e graves, que terminaram por acarretar a intervenção do Banco Central. Mas estou certo de que essa instituição brevemente será reaberta, pois os entendimentos com outras instituições financeiras se processam em velocidade muito acentuada e já estão bastante adiantados.

O Banco Mercantil - como V. Ex<sup>a</sup> disse -, que tantos serviços prestou ao meu Estado e que é dirigido pelo ex-Ministro da Agricultura, Dr. Armando Monteiro Filho, é realmente uma instituição financeira que representa para os pernambucanos um orgulho muito grande. Tínhamos uma enorme satisfação por vê-la ao lado dos empresários, das forças produtivas do nosso Estado, ajudando a desenvolver Pernambuco e o Nordeste.

Tenho certeza de que a partir da conclusão dos entendimentos que estão ocorrendo entre os dirigentes do Banco Mercantil e uma outra instituição financeira, as suas agências serão reabertas para que ele continue dando a sua colaboração ao desenvolvimento do meu Estado e da região nordestina. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a gentileza do aparte.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estendo estes cumprimentos aos dedicados e eficientes colaboradores do Dr. Jorge Baptista da Silva, ao Vice-Presidente Antônio Machado Guimarães, ao Vice-Presidente César Frederico Bezerra de Alencar, ao Vice-Presidente Sérgio Silveira Clemente e ao Vice-Presidente Executivo Paulo Rubens Freire.

Não poderia deixar de ressaltar também a grande contribuição dada ao Banorte por todos os seus demais diretores, técnicos e funcionários, que, trabalhando com eficiência e entusiasmo, ajudaram a construir a trajetória dessa modelar instituição financeira.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por tudo que ao longo destes seus cinquenta e três anos de existência essa moderna instituição bancária construiu em favor do Brasil, em especial do Nordeste e de Pernambuco, nada mais justo do que assinalar se constituir, hoje, o Banco Banorte, um importante patrimônio do nosso País, exemplo vivo do espírito de pernambucanidade e da capacidade empreendedora do povo do meu Estado, que tenho orgulho de representar nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Joel de Hollanda, o Sr. Mauro Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valmir Campelo.*

*O Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda.*

**O SR. PRESIDENTE** (Joel de Hollanda) - Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. VALMIR CAMPELO** (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda neste ano deverá ser submetido à deliberação do Congresso Nacional projeto de lei permitindo ao contribuinte com renda anual bruta de até R\$27 mil e líquida de até R\$21,60 mil optar por um desconto-padrão na hora de acertar as suas obrigações com o Fisco.

Esse desconto-padrão será de 20% e quem optar por sua utilização ficará impedido de fazer outras deduções como, por exemplo, as despesas realizadas com tratamento de saúde, com instrução, e também com a Previdência Social.

Por se tratar de opção, torna-se óbvio que a declaração poderá também ser apresentada na forma tradicional, caso o desconto-padrão seja desfavorável ao contribuinte.

Essa novidade, que, na verdade, já foi praticada tempos atrás, deverá favorecer principalmente o contribuinte de baixa renda, que, sem efetuar gastos de natureza dedutível, certamente não será mais penalizado como antes, pagando tributo além do que deveria.

Outra novidade que também me chama a atenção é a exigência de declaração de bens com valor mínimo de R\$5 mil. Quanto a esta inovação, não estou certo de que traga alguma vantagem para o Fisco ou mesmo para o contribuinte.

Os técnicos da Receita alegam que a exigência dessa declaração de bens servirá para o contribuinte explicar aumento de patrimônio futuro, com a venda de bens de que já dispunha. Entretanto, creio que o adoção dessa medida, sem que antes seja promovida a reforma do Fisco, só tende a burocratizá-lo e a complicar ainda mais a situação.

Antes, porém, tem-se que tornar a máquina fiscal adequada à evolução da base contributiva e eficaz para garantir o cumprimento das obrigações tributárias. Temos que reestruturá-la para recuperar sua capacidade efetiva de fiscalizar, julgar e arrecadar. Somente assim é que vamos poder confiar no sucesso de inovações dessa natureza e ter a certeza de que o contribuinte não será mais uma vez vítima da burocracia.

A massa de contribuintes está ansiosa por novidades, mas novidades que tenham por objetivo fazer justiça. Por exemplo: em vez de preocupar-se com bens de pequena monta, não seria melhor aperfeiçoar o sistema de controle e tributação sobre as grandes fortunas? Não seria melhor estudar a viabilidade da redução das alíquotas de 35 e 26,6%, que oneram pesadamente o contribuinte, e que provavelmente serão mantidas para custear o Fundo Social de Emergência?

Outro fato relevante é que, sem dúvida, está requerendo providências em benefício da desburocratização da máquina fiscal é a adoção de formulários de declaração de Imposto de Renda simplificados e permanentes. Esses formulários são modificados a cada ano e tornam-se, inclusive, mais complicados.

Enfim, Sr. Presidente, entendo perfeitamente que esta é uma das oportunidades que o Governo tem para viabilizar a adoção de um processo moderno e eficaz de arrecadação tributária.

Mas esse processo de arrecadação tem que respeitar os princípios da justiça fiscal, pois não há

como esperar mais para eliminar radicalmente os efeitos maléficos do sistema tributário atual sobre as classes de menor poder aquisitivo, principalmente sobre os assalariados.

Era esta a minha preocupação de hoje, Sr. Presidente. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Valmir Campelo, o Sr. Joel de Hollanda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa)

Concedo a palavra à nobre Senadora Emília Fernandes. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os agricultores brasileiros, de um modo geral, vêm enfrentando uma crise sem precedentes, com alto grau de endividamento e descapitalização, com redução acentuada em sua renda, decorrente, sobretudo, da queda dos preços de seus produtos e aumento dos seus custos de produção.

Vem agravando ainda mais o quadro de crise a aceleração do processo de competição a que estão submetidos, sobretudo com os produtos internacionais, produzidos, em sua maioria, em condições mais favoráveis e contando com fortes subsídios nos seus países de origem.

Esse quadro generalizado de crise se mostra mais preocupante nas regiões interioranas, nas chamadas áreas de fronteira agrícola, por se localizarem em pontos mais distantes dos centros de produção de insumos, de industrialização e de consumo, além de contarem com uma carente rede de infraestrutura e de apoio à produção.

Até então os agricultores dessas regiões vêm conseguindo viabilizar as suas explorações pela adoção de níveis tecnológicos de produção relativamente elevados, o que vem lhes assegurando resultados competitivos, em termos de produtividade. Isso, a despeito da limitada rede de pesquisa e de assistência técnica de que dispõem.

Com o agravamento da crise e o aumento do grau de concorrência, a sobrevivência dos agricultores dessas regiões está, seguramente, na dependência da capacidade que possam ter de elevar, ainda mais, o patamar tecnológico e a produtividade física e econômica de suas explorações.

Isso certamente exigirá, entre outros pontos, um maior esforço no sentido de se investir em pesquisa agropecuária, em se apolar estruturas públicas e privadas de assistência técnica e de treinamento e formação da mão-de-obra rural.

Trata-se de um trabalho que deve ser realizado de forma integrada, desenvolvendo formas inovadoras de parceria, envolvendo o setor privado, o Governo Federal, os governos estaduais e municipais.

Nesse contexto, a recuperação e o aproveitamento de todas as estruturas existentes que possam contribuir para o êxito dessa iniciativa devem ser priorizadas, sob pena de se estar inclusive deixando de lado experiências exitosas já desenvolvidas e não se usufruindo dos elevados investimentos realizados em períodos anteriores.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o Estado de Mato Grosso, o qual tenho a honra de representar nesta Casa, se ajusta perfeitamente neste quadro que descrevi, pela sua localização, pela origem de seu processo de ocupação e por ter sua economia alicerçada basicamente na agropecuária.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de acompanhar de perto o processo de ocupação da Região Centro-Oeste, principalmente do Estado de Mato Grosso. Como profissional ligado à área de ciências agrárias, como técnico e Presidente do Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso e como Deputado Federal por três mandatos, envolvi-me em exitosas iniciativas visando assegurar que o processo de ocupação econômica de Mato Grosso se desenvolvesse de maneira racional, em bases tecnicamente sustentáveis e economicamente viáveis.

Como Coordenador do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados em Mato Grosso, o conhecido Polocentro, orientei e acompanhei a aplicação de recursos nas obras de infra-estrutura, de apoio à produção e nos empreendimentos agropecuários, sempre com a preocupação de que nesse processo se incorporassem as tecnologias de produção e de gestão mais recomendadas e mais atuais à época.

Como Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso - Emater-MT, atual Empaer-MT, tive oportunidade de ampliar sua rede de unidades operativas de modo a que se fizesse presente na quase totalidade dos municípios de Mato Grosso.

Trata-se de um trabalho de alta envergadura, que contou com apoio do Governo do Estado de Mato Grosso, dos prefeitos municipais e sobretudo do Governo Federal, através da Empresa Brasileira

de Assistência Técnica e Extensão Rural, a saudosa EMBRATER, extinta em 1990 por uma lamentável e irresponsável iniciativa do Governo Collor.

Pois bem, Sr. Presidente, nesse período construiu-se e estruturou-se em Mato Grosso, com recursos oriundos do Governo do Estado, do Governo Federal e de financiamento internacional com o Banco Mundial, o Centro de Treinamento da EMATER-MT.

Localizado em ampla área do Município de Várzea Grande, limítrofe à Capital do Estado, esse centro de treinamento conta com alojamentos, refeitórios, salas de aulas e de reuniões. E o que é mais importante: com um inovador de sistema de "unidades didáticas" com todo um suporte metodológico para possibilitar um treinamento essencialmente prático nas diversas áreas de conhecimento tecnológico vinculado às principais culturas e criações do Estado.

Esse centro de treinamento constitui um importante instrumento de apoio ao processo de treinamento e formação não somente dos profissionais ligados às áreas de ciências agrárias do Estado de Mato Grosso e da Região Centro-Oeste, mas também para os produtores e trabalhadores rurais em geral.

Esse centro é também, Sr. Presidente, um suporte valioso para viabilizar o processo de melhoria dos patamares tecnológicos e dos níveis gerenciais a serem adotados pelos agricultores mato-grossenses, o que é indispensável à própria sobrevivência das atividades agropecuárias dentro do contexto em que elas passam a se inserir.

Sr. Presidente, tive conhecimento de que o Governo do Estado de Mato Grosso pretende desativar o centro de treinamento da EMPAER-MT, único existente no Estado em condições de dar o necessário suporte ao trabalho desenvolvido por aquela empresa e aos processos de treinamento de formação dos técnicos, agricultores, trabalhadores rurais mato-grossenses.

Fui informado de que amanhã o Governo do Estado de Mato Grosso pretende extinguir o Centro de Treinamento e lá implantar uma unidade para apoio a crianças carentes, sob a coordenação do Prosol, entidade assistencial, coordenada pela Primeira-Dama do Estado.

Assim, venho a esta Casa para manifestar a minha profunda preocupação com essa decisão do Governador do Estado de Mato Grosso, Dante de Oliveira, de extinguir o Centro de Treinamento da Empaer, antiga Emater.

Quero ressaltar, para que não paire nenhuma dúvida e não haja outra interpretação, que acho plenamente louvável a atitude do Governo do Estado

de Mato Grosso de implantar um programa de apoio às crianças carentes, pois sei da grave situação por que elas passam e das reais necessidades de se implementar urgente iniciativa em seu benefício.

Esclareço entretanto, que o que preocupa é o fato de, como diz o dito popular: "se estar desvestindo um santo para vestir outro".

Acredito que Governo do Estado de Mato Grosso poderá, sem dúvida nenhuma, utilizar outros prédios ou outras unidades disponíveis no Estado, muitas delas com destinação atual absolutamente dispensável, para implantar a unidade de apoio às crianças carentes, evitando que se desestruture uma unidade em funcionamento e que se desvirtuem os nobres objetivos para os quais o Centro de Treinamento da EMPAER foi instalado e no qual foram investidos elevados recursos públicos.

O Sr. Júlio Campos - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JONAS PINHEIRO** - Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Júlio Campos** - Ouço com atenção seu pronunciamento. Preocupo-me com a atitude e com a maneira pela qual se vem comportando frente ao Governo de Mato Grosso o Sr. Dante de Oliveira. Recordo-me que, na semana passada, em reunião entre S. Ex<sup>a</sup>, os três Senadores e todos os Deputados Federais do nosso Estado, realizada nesta Casa do Congresso Nacional, justamente no gabinete do Senador Carlos Bezerra, V. Ex<sup>a</sup> levantou a preocupação com relação à desativação do Centro de Treinamento do Trabalhador Rural, levada a efeito pela Empaer, antiga Emater de Mato Grosso. Essa unidade, localizada lá no bairro de Cristo Rei, em Várzea Grande, vem desempenhando muito bem sua atribuição: treinar o trabalhador rural, esse abandonado e sofrido trabalhador rural para o cultivo da borracha, dos hortifrutigranjeiros, para a suinocultura e outras atividades. No entanto, o Governador, em resposta rispida a V. Ex<sup>a</sup>, concomitantemente a toda a Bancada, disse que não aceitava nenhuma restrição à transformação do Centro de Treinamento do Trabalhador Rural em Casa do Menor Abandonado, já que a Primeira-Dama do Estado fazia questão que fosse naquele local. Levantamos todos os Parlamentares. Até mesmo o Deputado Gilney Viana, do PT, protestou dizendo que temos lá em Mato Grosso, construído, o Complexo Fazendinha, local em que os menores abandonados, os menores de rua, os menores sem-teto, os menores sem pais sempre ficaram alojados. O Complexo Fazendinha, até o Governo passado, Governo Jaime Campos, tinha uma

funcionalidade espetacular. Se não me engano, esse Centro foi construído no meu Governo, na época em que o Presidente da República era o Presidente José Sarney, hoje presidente desta Casa. Com recursos do antigo Ministério do Bem-Estar Social, o Complexo funcionava, com padaria, onde os menores confeccionam pães, com fábrica de picolé, marcenaria, sapataria e um projeto hortifrutigranjeiro. No entanto, o Complexo Fazendinha, segundo notícia de televisão, foi abandonado meramente. Hoje não funciona para coisa alguma. São 60 hectares e mais de 10 mil metros de área construída. No entanto, quer hoje o Governador, por propósito talvez mais político e personalista, mudar o centro dos menores da Fazendinha para o Centro de Treinamento do Trabalhador Rural da Empaer, antiga Emater. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem plena razão e tem a minha solidariedade total; não só a minha, tenho certeza, mas dos outros Parlamentares de Mato Grosso, que o manifestaram de público a V. Ex<sup>a</sup> e ao próprio Governador na última reunião da Bancada Federal em Brasília.

**O SR. JONAS PINHEIRO** - Muito obrigado, Senador Júlio Campos. V. Ex<sup>a</sup> recorda que, ainda como Deputado Federal, fez um trabalho extraordinário para que conseguíssemos esse recurso para implantação daquele belíssimo Centro de Treinamento, que tem todas as possibilidades didáticas para um bom treinamento de técnicos e produtores. Recordo também V. Ex<sup>a</sup> de que eu era Presidente da Emater, durante o Governo Frederico Campos, quando acompanhei diariamente a construção daquele Centro de Treinamento, e que funciona bem. Não é justo hoje que o Governador Dante de Oliveira, sob o pretexto de apoio às crianças carentes, elimine esse complexo de treinamento da área da agricultura.

Agradeço, portanto, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> que, incorporado ao nosso pronunciamento, certamente o enriquecerá, ficando registrado nos Anais desta Casa e na história de Mato Grosso que não fomos coniventes com essa atitude do Sr. Governador, e não está livre dessa crítica o Sr. Presidente da Emater e toda a sua diretoria, bem como o Secretário da Agricultura Jeremias Leite, que é fruto daquela casa e que deixa desaparecer esse extraordinário Centro de Treinamento.

Collor de Mello, como Presidente, teve a pecha de desmontar a agricultura do Brasil, desmontando a Embrater; o Sr. Dante de Oliveira desmontará a agricultura de Mato Grosso, acabando com esse centro de treinamento.

Prosseguindo, Sr. Presidente, pode-se estar desta maneira assistindo melhor as crianças carentes mas, sem dúvida, se estará desassistindo a agricultura, um setor que deve merecer também a prioridade dos governos.

E estou convencido, Sr. Presidente, de que desassistindo a agricultura se estará aprofundando a crise no Estado; crise esta que provocará mais êxodo rural, maior inchamento nas cidades, pela mão-de-obra migrante do campo e, como decorrência, gerando mais crianças carentes que precisarão, evidentemente, de novas unidades para atendimento.

Estou convencido, igualmente, Sr. Presidente, de que também no caso das crianças carentes, atacar os problemas nas origens também é necessário e poderá até ser mais eficaz.

Quero crer que o Governador Dante de Oliveira certamente irá fazer uma reflexão mais profunda e rever essa decisão. Irá avaliar melhor as conseqüências da extinção do Centro de Treinamento de técnicos, produtores e trabalhadores rurais de Mato Grosso e, inclusive, identificar outros locais para instalar a necessária unidade de apoio às crianças carentes.

Seria uma demonstração explícita de apoio à agricultura, tão necessária no momento atual, sobretudo no Estado do Mato Grosso do Sul. Afinal, prefiro não acreditar que o Governador Dante de Oliveira queira passar para a história como um Governador obscurantista, que criou barreiras para o desenvolvimento da tecnologia para a agricultura e que não teve a sensibilidade de apoiar os técnicos, os agricultores, os trabalhadores rurais e o próprio setor agropecuário mato-grossense.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Gilvam Borges. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena, que disporá de vinte minutos.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o orçamento público identifica-se de tal maneira com as democracias modernas que sua história confunde-se com a origem do Estado de Direito. A observação, feita por Nitti, é anotada por Juranir Coelho em seu livro *Teoria e Processo do Orçamento*, em que cita ainda o célebre Gladstone: "O orçamento tem sua raízes mergulhadas na própria vida dos povos".

Gladstone, vale lembrar, definiu o orçamento como um "ato político por excelência". Disse-o a com autoridade de quem foi chefe do Partido Liberal

Britânico, Ministro das Finanças e quatro vezes Primeiro-Ministro, tendo utilizado, nessa condição, a lei orçamentária para promover numerosas reformas de caráter político e social. "Não há fenômeno que não ocorra na vida da comunidade que não repercuta nos seus dois campos conformados, de receitas e despesas", asseverava.

Nas sociedades modernas, como se pode constatar, firmou-se o princípio inglês de que o povo, que suporta as despesas, tem o direito de limitá-las e de autorizar a decretação e a cobrança das rendas públicas. Mais do que isso, o orçamento assumiu um papel preponderante na vida do Estado e das comunidades: deixou de ser simples previsão de receitas e prestação de contas para caracterizar-se como essência do planejamento, que define a ação dos governantes, impõe limites, estabelece prioridades e procura de obter o máximo de resultados com o mínimo de gastos.

No Brasil, a lei orçamentária, sistematizada e organicamente consistente, só apareceria em 1830, com a eficácia para o biênio seguinte, embora já estivesse prevista na Constituição desde 1824. Ao longo de nossa história, a peça orçamentária tem sido interpretada freqüentemente de forma equivocada; pior ainda, tem sido, em determinadas ocasiões, conscientemente deturpada, com o objetivo de atender a interesses menores, em detrimento do interesse coletivo.

Governos, políticos e, enfim, toda a sociedade conscientizaram-se de que um novo salto evolutivo se impõe para que o orçamento público não apenas seja aperfeiçoado e melhor controlado, mas torne-se um instrumento eficaz de alavancagem do desenvolvimento e da promoção de justiça social.

Essa constatação explica, por exemplo, o envio ao Congresso Nacional, pelo Executivo, de projeto anual que reforma a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Explica, também, a Proposta de Emenda à Constituição, de nº 26, de 1995, que submeti à apreciação desta Casa, que prorroga a vigência da Lei Orçamentária para o exercício financeiro seguinte, quando não for ela aprovada até o término da sessão legislativa.

Sabemos todos que a disposição sobre o orçamento é uma das mais importantes prerrogativas do Congresso. Entretanto, por motivos diversos, às vezes somos incapazes de votá-lo em tempo hábil, o que dá margem a situações no mínimo esdrúxulas. Um claro exemplo dessas situações é o orçamento do corrente ano, que somente foi encaminhado pelo Executivo no apagar das luzes da última sessão le-



gislative - mais precisamente no dia 29 de dezembro do ano passado.

O orçamento de 1995 foi, portanto, encaminhado com atraso ao Congresso - mas ainda no exercício precedente. Dispondo o Governo de 15 dias úteis para sancioná-lo, e não o desejando fazer às carreiras, o que seria leviano, ocorreu um indesejável hiato na utilização dos recursos, porquanto, atendido o princípio da anualidade, ficava impedida a liberação dos duodécimos.

Com o orçamento de 1994 foi pior, pois sua votação só aconteceu em novembro. Os recursos orçamentários foram utilizados em parcelas de duodécimos, o que caracteriza uma situação completamente irreal, e o País foi administrado à base de improvisos e subterfúgios.

Esses exemplos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não incriminam o Legislativo. Lembraria que no ano passado vivemos a expectativa e os desdobramentos da implantação de um plano econômico, da realização de eleições gerais, e, em consequência, da iminente mudança de governo.

Poderia citar, entre as causas desses atropelos, o fato de ter o Executivo enviado três versões da peça orçamentária, em ocasiões distintas no mesmo exercício - o que naturalmente implicava reiniciar todo o processo de apreciação e votação.

Convocado por esta Casa, o Ministro do Planejamento, José Serra, compareceu a este Plenário, quando condenou enfaticamente a liberação de duodécimos da receita orçamentária - expediente utilizado quando a proposta não é votada em tempo hábil. Seria absurdo pretender que a vida do País se repetisse, mês a mês, como ocorrera no exercício anterior, argumentou.

O Ministro tem razão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Entretanto, aponta uma alternativa perigosa, que consistiria em aprovação por decurso de prazo - um expediente que nega a instância legislativa e nos remete à época dos governos autoritários.

A solução que proponho, de prorrogar a vigência do orçamento de um exercício para outro, com a devida atualização dos valores, não é certamente a ideal. Ideal é que o Orçamento seja votado em tempo hábil, após a manifestação de amplos segmentos da sociedade, e que reflita a participação de todos os brasileiros que sonham com um futuro melhor, com a redução das desigualdades e com o aperfeiçoamento das instituições democráticas.

A Proposta de Emenda à Constituição que apresentei à Casa, no sentido de prorrogar para o exercício seguinte o Orçamento do exercício anterior

se a sua proposta não tiver sido votada até o último dia do exercício, é a restauração da norma que vigorou na Constituição de 1946. Ela está sendo relatada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pelo eminente Senador Bernardo Cabral. Não é a solução ideal, mas é alternativa melhor à utilização dos duodécimos; é alternativa, também, ao expediente tirânico do decurso de prazo. Esse recurso, deve-se ter em mente, poderia ser obtido com manobras de obstrução, ou pela apresentação de inúmeras versões da peça orçamentária, impossibilitando ao Congresso Nacional o cumprimento de tão importante prerrogativa.

Ao pedir a atenção, o empenho e a manifestação favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e do próprio Plenário para tão importante Proposta, devo manifestar minha crença na adoção de novos critérios para dispor sobre a peça orçamentária, para que, efetivamente, se transforme ela num instrumento de promoção da cidadania, eliminando desperdícios, gerando riquezas e reduzindo as desigualdades.

No momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em que voltar a vigorar na Constituição Federal a norma de 1946 a que já me referi, certamente não só o Executivo terá todo o empenho em que a sua Proposta para o exercício seguinte seja votada no Congresso, como as Lideranças, de um modo geral, e os Srs. Congressistas, nas duas Casas, farão por onde agilizar o andamento da proposta orçamentária, a fim de que não se repitam no ano seguinte as dotações do ano anterior, com graves prejuízos para o andamento da administração, sobretudo, tendo-se em vista que o Governo, mais do que hoje, ainda, passará, cada vez mais, a utilizar-se dos créditos suplementares.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Francellino Pereira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador José Alves.

**O SR. JOSÉ ALVES** (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, distinguido com a indicação do Sr. Presidente do Senado e aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para cumprir missão no exterior, participei como ob-

servador de importante reunião ocorrida nos dias 29 e 30 do mês passado, em Washington, promovida pela Organização Pan-Americana de Saúde, ramo para as Américas e o Caribe, da Organização Mundial de Saúde, e que também teve o apoio de outras agências de cooperação internacional, como o Banco Inter-americano de Desenvolvimento, o Unicef, a Organização dos Estados Americanos, o Banco Mundial, a Cepal e outros organismos, objetivando uma ampla discussão e troca de experiências sobre a reforma do setor de saúde.

Não apenas no Brasil, mas em toda a América e no mundo, as disparidades entre os níveis de qualidade da saúde na população e os respectivos índices nacionais relativos a algumas áreas do setor mostram a urgente necessidade de se reformularem as políticas, diretrizes, prioridades e procedimentos de caráter geral, visando à melhoria do desempenho desse setor vital de atendimento às populações e uma melhor sintonia pela troca de experiências e cooperação inter-americana.

Em termos dessas desigualdades, cite-se, por exemplo, os seguintes dados que compilei da leitura dos diversos relatórios apresentados e das palestras a que assisti, com relação ao quadro da saúde nas Américas:

- as taxas de mortalidade infantil chegam a variar entre 7,5/1000 e 109,8/1000, enquanto a mortalidade materna varia de 3/1000 a 270/1000;

- mais de 2 milhões de crianças nascem, anualmente, sem nenhuma assistência médica ou mesmo ajuda de parteira, mas apenas com os cuidados de suas famílias;

- mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso regular ao atendimento básico de saúde, e neste ano de 1995 já existem mais de 160 milhões de pessoas na América Latina com renda inferior a dois dólares por dia, enquanto os 20% mais ricos têm atendimento especializado de padrão igual ao de Primeiro Mundo;

- em todas as Américas o número de médicos por habitante cresceu muito, mas o número de leitos hospitalares por habitante caiu de 3,3 nos anos 50 para 2,4 na década de 90, e o contingente de enfermeiros, indispensáveis para multiplicar a atuação do médico, registra um déficit de 500 mil profissionais, relativamente ao número desejado.

Diagnóstico da OPAS, apresentado nessa Reunião de que participei, revelou uma tendência ocorrida na América Latina e no Caribe, nos últimos anos, em que os recursos para a saúde despenca-ram: reduziram-se, primeiro, os gastos com investi-

mentos e logo diminuíram-se os de manutenção e fornecimento de insumos, até se chegar ao limite em que os recursos disponíveis só davam para cobrir os custos salariais.

Essas são apenas algumas disparidades que, juntamente com outros estudos, impõem uma necessidade urgente de se corrigir o atendimento à saúde, um requisito para o desenvolvimento humano, o crescimento econômico, a integração regional e a consolidação da democracia nas Américas.

Concluí, do que observei, que a reforma do setor de saúde deve ser um item prioritário na agenda política de todos os países americanos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a Reunião, da qual participaram importantes autoridades e dirigentes governamentais do setor de saúde de todos os países da América e do Caribe, é o desdobramento nesta área sobre a Reunião de Chefes de Estado, ocorrida em Miami, de 9 a 11 de dezembro de 1994, denominada Cúpula das Américas, que incluiu em suas conclusões uma resolução sobre o "acesso equitativo dos serviços básicos de saúde", visando corrigir esta triste realidade entre as carências mais urgentes da população, e propôs, nessa ocasião, a seguinte agenda, visando à reforma da saúde nos diversos países membros:

- "Reafirmação do compromisso da Cúpula Mundial em favor da Infância, de 1990; do Acordo de Narino de 1994 e da Conferência de População e Desenvolvimento de 1994, no sentido de reduzir a mortalidade infantil em um terço e a mortalidade materna à metade, até o ano 2.000;"

**O Sr. Gerson Camata** - Senador José Alves, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ ALVES** - Com muito prazer, Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** - Ilustre Senador José Alves, venho acompanhando a atuação de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa e vejo que, na qualidade de médico que é, quase sempre, nas suas intervenções, tem demonstrado a sua preocupação com a Saúde pública brasileira. A indicação de V. Ex<sup>a</sup> para representar o Senado brasileiro nesse encontro de Saúde foi a mais justa; o Presidente do Senado, a Mesa do Senado, teve o cuidado de remeter, para esse encontro em Washington, um Senador que vem, constantemente, manifestando a sua preocupação com os graves problemas que a Saúde pública brasileira vem enfrentando. V. Ex<sup>a</sup> vem de lá com esse excelente relatório que apresenta à Casa e aos seus

companheiros, que nos faz refletir sobre a gravidade dos problemas de Saúde da América Latina, que V. Ex<sup>a</sup> expõe, mas que são também os do Brasil. Estamos convivendo com eles quase que diariamente, quando visitamos hospitais, quando andamos pelo interior do Brasil e quando, pelas telas das televisões ou pelas manchetes dos jornais, vemos esses problemas se acumulando cada vez mais. V. Ex<sup>a</sup> aborda um fato muito interessante: se, na América Latina inteira, o número de médicos, nos últimos anos, tem aumentado, o número de leitos hospitalares disponíveis à população tem diminuído. Suponho que a população tenha crescido, mas que a construção de hospitais não tenha crescido na mesma proporção. O Senado, paralelamente ao trabalho que V. Ex<sup>a</sup> desenvolve e à meritória luta empreendida por V. Ex<sup>a</sup> em favor da Saúde pública brasileira, está agora para apresentar o relatório parcial da Comissão das Obras Inacabadas. O resultado parcial dessa Comissão, que será apresentado amanhã, através do Relatório do Senador Casildo Maldaner, vai chocar o Brasil. Há, no País, mais de 1.500 obras inacabadas, entre hospitais e postos de saúde. Essas obras inacabadas de hospitais e postos de saúde, cuja construção começou há mais de 10 anos, estão refletindo nesse índice a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, que indica um aumento da população, sem estar, contudo, acompanhado, concomitante ou proporcionalmente, de uma elevação do número de leitos hospitalares à disposição dessa população. Essa Comissão do Senado, que se integra, nesse aspecto das obras inacabadas, às preocupações que V. Ex<sup>a</sup> traz desse encontro de Washington, vai sugerir que, na feitura do Orçamento, possamos levar a Comissão de Orçamento a colocar já à disposição dos investimentos que o Brasil deve fazer, do pouco que sobra do Orçamento da União para investimentos, recursos para terminar esses postos de saúde e hospitais. Outro aspecto que me preocupa - e certamente a V. Ex<sup>a</sup>, que tem um maior conhecimento de causa - é que se verifica que, depois que se tentou municipalizar a saúde - foi uma grande iniciativa -, não houve, por parte da maioria dos Prefeitos e Governadores dos Estados, uma compreensão desse processo. Antigamente, tínhamos, na área da Saúde, os investimentos do Governo Federal, dos Governos estaduais e dos Governos municipais. Hoje, o que se observa é que a maioria dos governos, tanto das Prefeituras quanto dos Estados, ao invés de investirem também recursos próprios, arrecadam os recursos que vêm do Governo Federal e aplicam somente esses. Então, na verdade, a municipalização,

em vez de aumentar o volume de recursos públicos investidos na Saúde pública brasileira, fez diminuir esses recursos. Porque, ao invés de termos os três níveis investindo, observo que, na maior parte das vezes, o Estado ou Município investe apenas os recursos que recebe da área federal. Acredito que, sem investimentos sérios, sem vontade política de fazer-se saúde, dificilmente sairemos do problema que enfrentamos; ao invés de ocorrerem melhorias, quase sempre veremos o quadro agravar-se. O sistema de Saúde do Brasil está doente. Louvo a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, não só pela lucidez da Presidência do Senado que o designou representante naquele encontro, pois V. Ex<sup>a</sup> é um Senador que se preocupa sempre, nos seus pronunciamentos e projetos, com os problemas de Saúde do Brasil; mas louvo, principalmente, a sua iniciativa de trazer aos arquivos do Senado, ao convívio dos seus companheiros, ao conhecimento dos seus companheiros, as observações que V. Ex<sup>a</sup> lá fez e que coincidem com as preocupações que V. Ex<sup>a</sup>, constantemente, vem manifestando aqui neste Plenário.

**O SR. JOSÉ ALVES** - Agradeço ao nobre Senador Gerson Camata. Incorporo ao meu discurso, com muita satisfação e orgulho, a lucidez de seu aparte.

Prossigo o meu discurso, lendo os tópicos da agenda proposta pela Cúpula das Américas:

"- Endossar um pacote básico de serviços clínicos, preventivos e de saúde pública, de acordo com recomendação da Organização Mundial de Saúde, da Organização Pan-Americana de Saúde, do Banco Mundial e da Conferência sobre População e Desenvolvimento;

- Compromisso de desenvolver, de acordo com mecanismos definidos por cada país, reformas destinadas a atingir as metas de saúde infantil, materna e reprodutiva; acesso universal e não discriminatório aos serviços básicos de saúde; o atendimento aos pobres, incapacitados e populações indígenas; uma infra-estrutura de saúde pública mais sólida; alternativas de financiamento, administração e prestação de serviços; garantia de qualidade e maior participação de agentes e das organizações não-governamentais;

- Fortalecimento da Rede Interamericana de Economia e Financiamento da Saúde como foro para compartilhar conhecimentos, informações e experiências, fortalecer a ca-

pacidade nacional e fomentar a cooperação hemisférica sobre a reforma incorporando funcionários governamentais, representantes do setor privado, instituições não-governamentais, doadores e especialistas.

Segundo os documentos oficiais discutidos e as conclusões apresentadas pela OPAS, os objetivos principais da reforma do setor de saúde, são os seguintes:

- Melhorar as condições de vida e saúde de todos os habitantes das Américas;
- Participar da reforma social na região, constituindo-se num dos pilares do desenvolvimento com justiça, bem-estar e equidade;
- Contribuir efetivamente para o combate à pobreza e ser uma parte importante dos programas de ação para esse propósito;
- Reduzir as iniquidades na situação da saúde, melhorar o acesso a serviços de saúde de boa qualidade e fomentar que instituições, indivíduos e comunidades compartilhem a responsabilidade;
- Modernizar e descentralizar a organização e a operação de instituições públicas que provêem serviços de saúde;
- Conseguir um equilíbrio entre os sub-setores de saúde públicos e privados, a fim de que seus esforços se complementem; e, finalmente,
- Assegurar a disponibilidade de recursos financeiros razoáveis para o setor, em níveis sustentáveis, a fim de permitir a realização de seus objetivos."

**O Sr. Bernardo Cabral** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador José Alves?

**O SR. JOSÉ ALVES** - Com muito prazer, Senador Bernardo Cabral.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Senador José Alves, o Senado acaba de comprovar que o eminente Presidente José Sarney tinha razão - tem e continuará tendo - quando propõe que Senadores designados para viagem ao exterior façam relatório. Veja V. Ex<sup>a</sup> que essa decisão não é acertada apenas pela forma de fazer o relatório, mas é o conteúdo que V. Ex<sup>a</sup> traz nessa peça que acaba de trazer ao conhecimento dos seus colegas. V. Ex<sup>a</sup> se reporta ao atendimento básico de saúde, ao número de leitos, ao número de médicos, contingentes de enfermeiros. No nosso País, em que a Saúde transita entre a concordata e a falência, o nosso sistema é mais do que precário - V. Ex<sup>a</sup> deve sentir isso na pele, como

profissional competente que é no ramo. A minha interferência - aliás, peço-lhe desculpas - foi apenas para cumprimentá-lo. Qualquer companheiro nosso que amanhã consultar o **Diário do Congresso** em que for publicado o relatório de V. Ex<sup>a</sup> terá uma peça informativa em nível internacional, que se transformará para o Estado de cada um, a fim de que esse representante faça da sua análise um diagnóstico preciso. De modo que junte aos cumprimentos oportunos manifestados pelo Senador Gerson Camata os meus aplausos ao relatório de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ ALVES** - Agradeço sensibilizado as palavras do nobre Senador Bernardo Cabral.

Naquela reunião a que estou me referindo, cada país apresentou um documento técnico constante de um diagnóstico do setor, as perspectivas e tendências de sua região, uma descrição sumária de como funciona o sistema em seu país e o nível de providências relativamente à evolução do seu processo específico de reforma do setor saúde em seu país.

O processo de reforma que está sendo desenvolvido em cada um dos países membros revela peculiaridades interessantes e providências que podem contribuir grandemente para a melhoria e aperfeiçoamento dos sistemas de saúde nas Américas.

Nas reformas já ocorridas, houve redefinição de responsabilidades dos Ministérios da Saúde na prestação direta de serviços e atendimento, aumentando o papel de suas funções de gestão política, normatização, avaliação e controle, para assegurar o melhor desempenho e agilidade do setor, visando maior equidade, qualidade e eficiência.

As fontes financeiras convencionais foram reforçadas com uma melhor participação de recursos das diferentes esferas de governo, previdência social, empresas e famílias.

Um item muito importante nas reformas já ocorridas ou em andamento, e que já defendi em pronunciamento anterior que fiz nesta Casa, é a preocupação em se recuperar os custos dos serviços prestados pelo Estado, gerando receita para as unidades de atendimento que têm autonomia de gestão.

Em diversos países tem havido a progressiva descentralização do setor, com a redefinição do papel dos governos centrais, intermediários e locais, isto é, União, Estados e Municípios, agilizando a transferência de recursos e capacidade de gestão e autonomia para os níveis municipais, que respondem mais de perto à população onde devem ocorrer de formas mais eficaz a solidariedade social, a equidade na integração dos serviços e a conjugação dos

esforços e da participação entre a ação do Governo e a iniciativa privada.

As reformas em andamento nos diversos países americanos estão diversificando formas inovadoras de regionalização e gestão dos serviços, procurando otimizar a eficiência e credibilidade do setor, empenhando-se numa melhor divisão de funções entre o Estado e a sociedade civil na prestação e financiamento dos serviços de saúde, buscando coordenar as diversas instituições públicas e privadas.

Em alguns casos os hospitais públicos estão sendo reestruturados como empresas sociais, com autonomia de gestão e capacidade para recuperar custos mediante convênios com a previdência social e o setor privado.

Procura-se também otimizar a combinação público/privado, em termos de concorrência administrativa, o desenvolvimento de programas de garantia de qualidade para se certificar estabelecimentos de saúde e investe-se na fiscalização rigorosa de custos e resultados, estruturando-se redes mais eficientes de serviços complementares de tratamento, diagnóstico, fornecimento de remédios, apoio logístico, manutenção e outros itens e prioridades para melhorar o desempenho do setor.

No contexto deste panorama mundial de reformas no setor saúde e de nossa realidade nacional, embora o Plano Plurianual aponte um conjunto de metas visando a consideráveis melhorias, preocupamo-nos com a situação vexatória em que se encontram os hospitais públicos do País e as fundações beneficentes, que há alguns anos já vinham enfrentando enormes dificuldades para manter o seu funcionamento, atendendo, principalmente, ao público mais necessitado, porque as pessoas com mais recursos, com maior ou menor sacrifício, podem recorrer às clínicas particulares e se habilitar a um atendimento mais rápido e de melhor qualidade.

Nesta semana em que estive no exterior, segundo fui informado logo que retornei, o Pronto-Socorro do antigo Hospital de Cirurgia de Aracaju, entidade que hoje leva o nome de seu fundador, o cirurgião Dr. Augusto Leite, fechou suas portas por absoluta falta de recursos.

Esse é um fato lamentável, uma verdadeira calamidade, porque o Pronto-Socorro daquele Hospital, que dispõe de 600 leitos, juntamente com o Hospital João Alves Filho, que tem 125 leitos equipados e funcionando, além de 129 leitos a serem ativados, e uma UTI pediátrica com 31 leitos, são os que atendem a toda a população do Estado, de um milhão e meio de pessoas.

**O Sr. Casildo Maldaner** - V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. JOSÉ ALVES** - Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner - Gostaria de dizer, sem querer atrapalhar a extraordinária análise que V. Ex<sup>a</sup> está fazendo da situação da saúde no País e, principalmente, no seu Estado, está ocorrendo em todo o País. Estamos, na verdade, vivendo um drama extraordinário. Aliás, há pouco, o Senador Gerson Camata mencionava o grande número de hospitais, minihospitais e hemocentros inacabados, espalhados pelo País inteiro. É de estarrecer. São verdadeiros esqueletos. Eu até diria que a própria saúde se encontra hoje na UTI. Essa é a realidade. Como profissional da saúde, V. Ex<sup>a</sup> relata a situação existente em todo o País. Precisamos encontrar um caminho para mudar esse quadro, porque, como dizem em Santa Catarina, a doença não avisa quando vai bater à nossa porta. Muitas vezes, todos ficam sobressaltados sem saber como encontrar uma saída. Agora estão fechando as portas de maternidades, de hospitais, etc. Isso muito nos preocupa. O que iremos fazer? Estamos diante de um tema eminentemente grave, para o qual V. Ex<sup>a</sup> chama a atenção do Senado Federal e do País inteiro. Por isso, congratulo-me com o pensamento que V. Ex<sup>a</sup> está externando na tarde de hoje.

**O SR. JOSÉ ALVES** - Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

O fechamento do Pronto-Socorro da Fundação Beneficente do Hospital de Cirurgia de Aracaju, em termos de perda para a população, tem uma dimensão de calamidade, porque a grande parte das pessoas que lá seriam atendidas não terão a quem recorrer, não somente porque a capacidade física do outro hospital público não poderá suprir o atendimento, como também porque esta clientela, a maior parte pessoas absolutamente carentes, não terão acesso às clínicas particulares.

Quero nesta oportunidade, Sr. Presidente, manifestar a minha preocupação e externar o meu protesto por este lamentável acontecimento.

Sinto-me na obrigação de fazer essas considerações porque conheço de perto este antigo Hospital, com o qual colaborei durante muitos anos como médico e Diretor, quando fui Secretário de Saúde do Estado e Chefe da Casa Civil, tendo sempre contribuído para superar suas naturais dificuldades, dificuldades de uma instituição que atende a todos que a procuram, sem visar a lucro monetário.

Assim, Sr. Presidente, abro esse espaço no relatório que presto a esta Casa, após a missão que cumpri no exterior, para fazer esse registro.

O que tem estimulado as reformas é o imperativo para a solução de problemas de pressão sobre as limitações do atendimento, os custos crescentes, a ineficiência e a desigualdade no acesso a esses serviços e a insatisfação dos usuários e das instituições.

A Cúpula das Américas, com a participação dos Chefes de Estado assumiram compromissos que aos poucos vêm se concretizando para a solução em alguns países de questões críticas, como, por exemplo, democratização das oportunidades de acesso aos serviços de saúde, garantia de qualidade, eficiência, contenção de custos, sustentabilidade financeira, colaboração pública e privada, ética biomédica, avaliação da tecnologia, disponibilidade de medicamentos especiais, regulamentação do setor, gestão dos serviços, participação comunitária e descentralização.

A Delegação do Brasil, coordenada pelo Dr. José Carlos Seixas, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, apresentou importante documento de nossa realidade na área, identificando os principais problemas e as melhorias no desempenho do setor, fixando as mais relevantes para os próximos quatro anos, no sentido da reorganização do setor.

A importância da organização e desempenho dos sistemas de saúde pode ser avaliada, também, pela evolução da expectativa de vida, que na América Latina passou de 51.4 anos em 1950, para 63.2 em 1975, atingindo os quase 70 anos em 1995. Entretanto, em outros países mais desenvolvidos, a evolução da medicina e a eficiência do sistema de saúde permitiram, nos últimos 20 anos níveis muito elevados de expectativa e esperança de vida, o que é um estímulo para que se priorize os investimentos, a organização e as melhorias do setor de saúde no elenco das alternativas para se democratizar a distribuição dos dividendos do progresso, da evolução das ciências e das conquistas da humanidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) - Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, por permuta com o Senador Valmir Campelo.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado na tarde de hoje, para trazer à baila dois importantes assuntos.

Um deles refere-se ao pronunciamento feito na tarde de ontem pelo eminente Senador Bernardo Cabral, que abordou assuntos de interesse da Região Amazônica. Como presidia a sessão, não pude dar a S. Ex<sup>a</sup> o meu aparte e manifestar-lhe a minha solidariedade, como gostaria, quando S. Ex<sup>a</sup> abordou as dificuldades por que passam os Estados periféricos de nosso País. O nosso Estado - Mato Grosso - é também periférico como o são o Amazonas e os Estados nordestinos, assim como o Estado que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, representa - o Amapá. Por quê? Distante dos centros de decisão política e econômica, esses Estados só têm os incentivos fiscais como únicos atrativos para a fixação, na nossa região, de indústrias, de agroindústrias, de empresas que possam viabilizar a criação de empregos, o desenvolvimento, enfim, o progresso para a nossa população.

É muito grave, quando se discute a Reforma Tributária, o Governo Federal falar em criar dois ICMs: um de nível federal e outro de nível estadual, ambos submetidos a uma única legislação, centralista, que só pode ser a da União.

Os Estados não poderão mais realizar política econômica ou social por meio do ICM, perdendo sua autodeterminação; só a União poderá fazê-lo. O seu passado não recomenda, e o presente condena. Pretende a simetria nacional de âmbito de ICM, do Rio Grande do Sul ao Amapá. Se o Piauí, o Amazonas ou o Mato Grosso não puderem oferecer isenções de ICM para atrair investimentos, ganharão os Estados centrais, que têm população, transporte, infra-estrutura, tudo bem montado, como é o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná. Não inclui aí o Rio Grande do Sul, que está um pouco longe do centro de decisão, e cuja grande opção, penso eu, é o sucesso do Mercosul.

Um exemplo disso é a instalação de uma fábrica de cinescópio que uma multinacional pretendia implantar na Zona Franca de Manaus. O cinescópio é um dos componentes mais importantes de um televisor, representando cerca de 35% do total de seus componentes e 75% do peso de um aparelho de TV. Essa indústria estava decidida a fixar-se em Manaus, na Zona Franca, que é um centro industrial do País e orgulho de todos nós. Como homem da Amazônia, indiscutivelmente, eu não poderia deixar de reconhecer o grande avanço que a Zona Franca de Manaus levou para toda a nossa região. Para surpresa de todos nós, segundo o pronunciamento de ontem do eminente Senador Bernardo Cabral, a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo - em especial os jornais **Folha de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e



**O Globo** - notícia, para tristeza nossa, que o consórcio de empresas Philco-CCE-SEMP-TOSHIBA está se preparando para construir uma nova fábrica de cintoscópio, mas não no lugar anteriormente anunciado, que seria a cidade de Manaus. Talvez a escolha recaia entre o Rio de Janeiro e o interior de São Paulo, este já tão rico e forte. Atualmente, as prioridades dos industriais são Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Desta mesma tribuna, apoiamos o gesto simpático e certo da Volkswagen, ao implantar uma fábrica de caminhões no interior do Rio de Janeiro. Mas discordamos, neste momento, Sr<sup>a</sup> Presidente Emília Fernandes, Srs. Senadores, nesse caso, porque a nossa região, já tão carente, sofre agora essa restrição por parte do Governo Federal, deixando-nos sem a mínima possibilidade de competir. Porque o que faz o empresariado deixar de investir em São Paulo, Rio de Janeiro, onde está próximo aos portos de exportação, às estradas asfaltadas, com energia elétrica suficiente, são os incentivos.

**O Sr. Bernardo Cabral** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Tem V. Ex<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Bernardo Cabral** - Nobre Senador Júlio Campos, não tomo a iniciativa de apartear-lo para agradecer a solidariedade de V. Ex<sup>a</sup>. Isso é absolutamente desnecessário, pois V. Ex<sup>a</sup>, como homem público, como ex-Governador do seu Estado, por certo não teria outra atitude senão esta. V. Ex<sup>a</sup>, portanto, sabe dos problemas que afligem essas regiões periféricas. E V. Ex<sup>a</sup> diz muito bem. A criação de dois ICMS irá destruir a Federação. A destruição ocorrerá exatamente pela base com que V. Ex<sup>a</sup> sustenta o seu discurso. Não há como pensar que o grande industrial, sem os incentivos que lhe poderiam proporcionar um deslocamento do eixo da sua indústria, do seu comércio, vá para o Estado do Mato Grosso, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem representa, ou para o meu, que tenho a honra de estar aqui falando em nome daqueles que me conduziram ao Senado. Ora, a interpretação de V. Ex<sup>a</sup> é o segundo alerta. Talvez até com mais propriedade do que aquele que fiz ontem, mas é um alerta oportuno, pois V. Ex<sup>a</sup> fere, no meu ver, no meu sentir, o ponto fundamental, que é a destruição da Federação. Meus aplausos.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Muito obrigado. Incorporo, com muita honra, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao meu pronunciamento.

Essa situação de abandono preocupa-me muito. É muito difícil e muito complicado conseguirmos algum recurso para a nossa região, pois dificilmente

temos Ministros. Os últimos Ministros mato-grossenses de que me lembro foram Roberto Campos, na gestão do Presidente Castello Branco, e depois o Ministro Dante de Oliveira, Ministro da Reforma Agrária. Também é muito difícil termos presidentes nas grandes empresas. Dificilmente, portanto, as Regiões Amazônica e Centro-Oeste têm possibilidade de participar do Governo Federal.

Se não temos como decidir aqui em Brasília, e a nossa força política já é pequena em termos de representação na Câmara dos Deputados, que hoje comanda a política do País muito mais fortemente do que o Senado, a única oportunidade que essas Regiões têm de se desenvolver é através da política de incentivos fiscais. Se o Governo acabar com a possibilidade de termos um pouco de apoio, para que os empresários acreditem em nossa região, o que vai nos restar? Talvez seja preferível o Brasil re-discutir a nossa Federação.

**O Sr. Mauro Miranda** - V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Júlio Campos?

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Pois não, nobre Senador Mauro Miranda.

**O Sr. Mauro Miranda** - Ouço com atenção o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que nos atinge diretamente, nós das Regiões periféricas, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. Estamos sempre sendo colocados de lado. Nossa força está na nossa união. Quando da elaboração da Constituição de 1988, fizemos aqui um movimento brilhante e maravilhoso que quebrou a hegemonia do Sul e do Sudeste contra o desenvolvimento de nossas Regiões. Acho que está na hora também, nessa Reforma Tributária - e de nossa parte já fizemos reuniões com todo o empresariado, o novo empresariado de Goiás e da Região Centro-Oeste -, de preparar nossas emendas. Tenho certeza de que os interesses da Amazônia e do Nordeste são os mesmos, porque nossos problemas são os mesmos. Isso se dá não só com os interesses econômicos, mas também com os interesses culturais. Vejo um preconceito enorme contra nossas universidades. Basta ouvir os discursos do Ministro da Educação contra nossas universidades do nosso interior, que se mantêm a duras penas. Mas por que esse preconceito contra regiões que querem se desenvolver num momento tão difícil? Hoje dei entrada, nesta Casa, a um requerimento solicitando ao Ministro da Educação a discriminação, Estado por Estado, dos recursos destinados às nossas universidades. Pode ter certeza, Senador Júlio Campos, que a Universidade do Mato Grosso também está sendo discriminada. É hora de esta Casa, que

representa os Estados brasileiros, tomar uma posição firme. Precisamos nos unir. Outro dia, nesta Casa, o Senador Edison Lobão, do Maranhão, fazia esse alerta, endossado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. É hora de nós, do Nordeste, Centro-Oeste e Norte, repetirmos a união que tivemos na Reforma Constitucional. Ao Centro-Sul e aos tecnocratas não interessa o crescimento harmônico do País, mas apenas o massacre dos Estados periféricos! Muito obrigado.

**O SR. JÚLIO CAMPOS** - Preocupa-me muito, Senador Mauro Miranda, a desigualdade social hoje existente neste País. O homem de São Paulo, do Rio, do Espírito Santo, de Minas ou do Paraná são muito diferentes de nós, da Região Amazônica e da Região Centro-Oeste, em termos de qualidade de vida, de saneamento, de saúde, de educação.

Já começa a florescer em nossa região o sentimento de divisão. Por que não rediscutir a Federação?

Recentemente, estive visitando a região da Galícia, na Espanha, representando o Senado Federal. Lá, tomei conhecimento do modelo político-administrativo - que, talvez, continuando a discriminação, a desigualdade, teremos que implantar aqui no Brasil. Em Madri, capital da Espanha, estão Sua Majestade, o Rei Juan Carlos, e o Primeiro-Ministro com o Ministério Federal. Há várias regiões administrativas autônomas. A própria Galícia é uma região autônoma, com orçamento próprio, e tem um Presidente, o Sr. Manuel Fraga Iribarne, homem altamente preparado. O Presidente tem o poder de construir e administrar a sua região.

A Galícia abrange uma área de aproximadamente 40.000km<sup>2</sup>. Por volta de vinte províncias compõem a sua região; são mais de 300 cidades que têm os seus Prefeitos eleitos, os seus Governadores. Há os Parlamentos estaduais. A Galícia tem a sua autonomia administrativa.

Aqui, no Brasil, se continuar esse tipo de administração centralizada - tudo está voltado para o Centro-Sul e nada para o Centro-Norte, para o Centro-Oeste e, talvez, para o extremo-Sul brasileiro -, teremos que repensar essa situação, que não pode perpetuar.

Ainda hoje, almocei com um empresário do Rio Grande do Norte, proprietário de uma usina de álcool. Talvez seja obrigado a mudar a sua usina para outra região. Ele me dizia sobre o sentimento que tem hoje o Nordeste, devido à discriminação que o homem e o empresário nordestinos sofrem constantemente junto aos órgãos de decisão daqui de Brasília e de decisão empresarial do Centro-Sul do País.

Realmente, temos que repensar o Brasil. Por que o Senado Federal não realiza um seminário sobre o tema "Repensar o Brasil"? Está no momento de repensar este País. Temos que nos unir, Senador Mauro Miranda. E já começamos um movimento nesse sentido, tanto é que já fizemos um seminário sobre o Centro-Oeste, com a participação de Governadores do Norte, visando à participação do Governo Fernando Henrique em termos de desenvolvimento. Precisamos de estradas, de energia, de ferrovia, de navegação fluvial, de saneamento básico, do apoio do Governo Federal às nossas universidades.

Toda vez em que se fala em política universitária, as universidades são discriminadas. Ainda hoje, o próprio **Jornal de Mato Grosso** anuncia que a nossa universidade poderá fechar porque está com déficit. Ela necessita de R\$7 milhões para a sua despesa mínima de funcionamento até o final do ano e só tem R\$1,5 milhão. Não tem autonomia sequer para fazer convênios para captar recursos próprios. É tanta a centralização que tudo depende de Brasília.

Nessa oportunidade, quero alertar que o pronunciamento que o Senador Bernardo Cabral fez com relação à Zona Franca de Manaus, temos que fazer com relação às Regiões Amazônica e Centro-Oeste, que vivem discriminadas. Os recursos destinados a Mato Grosso no Orçamento de 1996 são ridículos. De um orçamento de US\$300 bilhões de dólares - não sei quanto é o nosso Orçamento, alguns bilhões não sei do quê -, R\$34 milhões é o que estão destinados para todas as obras de que Mato Grosso precisa. É um Estado que produz 7.500.000 toneladas de grãos, ou seja, é o terceiro maior produtor de alimentos deste País. Possui de 10 a 12 milhões de cabeças de gado e fornece carne. Vivemos do produto primário.

Mato Grosso é o Estado que tem a maior produção de ouro do País. No entanto, pagamos o nosso imposto, trabalhamos, somos brasileiros, enfrentamos nossos vizinhos bolivianos e paraguaios, permanentemente, defendendo as cores verde e amarela do Brasil, e do outro lado da fronteira a qualidade de vida, o progresso e o desenvolvimento são mais harmônicos.

Queremos chamar a atenção do Governo Federal, da sua equipe, do Ministro José Serra, do Planejamento, que está planejando o Brasil do próximo século, para o fato de que a nossa região não pode continuar do jeito que está: abandonada, sofrida, sem recurso nenhum, com pouca simpatia por parte da equipe governamental.

A continuar dessa forma, será melhor repensar o Brasil, o federalismo brasileiro, criando regiões administrativas com mais autonomia, como por exemplo Regiões Administrativas do Centro Oeste, da Amazônia, do Nordeste, do Sul, do Centro-Leste, e assim por diante. Talvez com um Governo Central aqui em Brasília, mas sem muita influência administrativa, para que possamos tentar prosperar. Já que, juntos, não temos tido apoio para o nosso desenvolvimento, poderemos até pensar na hipótese de um novo federalismo em nosso País.

Quero também abordar, neste instante, para finalizar o meu pronunciamento, a situação difícil em que vivem as universidades brasileiras. De norte a sul, de leste a oeste, em especial na nossa região, elas estão à beira da falência.

O Governo Federal anuncia que tem superávit todo mês, que está arrecadando bem, que a prioridade é a educação. No entanto, as transferências para as universidades do País estão em estado de miserabilidade. A própria Universidade de Brasília, a UnB, que era tida como modelo e símbolo do ensino superior no País, vive momentos difíceis, está quase fechando as suas portas por não ter condições de pagar os seus fornecedores, por não ter como pagar aqueles que cuidam da sua manutenção.

Nesta oportunidade, em nome da Bancada de Mato Grosso, quero fazer um apelo ao Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato, no sentido de que se sensibilize com o problema das universidades, liberando os recursos necessários para a nossa UFMT, por exemplo, não fechar as suas portas agora, antes do final do ano. Ela está devendo água, telefone, luz, xerox, à Embratel, fax, além das empresas de segurança e de limpeza, como também ticket alimentação. Temos recursos de R\$1,5 milhão para vivermos até dezembro, quando precisamos de pelo menos R\$7 milhões para chegarmos com vida até o final do ano.

Neste instante, apelo para que o Ministro Paulo Renato, que já foi Reitor de uma Universidade, embora rica - a Unicamp - Universidade de Campinas - volte os seus olhos para as nossas universidades federais, principalmente as dos Estados periféricos, que hoje estão vivendo momentos de tristeza pela falta de recursos para o seu funcionamento.

Muito obrigada.

*Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Emília Fernandes.*

**A SRA. MARINA SILVA - SRA.** Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Emília Fernandes) - Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por 5 minutos.

**A SRA. MARINA SILVA** (PT-AC. Para uma breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - SRA. Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por estar na Presidência dos trabalhos, porque é motivo de orgulho para todos nós, particularmente para nós Senadoras.

Ontem, fiz um pequeno pronunciamento abordando a questão indígena e, infelizmente, na oportunidade, não fiz menção, muito embora estivesse bastante chocada com que vem ocorrendo há séculos, neste nosso País, com relação às nossas populações indígenas, que me encontro com uma expectativa de otimismo, mesmo com toda essa tragédia. Isso se dá em função da presença de uma pessoa muito séria à frente da Funai, o professor Márcio Santilli, que era do Instituto Sócio-Ambiental e foi nomeado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para dirigir os trabalhos da Funai.

Márcio Santilli é um batalhador de muitos anos da questão indígena, um profundo conhecedor dessa problemática em nosso País e tem um grau de comprometimento muito grande com relação a todos esses problemas mencionados por mim e que estão sendo tratados por intermédio de alguns dos meios de comunicação.

De minha parte, estarei colocando toda a minha disposição e o meu mandato, para que, junto com o Presidente da Funai e as pessoas de bem deste País que queiram colaborar e resolver essas questões tão dolorosas, possamos trabalhar no sentido de dar as respostas de que a Nação precisa.

Faço esse registro por uma questão de justiça e respeito a uma pessoa que tem sido um grande batalhador à frente de uma entidade não-governamental. Hoje, à frente de uma instituição do Governo, espero que possa, juntamente com a sociedade - porque sozinho nada poderá fazer -, dar as respostas de que o Brasil necessita.

Para isso, vai precisar do apoio e empenho do Governo, porque não se fazem mudanças apenas com a boa vontade ou a competência individual de quem quer que seja.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

*A Sra. Emília Fernandes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Continua a lista de oradores.

Concedo a palavra a nobre Senadora Emília Fernandes, informando que S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. EMÍLIA FERNANDES** (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul levanta-se contra a crise econômica. Aqui, vários Senadores estão expondo dificuldades e os problemas que enfrentam os seus Estados.

Trago, aqui, também, a profunda preocupação do povo gaúcho diante da situação econômica e social do Rio Grande do Sul. Assim, como sempre fiz, nesta tribuna, pretendo contribuir para a reflexão sobre o que está verdadeiramente ocorrendo em meu Estado e no conjunto do País.

E falo sem qualquer sentimento de "fracasso-mania", mas sim com a certeza de que as dificuldades vividas pelo povo têm mais a ver com a realidade do que com os números frios dos tecnocratas.

Os dados que trago aqui resultam de informações contidas no documento Alerta Governo Federal, produzido pelas mais importantes entidades empresariais e de trabalhadores do nosso Estado, e também de denúncias e pedidos de apoio oriundos de diversos setores econômicos e sociais que têm chegado ao meu gabinete.

Srs. Senadores, o Rio Grande do Sul está vivendo a mais grave, profunda e dramática crise da sua história recente, superada apenas, ousou dizer, por aquela vivida pelos nossos antepassados no período pré-Revolução Farroupilha.

Um Estado rico, responsável por mais de 10% das exportações nacionais, que juntamente com outros Estados alimentou o País nos últimos anos, está à beira do colapso econômico e social.

Os gaúchos - homens e mulheres capazes de grandes iniciativas, empreendedores por natureza, trabalhadores e solidários - estão sendo empurrados dia a dia para o descrédito na capacidade de produzir, para a falta de fé nas autoridades, para a desesperança.

É preciso que as autoridades tomem consciência desta realidade e façam alguma coisa com urgência, antes que o caminho de volta se torne difícil.

Antes de atacar ou criticar os interlocutores legítimos da sociedade, os governantes têm o dever de estarem abertos para o diálogo e o entendimento.

A crise atinge todos os setores econômicos, sem exceção, derrubando a produção e, consequen-

temente, provocando concordatas, falências e desemprego.

O parque industrial do Rio Grande do Sul está sendo destruído, com centenas de médias, pequenas e microempresas, e mesmo grandes empresas, sucumbindo à nefasta ação das imorais taxas de juros e do arrocho ao crédito.

Em um Estado onde a indústria está profundamente ligada à agricultura, o setor de máquinas agrícolas apresenta uma brutal queda de cerca de 80% na produção.

A título de exemplo, a empresa Maxion, em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, reduziu a jornada de trabalho, e está funcionando apenas de terça a quinta-feira.

Na metalurgia, atingindo além da grande Porto Alegre, o pólo metal-mecânico de Caxias do Sul e outras regiões, a ociosidade da indústria já está entre 40% e 60%.

Um dos primeiros setores atingidos pela atual política econômica, o setor coureiro-calçadista, continua com dificuldades, que levam ao fechamento de fábricas, devido à defasagem cambial.

Em consequência da queda de cerca de 15% nas exportações, levadas famílias abandonam as cidades do Vale dos Sinos para as regiões do interior, de onde vieram, sem também encontrar solução para os seus dramas.

No setor vinícola, a produção caiu de 140 milhões de litros, de janeiro a julho de 93, para 93 milhões no mesmo período deste ano.

No setor de cerâmica, a ociosidade já atinge cerca de 60%.

O setor têxtil, por sua vez, enfrenta uma desleal concorrência dos produtos importados.

No setor de calcário, o consumo caiu de 3,4 milhões de toneladas em 94, para 1 milhão neste ano.

As exportações brasileiras vão fechar o ano sem conseguir cobrir o déficit da balança comercial, estimado em 3 bilhões de dólares, alerta feito pelo Presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Segundo a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, o Estado vai fechar o ano com um saldo nas exportações quatro vezes menor do que a média histórica, que é de 3 bilhões de dólares.

Segundo o Departamento Econômico dessa entidade, o prejuízo do setor exportador, desde a implantação do Plano Real, já ultrapassa 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

Entre as pequenas e microempresas, a situação ainda é mais grave.

Cerca de 67% das empresas estão trabalhando aquém da sua capacidade de produção, e a queda do nível de emprego atinge 50% das empresas.

Se nada for feito, em dois meses mais de 50% das microempresas do Estado fecharão as suas portas, deixando seiscentas mil pessoas desempregadas.

A agricultura gaúcha, por sua vez, está pagando um preço sem precedentes para sustentar o plano econômico. A área do plantio do arroz pode reduzir em 45% para a próxima safra, se nesses dias não houver uma solução para o financiamento.

A expectativa de queda na área plantada é de menos 12,4%.

A expectativa de queda na produção agrícola é de menos 22,5%.

É bom lembrar que o Rio Grande do Sul tem 60% de sua fonte de renda ligada à agricultura e à pecuária.

Antes da alegada falta de produtividade, o de que a agricultura do Rio Grande do Sul precisa são regras claras, financiamentos justos e incentivos.

É injusta a crítica aos produtores que por quase um século contribuíram decisivamente para abastecer e alimentar o Brasil.

Em particular a metade do sul do Estado, especialmente a fronteira oeste, vem sendo atingida sobremaneira pelos efeitos da crise. A quebra da agricultura e da pecuária arrasta atrás de si o fechamento de frigoríficos, a falência do comércio, a inviabilização de outros setores industriais, o desemprego e o êxodo rural.

Em Sant'Ana do Livramento, minha cidade, o desemprego já atingiu os maiores índices dos últimos anos, segundo levantamento do Sine, enquanto presenciemos o lado uruguaio se desenvolvendo organizado e próspero. Uma realidade que contraria a proposta do próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, de apoiar o desenvolvimento daquela região, e que compromete a integração efetiva do Mercosul.

A gravidade da situação do Rio Grande do Sul também se expressa nos seguintes dados: neste ano, com relação a 1994, as concordatas no comércio aumentaram 42,3%; as concordatas na indústria aumentaram 50%; as falências no comércio aumentaram 42,4%; as falências na indústria aumentaram 19,3%; os protestos de títulos em cartório aumentaram em 143,2%.

Em documento entregue recentemente às autoridades, os empresários gaúchos, liderados pelas suas entidades máximas, com adesão de entidades dos trabalhadores, alertam para a gravidade da situação.

Entre as entidades que assinam esse documento, citamos a Federação das Indústrias, a Federação da Agricultura, a Federação do Comércio, a Federação das Pequenas e Médias Empresas, a Federarroz, a Fecotriga, a Fecocarne e várias entidades de todo o Estado.

Os empresários gaúchos afirmam em seu documento que "não querem o isolamento da economia brasileira, nem a volta do protecionismo", ao mesmo tempo em que argumentam "ser imperioso defender a produção nacional da concorrência desleal ou favorecida por um câmbio forçado".

E, diante da quebra generalizada, advertem, com conhecimento de causa, que "a falta de tantos que já tombaram ou que tombarão - se nada for feito - poderá até mesmo inviabilizar a retomada do desenvolvimento".

É urgente adotar medidas, para enfrentar a situação.

Entre as propostas mais urgentes apresentadas pelos empresários e trabalhadores gaúchos estão: a recapitalização das empresas; a reativação das linhas de crédito, através do BNDES e BRDE; a instituição do "reintegro" para o sistema exportador; o retorno aos prazos antigos de recolhimento de impostos; o equacionamento definitivo do crédito agrícola.

Antes de serem acusados de "caloteiros", os produtores que garantiram a maior safra da história do País devem ser respeitados e ouvidos em suas reivindicações e propostas.

Nem o Plano Real nem o Brasil têm futuro sem a necessária harmonia entre os diversos segmentos da produção e seus governantes.

É fundamental também, neste processo, assegurar formas de garantir o emprego para os trabalhadores, os maiores penalizados pela crise econômica.

O desemprego na região metropolitana de Porto Alegre, volto a afirmar, voltou a crescer pelo sexto mês consecutivo, elevando a taxa de desemprego para 11,4% da população economicamente ativa.

Em agosto, houve uma redução de 11 mil postos de trabalho, atingindo um total de 170 mil pessoas desempregadas.

A falta de condições para o plantio da próxima safra pode provocar a dispensa de 200 mil pessoas, do total de 1 milhão e 200 mil diretamente ligadas à produção de grãos do Estado.

No setor de fundição, o índice de desemprego é de 25%.

Entre os metalúrgicos já chega aos 22%.

Em Caxias do Sul, pólo metal-mecânico, o nível de emprego da categoria caiu 5,7% em 95.

Na construção civil, foram extintos 11 mil postos de trabalho, devendo chegar a 14 mil até o final do ano.

Na avicultura, a redução da mão-de-obra foi de 5% no último ano.

No setor de cerâmica, o desemprego já chegou a 40%.

No Vale dos Sinos, as empresas estão recorrendo para a redução da jornada de trabalho e de salário como forma de enfrentar a queda nas vendas em todos os setores. Ou seja, está ocorrendo uma explosão de desemprego, como se registra em países como a Argentina e o México.

O desemprego estrutural, como se tenta argumentar para justificar a situação atual, é um processo de longo prazo, que não acontece de forma repentina.

Inicialmente, atingindo o setor coureiro-calçadista, hoje, o desemprego no Rio Grande do Sul se alastra para todos os setores da produção.

A queda do nível de emprego, especialmente em setores de baixa qualificação, demonstra que é falsa a idéia de que a causa do desemprego é a modernização dos sistemas de produção.

O que existe é uma tentativa de isentar as altas taxas de juros da responsabilidade sobre o aumento do desemprego.

A verdade é que as altas taxas de juros estão provocando a queda da produção e, conseqüentemente, a redução do número de empregos.

Isso pode ocorrer em setores localizados, mas nunca dessa forma global e repentina.

Ao mesmo tempo em que destrói o parque produtivo, a crise também se abate sobre o setor público, comprometendo a arrecadação do Estado e dos Municípios.

Em setembro, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul teve de recorrer a um empréstimo de US\$70 milhões no setor financeiro para cobrir a folha de pagamento, aumentando ainda mais a dívida pública estadual.

Também por conta da queda da arrecadação, a situação dos Municípios, anteparos imediatos e diretos da crise econômica, é dramática, levando muitos deles a uma situação desesperadora.

Ainda hoje, tomamos conhecimento de que um grande número de prefeitos já anunciam que não têm recursos para pagar o décimo-terceiro salário aos servidores municipais.

Diante dessa realidade, é injusto, incorreto e desumano promover o desmonte do Estado, das estatais e atacar os funcionários públicos, em sua

maioria mal-remunerados, como se fossem esses os causadores da crise atual.

Estamos assistindo à maior concentração e transferência de renda da história do País, do setor produtivo, especialmente agrícola, para o setor financeiro e especulativo, nacional e internacional, como já afirmei desta tribuna.

As taxas de juros praticadas no Brasil, que atingem 60,8% anuais, são as mais altas do mundo, superando todas as formas anteriores de espoliação, especialmente a mais brutal delas - a derrama, no século passado.

Apenas para se ter uma idéia da exploração a que nosso povo está sendo submetido, lembramos que o Japão tem uma taxa anual de 2,38%, a França de 8,25%, os Estados Unidos de 8,75%, a Coreia do Sul de 14,07%, o Chile de 12,68% e o México de 47% - não por acaso também uma das mais altas do mundo.

A participação do sistema financeiro no Produto Interno Bruto do Brasil passou de 9,9% em 1984 para 20,7% no final do ano passado, enquanto, no mesmo período, a participação da indústria de transformação caiu de 27,2% para 26,6%.

Srs. Senadores, até o momento, a sociedade brasileira, e especialmente a gaúcha, tem ouvido com credibilidade cívica as explicações para as dificuldades que está passando.

Mas temo dizer que o limite de compreensão e aceitabilidade da população está chegando ao momento perigoso da desconfiança, que leva ao descrédito e, depois, à cobrança mais drástica de soluções.

As autoridades econômicas têm defendido a necessidade do seu "remédio amargo", utilizando a queda da inflação como demonstrativo do acerto das suas medidas.

Mas perguntamos: qual era a inflação do México em 20 de dezembro de 1994, quando aquele país quebrou, a ponto de necessitar de um socorro de US\$50 bilhões? Qual era a inflação, Srs. Senadores?

A inflação no México, no dia da quebradeira, era de 7% ao ano. Isso mesmo, Srs. Senadores: 7% ao ano!

O que estamos querendo alertar com este dado é muito simples: a inflação baixa, por si só, não é sintoma de saúde econômica. A inflação está baixa, e isso é bom, mas a economia está atingindo graus comprometedores de falência e estagnação.

A quebradeira também está expondo o parque industrial nacional a um processo vil de desnacionalização sem precedentes.



O desemprego condena, de forma injusta e cruel, os trabalhadores que pagam com a fome, a miséria e a marginalização o preço da crise. E, mais do que ninguém, as mulheres sofrem com a pobreza crescente, que afasta, ainda mais, contingentes enormes da conquista da igualdade.

Em artigo recente, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo adverte para os riscos da tese "dos crentes do monetarismo", que apregoam "o caráter purificador das crises financeiras, necessárias para reparar os excessos do passado".

Na crise de 1929, lembra o economista paulista, o Secretário do Tesouro americano proclamava que as pessoas só poderiam ser liberadas da febre especulativa e inflacionária através do colapso e da liquidação de valores.

É inaceitável, acreditamos, apesar de determinadas declarações, que, por um momento sequer, tais teses tenham guarida entre as autoridades econômicas brasileiras.

Em recente reunião da Bancada federal gaúcha, Parlamentares ligados ao Executivo Federal afirmaram que "o Governo tem consciência de que o Rio Grande do Sul tem sido o Estado mais atingido pelas medidas econômicas" e também que "a política agrícola penalizou a agricultura do Estado".

É preciso, portanto, além de reconhecer essa realidade, adotar medidas urgentes para reparar e reverter a situação, com o objetivo de reencontrar o caminho do crescimento econômico e do desenvolvimento do Estado e do País.

O combate à inflação não pode afastar a idéia do crescimento econômico, do desenvolvimento, do fortalecimento da indústria nacional, do papel fundamental do Estado na economia e do emprego.

Aos homens e mulheres do Rio Grande do Sul está reservada uma grande e inadiável tarefa de defender o Estado, a sua economia e os seus valores.

O presente e a nossa história cobram a mobilização de todos os gaúchos, empreendedores por natureza, para superar a crise atual e reencontrar o caminho do crescimento econômico do Estado e do País.

Nós acreditamos na capacidade de produção e de trabalho dos empresários e trabalhadores gaúchos e brasileiros. E, sinceramente, esperamos que a sensibilidade dos governantes do País permita que ouçam as advertências da sua gente.

A minha intervenção é fruto do estilo de trabalho que tenho procurado desenvolver, aberto à sociedade gaúcha e comprometido, antes de mais nada, com os interesses do Rio Grande do Sul.

Espero, por fim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que as minhas palavras, também apoiadas no dever desta Casa de espelhar e representar os Estados da Federação, encontrem acolhida no coração e na razão de todos os Srs. Senadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

**O SR. MAURO MIRANDA** (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para lamentar o novo estilo das relações do Banco do Brasil com os agricultores. Não diria que estou fazendo uma revisão definitiva da imagem de eficiência de nossa principal casa de crédito, mas gostaria de entender o que está acontecendo para justificar tanta burocracia e tanta demora na aprovação dos financiamentos.

Aquele banco ágil, próximo dos agricultores, disposto a dialogar, está desaparecendo. Nunca ouvi tantas queixas, e nunca foram tão escassas as respostas. Sou obrigado a perguntar se este fato só acontece em Goiás, ou se esta é uma tendência de caráter nacional.

O Banco do Brasil tem uma história e uma tradição de parceria com pequenos e grandes empreendedores que acreditam no futuro. Sem o Banco do Brasil, não teríamos o interior pujante e forte de nossas realidades atuais. Seus gerentes são parte ativa das pequenas e das grandes comunidades. Seus financiamentos sustentaram o desenvolvimento brasileiro desde que Dom João VI chegou ao Brasil e decretou a abertura dos portos. Desconheço uma história de sucesso que não tenha o Banco do Brasil como parceiro. Eu me atreveria a dizer que ele é a própria marca do Brasil, por sua solidez, por sua segurança e por sua credibilidade.

Nada justifica a quebra de identidade entre o Banco do Brasil e o cidadão comprometido com a produção. No seu papel de regulador do mercado, de instituição que orienta as formulações estatísticas e as taxas financeiras, é imprescindível o exercício de um comportamento aberto, livre e dinâmico. Assumindo outro estilo, o nosso principal banco oficial perde as características básicas de sua vocação institucional, igualando-se a qualquer banco particular e deixando de justificar a sua existência.

Acredito sinceramente que não é este o objetivo das autoridades econômicas, que devem, por isso, identificar os desvios e corrigi-los, para que o Banco retorne plenamente as suas funções no equilíbrio da Economia.

Considero imperioso preservar a imagem das poucas instituições seculares que sobreviveram às crises que se abateram sobre o Brasil nos últimos 30 anos. É uma responsabilidade do Governo, dos dirigentes do Banco e de toda a sociedade. Não quero o Banco do Brasil sendo olhado com medo e desconfiança, mas com o carinho de sempre. O gerente sério e criterioso, mas amigo, não pode e nem deve ser substituído pela nova figura do gerente burocrata, insensível, frio e distante. Esse não é o Banco do Brasil.

Minhas preocupações vão além das preocupações do homem público que recebeu um mandato popular. Falo como o cidadão que desde jovem aprendeu a respeitar o Banco do Brasil como o grande símbolo de nossa economia e como o grande aliado dos progressos individuais e coletivos. Creio que essa constatação, que não é minha, mas de todo o Estado de Goiás, exige uma resposta dos atuais dirigentes do Banco do Brasil.

É imperativo o Banco do Brasil reatar os vínculos de uma convivência saudável e construtiva com o meio rural do meu Estado. Não dá para dissimular o fato de que ocorreu uma mudança para pior. Avanço uma sugestão no sentido de que seja criada uma linha direta de comunicação com os agricultores, do tipo "SOS Agricultura", para permitir a imediata informação sobre financiamentos, épocas de plantio e outras formas de orientação dirigida. Com tantos serviços automatizados já disponíveis no atendimento aos correntistas, a implantação desse novo canal de atendimento teria efeitos positivos na valorização do agricultor como parceiro dos programas de financiamento do Banco do Brasil.

Esta é apenas uma sugestão, mas estou certo de que o Banco do Brasil saberá encontrar outros instrumentos que reconstruam as vias de acesso com o agricultor goiano, hoje inteiramente obstruídas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - O Srs. Senadores José Bianco e Francelino Pereira enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. JOSÉ BIANCO** (PFL-RO) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Estado de Rondônia, que tenho a honra e a responsabilidade de representar nesta Casa, vive momentos difíceis. Permito-me mesmo afirmar, não sem constrangimento, que alguns serviços públicos vão sendo empurrados para o caos, com reflexos negativos em todos os seg-

mentos ativos do Estado. O funcionalismo público de Rondônia está com salários atrasados, as greves e a falta de recursos financeiros comprometem os serviços de saúde, de educação, de segurança pública. Não fosse suficiente, a administração estadual padece da falta de comando.

O quadro é ainda mais negro e preocupante. O Tesouro do Estado de Rondônia está exaurido, a falta de unidade política e administrativa vem provocando demissões no primeiro escalão. O governo de meu Estado, do jovem Estado de Rondônia, está sem rumo. Entre a população, desde o mais humilde trabalhador até as elites, o Governo perde a cada dia os derradeiros pontos de credibilidade. Não posso, pois, continuar calado diante de tão explosivos componentes que ameaçam o presente e o futuro de meu Estado.

Sinto-me à vontade no cumprimento desta missão de criticar, de alertar e de conclamar. Sinto-me à vontade porque, apesar de assumir publicamente, a partir de agora, uma postura de críticas ao Governo de Rondônia, ninguém em meu Estado, nem mesmo o Sr. Governador, poderá ver em minha atitude qualquer rompimento de compromissos e de boa vontade com meu Estado e com seus dirigentes.

O Governador Valdir Raupp é a principal testemunha do que falo. Ao longo destes seus primeiros nove meses de governo, não foram poucas as vezes em que estive à sua disposição, ao seu lado, trabalhando pelas reivindicações de nosso Estado em Brasília. Não foram poucas as vezes em que cumpri a missão de acompanhá-lo em audiências com autoridades do Governo Federal, emprestando-lhe meu apoio político em favor dos interesses de Rondônia.

Esse comportamento, essa vontade de ajudar o Governador Valdir Raupp, não foi apenas minha, mas de toda a bancada de Rondônia. Decididos a colocar os interesses do Estado acima de conveniências menores, Senadores e Deputados Federais deixamos de lado siglas partidárias, ideologias e até desencontros políticos regionais, para somar forças pela solução das graves questões que afetam nosso Estado e sua gente. O problema, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é que meu esforço e o de meus pares da bancada de Rondônia não encontraram correspondência de parte do próprio Governador.

Não corro o risco de resvalar na demagogia, nem de cometer injustiça, quando afirmo que muitos setores do Estado de Rondônia se aproximam do caos. Sem receber seus mínguados salários, servidores públicos vão assumindo, com justa razão, ati-

tudes de protesto. As greves passaram a ser a principal bandeira em setores vitais como a saúde, a educação, a segurança pública, de rotina já precários e incapazes de acudir as aflições e anseios dos rondonienses da capital e do interior. Os serviços essenciais vão parando, enquanto os servidores públicos saem para as ruas, na tentativa de despertar o lado humano do Sr. Governador. Querem, apenas, o salário ganho com o suor de seus rostos, para que possam continuar calçando, vestindo e alimentando suas famílias.

Não posso compreender tal comportamento do governo de Rondônia com relação a seus servidores. Quem se der ao trabalho de examinar a arrecadação do Estado nos últimos nove meses, mais as tomadas de empréstimos como antecipação de receitas orçamentárias, não encontrará razão para o atraso no pagamento dos servidores. Diante disso, fica a interrogação sobre o que estaria acontecendo no Caixa do governo de Rondônia.

Minha interrogação, dirigida ao Governador Valdir Raupp, tem várias justificativas. Em primeiro lugar, não se viu uma única iniciativa governamental, voltada para correção de problemas ou direcionada para o desenvolvimento, em decorrência das antecipações de receitas. O que sei, o que sabe qualquer rondoniense medianamente atento, é que o funcionalismo não é pago, obras não são realizadas e o caixa do governo estadual está exaurido. Outro lado grave da questão é que, com as antecipações de receitas, o Sr. Governador está aumentando perigosamente as dívidas de curto prazo do Estado de Rondônia.

Ao fazer essas colocações, não me move qualquer sentimento menor. Estimula-me, isto sim, a preocupação com um comportamento administrativo que poderá multiplicar os já graves problemas de Caixa do governo do Estado de Rondônia. Esses problemas de Caixa levarão, certamente, a desdobramentos ainda mais sérios do que aqueles já palpáveis no setor público rondoniense, e que, como antes afirmei, sinalizam o caos próximo em muitos segmentos da vida pública de Rondônia.

O que acabo de afirmar ficou evidente, há poucos dias, num episódio lamentável e que outra vez colocou Rondônia, de forma negativa, no noticiário nacional e internacional. Refiro-me ao confronto entre Polícia e integrantes do Movimento dos Sem-terra, em Corumbiara. O chocante saldo de mortos e feridos desse episódio, assim como suas consequências altamente negativas para Rondônia e para o País, poderiam ter sido evitados pelo governador Valdir Raupp.

Poderiam, mas não foram evitados porque o Sr. Governador, embaraçado por desentendimentos com seus assessores, vem negligenciando a questão da ocupação de terras em Rondônia, por intermédio de movimentos organizados. Passado o momento trágico de Corumbiara, mais do que antes têm os rondonienses a convicção de que uma negociação elevada, madura, conduzida com competência pelo Chefe do Executivo, teria evitado a ação policial e seus desastrosos resultados de mortes e feridos. Revolta, por outro lado, a constatação de que o Governo deu o caso por encerrado com a simples demissão de um policial.

Traçado esse rápido perfil da situação de pré-caos que ameaça o Estado de Rondônia e sua gente, provocada pelos seus governantes, surge uma pergunta: por que a situação política e administrativa do governo Raupp chegou a esse ponto? Como tudo isso pôde ter acontecido no curto tempo de nove meses de governo? O que acontecerá com o Estado de Rondônia nos três anos de governo que ainda restam ao Sr. Valdir Raupp e sua desencontrada equipe?

As respostas não saem de minha imaginação, mas são dadas pelos fatos. Decorridos vários meses de sua gestão, o Sr. Valdir Raupp continua no palanque eleitoral. Em vez de se lançar à luta, prefere atribuir as dificuldades e imobilismo de seu governo às dívidas que herdou. Ingênuo, não percebe, sequer, que a realidade salta aos olhos do povo que, atônito, vê que seu governador não governa. Quando não está no palanque, tentando pela retórica justificar o injustificável, o Sr. Governador está viajando, voando e voando. Mais voando pelos céus brasileiros do que governando Rondônia.

Nos momentos em que põe os pés no seu Palácio, esse tempo não tem sido suficiente para o Sr. Governador coordenar sua equipe. Na verdade, uma colcha de retalhos decorrente de acordos políticos costurados entre o primeiro e segundo turnos das eleições e que garantiram a vitória do cidadão Valdir Raupp nas urnas.

Algumas das consequências deletérias da falta de unidade e de qualificação dessa equipe são encontradas em mais outros fatos. Como, por exemplo, no caso em que o Executivo propôs gratificação para os professores, mas sem ter-se dado ao trabalho de verificar se contaria com recursos para pagar essa conta. Não tinha e não tem recursos. O resultado dessa irresponsabilidade pode ser medido pelas greves no setor educacional, que tanto prejudicam nossas crianças. Não obstante a produção agrícola

constituir o lastro econômico do Estado, deixou o senhor governador que Rondônia ficasse mais de 30 dias sem Secretário da Agricultura, evidenciando descaso pelo campo e pelo agricultor.

A criação dos famosos grupos de trabalho, uma trilha aberta à margem das normas para permitir remunerações generosas a grupos privilegiados de servidores, ligados ao Governo, é outro exemplo das anomalias que comprometem administrativamente o atual governo do Estado de Rondônia. Nem teria sido preciso recorrer a esses fatos. Bastaria considerar os bate-bocas públicos entre o Governador e membros de sua equipe, para se apanhar o fio da meada de um desastre administrativo que o povo trabalhador de Rondônia não merece.

Lamento, mas tenho a obrigação de registrar o que se passa no Estado de Rondônia. Seu atual Governador, que em campanha tanto criticou governos anteriores e que tantas dúvidas levantou sobre a moralidade administrativa de seus antecessores, repete até os erros mais grosseiros que malhou na campanha eleitoral. Não conseguiu, ainda, cumprir nenhuma das promessas de campanha que induziram o povo a escolher seu nome nas urnas. Ao contrário, tem primado pela indecisão nas ações de governo, pela falta de autoridade e de comando. Rondônia está desgovernada.

O termo foi escolhido de propósito, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. O Estado de Rondônia vive um dramático momento de desgoverno, o que é pior do que um mau governo. No mau governo sabe-se, pelo menos, para onde governantes estão dirigindo os destinos do Estado. No desgoverno, a cada instante a nau do Estado toma um rumo, faz círculos, ameaça soçobrar. Daí minha afirmação de que o governo Raupp vai perdendo os últimos pontos de credibilidade junto ao povo de meu Estado, enquanto investidores, temerosos, fogem dos riscos próprios de toda nau sem comandante e sem auxiliares qualificados.

Minha presença nesta tribuna vai além, no entanto, do simples registro dos fatos que atualmente marcam de forma preocupante o Estado de Rondônia. Minha presença aqui, neste instante, mais do que cumprimento de minha responsabilidade como parlamentar, reflete o pensamento de lideranças políticas, empresariais e classistas do Estado de Rondônia. É em nome deles, de minha gente, que venho a esta tribuna para reclamar um norte do governo Valdir Raupp. Nossa gente quer saber do Sr. Governador quais são seus planos, para onde está conduzindo o Estado, como pretende enfrentar os proble-

mas e vencê-los, como pensa recuperar a confiança dos que desejam investir em Rondônia.

Nada tenho, particularmente, contra o Sr. Valdir Raupp. Prova disso está no fato de que, nos primeiros 9 meses de seu governo, como mencionei, contou ele com minha ajuda, com meu esforço voltado para o desenvolvimento de Rondônia. Tenho autoridade, portanto, não apenas para criticar o governador Valdir Raupp e dele reclamar imediata, urgente e ampla mudança de rumos na condução dos destinos do Estado de Rondônia.

Ainda há tempo para a correção de rumos. Basta que o Sr. Governador faça autocrítica sincera desses nove meses de sua administração e se disponha a corrigir erros e a acolher às contribuições dos que, de fato, desejam a evolução política, econômica e social de Rondônia. Chega de Rondônia ocupar espaços na mídia como consequência de falhas administrativas, como decorrência de erros de alguns políticos, como resultado da omissão de seus governantes.

Rondônia, como bem sabe o governador Valdir Raupp, é um território com vocação agrícola. A agricultura, como sabemos todos nós, é uma atividade naturalmente indutora do desenvolvimento, como mostram muitos capítulos da História. A Revolução Industrial européia, que teve seu auge em meados do século passado, nada mais foi do que consequência de uma revolução agrícola iniciada anos antes.

Nem precisaríamos ir tão longe. A evolução urbano-industrial do eixo Rio-São Paulo foi decorrente da agricultura, mais propriamente da força da cultura do café em toda aquela região. As fronteiras agrícolas já abertas em Rondônia, somadas àquelas que devem ser acrescentadas à força de produção por agricultores qualificados, podem conduzir Rondônia a um ciclo de desenvolvimento capaz de recuperar todo o tempo até aqui perdido.

Desenvolvimento, como se sabe também, exige infra-estrutura. Sem estradas, sem energia elétrica, sem telecomunicação, o Estado de Rondônia não terá como dar resposta à sua vocação agrícola. Conclamo, pois, o Governador Valdir Raupp, a direcionar imediata e continuada atenção às estradas vicinais; sugiro a S. Ex<sup>a</sup> que se desdobre para o imediato aproveitamento do gás natural da província petrolífera de Urucu, na Bacia do Solimões, para geração de energia elétrica no Estado, complementando a produção da hidrelétrica de Samuel. Caso contrário, parte do Estado continuará mergulhada nas trevas e Rondônia, com demanda reprimida de ener-

gia, não terá como atrair novos investimentos industriais.

Do governo de Rondônia exige-se ação ativa, determinada, para a conclusão das obras federais paralisadas no Estado; exige-se pronto apoio para a solução dos problemas da Universidade, além daqueles enfrentados pelos hospitais públicos. No momento em que o governador se lançar nessas empreitadas, pode ter certeza de que continuará a contar com minha contribuição nesta Casa e junto aos órgãos da administração federal. Tenho certeza de que contará, também, com o trabalho e esforço de toda a bancada de Rondônia, que já deu demonstração de sua vontade de batalhar pelos interesses maiores de nosso Estado.

Ademais, contará com o apoio e entusiasmo das lideranças locais e de todo o povo. Apoio de todo um povo que, de longa data, anseia por um governo que elimine suas aflições e realize suas aspirações econômicas e sociais. Na realidade, aspirações mínimas de felicidade material e de consideração social, evolução que só será alcançada com o desenvolvimento; desenvolvimento que só será atingido quando todas as forças produtivas do Estado puderem gerar riquezas e abrir novas oportunidades de trabalho; oportunidades que só surgirão quando o Governo iniciar, de fato, a administração do Estado e recuperar a credibilidade junto à população e aos investidores locais e de fora.

Estas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, minhas críticas, meus toques de alerta, minhas conclamações ao Governo de Rondônia. Se persistir a omissão com relação aos destinos do Estado, essa falha não será minha. Tenho a consciência tranqüila de ter cumprido minha missão como político, como cidadão e como representante daquele Estado nesta Casa. Aguardo, agora, que os responsáveis pelos fatos que acabo de denunciar, e que empurram Rondônia para o caos, também cumpram suas partes. Era o que me mandavam dizer, denunciar, sugerir e conclamar, minha consciência e o povo de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

#### O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) –

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, chegar à escola, depois de vencer as longas distâncias, muitas vezes sob o sol inclemente, é mais um sacrifício vivido pelas crianças nas regiões mais longínquas e pobres deste País.

Não é diferente a situação no Vale do Jequitinhonha, no meu Estado, Minas Gerais, onde a escassez de escolas e postos médicos ajuda a compor

o quadro de inconformidade reinante naquela região do norte mineiro e de desafio pelo desenvolvimento da educação em toda região.

Mas hoje quero destacar, Sr. Presidente, um ponto positivo da política social do Governo, beneficiando justamente o Vale do Jequitinhonha, com o qual mantenho uma forte relação afetiva.

Refiro-me à implantação do Programa Nacional de Transporte Escolar no Vale, beneficiando 63 municípios com a destinação de 230 veículos para o transporte escolar.

O programa resultou de uma parceria entre o Governo Federal, através do Ministério da Educação e a Fundação de Assistência ao Estudante – FAE, o Governo de Minas Gerais, representado pela Secretaria de Educação e 63 prefeituras.

O valor global do projeto foi de 11 milhões e 628 mil reais, dos quais a FAE participou com 65%, ou seja, 7 milhões e 558 mil e 200 reais; o Estado com 2 milhões e 907 mil reais, ou seja, 25%, e os 63 Municípios com 1 milhão, 162 mil e 200 reais, correspondentes a 10% do total.

A visita que a Sr<sup>a</sup> Ruth Cardoso, responsável maior pelo Programa da Comunidade Solidária, o Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, o Presidente da FAE, José Luiz Portela, representantes do Governo do Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais fizemos ao Vale do Jequitinhonha e à cidade de Araçuaí contribuiu, decisivamente, para acelerar os procedimentos administrativos e tornar realidade o programa educacional.

A solenidade de assinatura dos convênios com a Comunidade Solidária, o Estado e os Municípios foi prestigiada também pela presença dos 63 Prefeitos, dirigentes de entidades sindicais e representantes das comunidades do Vale do Jequitinhonha.

Com alguma demora em virtude de entraves burocráticos, foram os recursos repassados da União para Minas Gerais e do Estado para as Prefeituras, procedendo-se agora à aquisição das viaturas – ônibus, micro-ônibus, kombi ou similar.

#### MUNICÍPIOS Veículos Concedidos

Águas Vermelhas	2
Almenara	9
Araçuaí	8
Bandeira	2
Berilo	6
Bocaiúva	6
Botumirim	2
Cachoeira do Pajeú	5

Capelinha	8
Carai	2
Carbonita	2
Chapada do Norte	5
Coluna	2
Couto Magalhães	3
Comercinho	3
Coronel Multa	3
Cristália	3
Datas	1
Diamantina	6
Divisópolis	3
Felício dos Santos	2
Felizburgo	5
Francisco Badaró	5
Gouvea	2
Grão Mogol	1
Itacambiara	1
Itamarandiba	6
Itaobim	7
Itinga	9
Jacinto	3
Jequitinhonha	10
Joalma	2
Jordânia	3
Malacacheta	3
Mata Verde	2
Medina	5
Minas Novas	7
Montezuma	3
Novo Cruzeiro	2
Padre Paraíso	3
Palmópolis	2
Pedra Azul	2
Porteirinha	3
Presidente Kubitschek	2
Riacho dos Macacos	3
Rio do Pardo	1
Rio Pardo de Minas	5
Rio Vermelho	1
Rubelita	1
Rubim	3
Salinas	4
Salto da Divisa	3
Santa Maria do Salto	2
Santo Antônio do Jacinto	5
São Gonçalo do Rio Preto	2
Senador Modestino Gonçalves	2
Serro	4
Santo Antônio do Itambé	2
São João do Paraíso	3
Serra Azul de Minas	2

Taiobeiras	4
Turmalina	6
Virgem da Lapa	6
<b>Total</b>	<b>230</b>

Podemos, afinal, anunciar que, dentro em breve, milhares de crianças matriculadas na rede pública do ensino fundamental, residentes no meio rural dos Municípios do Vale do Jequitinhonha, poderão vencer, com rapidez e segurança, as longas distâncias que separam seus lares das escolas.

É o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo

São lidos os seguintes:

#### REQUERIMENTO Nº 1.323, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Banco do Brasil S.A., por intermédio do Ministério da Fazenda, a seguinte informação:

– quantidade de propostas aprovadas para custeio agrícola nos Estados da Região Centro-Oeste, em 1995, até 30 de setembro próximo passado (inclusive quadro comparativo dos 3 (três) exercícios anteriores).

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1995. –  
Senador **Mauro Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

#### REQUERIMENTO Nº 1.324, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216, do Regimento Interno, seja solicitado ao Ministério da Educação informar ao Senado Federal qual o montante de recursos liberados, no corrente exercício, orçamentários e outros, até o mês de setembro próximo passado, pelo citado Ministério, às Universidades Federais, por unidade federativa.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1995. –  
Senador **Mauro Miranda**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão nos termos do Inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.



**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17h30min.)*

**Ata da 165ª Sessão não deliberativa, realizada em 9 de outubro de 1995**

(Publicada no Diário do Senado Federal, em 10 de outubro de 1995)

**RETIFICAÇÃO**

Na abertura da sessão, na fala da Presidência, na página 00701, 1ª coluna,

Onde se lê:

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Leia-se:

**O SR. PRESIDENTE** (Júlio Campos) - Declaro aberta a sessão.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**

**Ata da 11ª reunião, (Extraordinária) realizada em 6 de junho de 1995.**

Às dez horas e trinta minutos do trinta de maio de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Lúdio Coelho, Freitas Neto, Emilia Fernandes, Elcio Alvarez, Onofre Quinan, Mauro Miranda, Carlos Bezerra, Vilson Kleinubing, Josaphat Marinho, José Alves, Romeu Tuma, José Roberto Arruda, Arlindo Porto, Ney Suassuna, Leomar Quintanilha e Ademir Andrade, reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 224, de 1993, não terminativo, que "dispõe sobre inspeção em barragens e obras de arte Autor: Deputado Roberto Jefferson. Relator: Senador Fernando Bezerra. Parecer: Contrário ao projeto, com vista para a Senadora Emilia Fernandes, que o devolve com voto em separado, favorável ao Projeto. O Senhor Presidente concede a palavra a Senadora Emilia Fernandes para proferir seu voto.

Colocada em discussão a matéria, a comissão acolhe o voto em separado da Senadora Emilia Fernandes, que passa a se constituir parecer deste órgão técnico, ficando vencido, com voto em separado, o Senador Fernando Bezerra. Item nº 02 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 005, de 1995, não terminativo, que "dispõe sobre os limites de potência dos aproveitamentos das quedas d'água e outras fontes de energia hidráulica de capacidade reduzida e dá outras providências". Autor: Poder Executivo. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável ao projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Concedido vista para o Senador José Eduardo Dutra. Devolvido com voto em separado nos termos do substitutivo que oferece. A Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Ademir Andrade para que faça a leitura do voto em separado, em virtude da ausência justificada do Senador José Eduardo Dutra. Colocada em discussão a matéria, fazem uso da palavra os Senadores José Roberto Arruda, Romeu Tuma e Ney Suassuna. Passa-se ao processo de votação da matéria, quando é aprovado o parecer do relator, ficando vencido, com voto em separado o Senador José Eduardo Dutra. Item nº 03 da pauta: Emenda de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara nº 025, de 1994, não terminativo, que "Introduz modificação no Plano Nacional de Viação, incluindo o trecho rodoviário que especifica". Autor: Deputado Neuto do Conto. Relator: Senador Vilson Kleinubing. Parecer sobre a emenda apresentada em plenário pelo Senador Gérson Camata: Contrário. Não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se ao processo de votação, quando o parecer do relator é aprovado. A Comissão aprecia extra-pauta, Requerimento nº 011 de 1995-CI. Autor: Senador Mauro Miranda, que "convida os ex-Ministros Eliezer Batista da Silva e Raphael de Almeida Magalhães, respectivamente Conselheiro e Secretário-Executivo do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro, para uma exposição sobre os objetivos desse organismo e suas prováveis projeções no futuro da economia brasileira; solicita que a reunião seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos. Não havendo quem queira discutir, passa-se ao processo de votação que é aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. - Senador José Agripino, Presidente

**12a. Reunião, (extraordinária) Realizada Em 20 De Junho De 1995.**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de junho de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores Jonas Pinheiro, José Eduardo Dutra, Freitas Neto, Emilia Fernandes, Waldeck Ornelas, Arlindo Porto, Fernando Bezerra, Mauro Miranda, Carlos Bezerra, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Romeu Tuma, José Roberto Arruda e Leomar Quintanilha reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação do item nº 01 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 072, de 1993, não terminativo, que "dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras e dá outras providências. Autor: Deputado Adhemar de Barros Filho. Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável ao projeto, apresentando duas emendas de redação, com vista para a Senadora Emilia Fernandes, que o devolve com voto em separado, favorável ao Projeto, na forma do substitutivo proposto.

O Senhor Presidente concede a palavra a Senadora Emilia Fernandes para proferir seu voto. Colocada em discussão a matéria, fazem uso da palavra os Senadores Romeu Tuma, Geraldo Melo, Jonas Pinheiro e Arlindo Porto que tecem considerações a respeito da mesma. Colocado em votação a comissão acolhe o voto em separado da Senadora Emilia Fernandes, que passa a se constituir parecer deste órgão técnico, ficando vencido, com voto em separado, o Senador Romero Jucá. Item nº 02 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 1995, não terminativo, que "institui normas e procedimentos gerais para prevenção ao assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água". Autor: Deputado Romel Anísio. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Contrário ao projeto. A Presidência concede vista da matéria para o Senador José Roberto Arruda. Item nº 03 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 065, de 1995, não terminativo, que "estabelece regras para a produção independente de energia elétrica e dá outras providências". Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Arlindo Porto. Parecer: Favorável ao projeto, na forma do substitutivo apresentado. O projeto foi encaminhado a Secretaria Geral da Mesa, em virtude de requerimento de urgência aprovado, ficando a discus-

são e votação da matéria, a ser procedida pelo plenário do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Está aberta a reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Consulto os Srs. Senadores se estariam de acordo em iniciarmos esta reunião pelo item 2 da pauta, tendo em vista que o item 1 é assunto pertinente a pedido de vista da Senadora Emilia Fernandes, que está a caminho da nossa comissão.

Se V. Ex<sup>as</sup> estiverem de acordo, passaremos ao item 2 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 1995, não terminativo, que institui normas e procedimentos gerais para prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água, de autoria de Romeu Anísio e Relatoria do Senador Freitas Neto, que concordam que o Senador José Roberto Arruda leia o relatório.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA -**

(*Procede-se à leitura do parecer.*)

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - O parecer do Senador Freitas Neto, lido pelo Senador José Roberto Arruda, é pela rejeição do projeto.

Em discussão.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente,** honestamente, tenho uma dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA -** Li o relatório, mas pela leitura dinâmica que fiz não consegui concordar. Alguém conhece esse projeto em detalhes?

**O SR. ROMEU TUMA - (Intervenção fora do microfone.)**

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA -** Agora, se o cidadão fizer a barragem e não cuidar do assoreamento está errado.

A minha sugestão é a seguinte: se ele acha que as soluções técnicas para evitar o assoreamento estão erradas, ele tem que apresentar um substitutivo com as soluções corretas. O cidadão que faz a

barragem tem que ser responsável pelos cuidados por não haver assoreamento; isto é óbvio.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Sugiro ao Senador José Roberto Arruda que, em função da dúvida que V. Ex<sup>a</sup> suscita quanto ao relatório que acaba de ler, pedisse vista do projeto para aprofundamento do assunto.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Peço vista do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - O projeto será entregue com vistas ao nobre Senador José Roberto Arruda para aprofundamento do assunto.

Como a Senadora Emilia Fernandes ainda não chegou, passarei a palavra ao Senador Arlindo Porto que relatará em plenário, tendo em vista que o assunto já está em plenário, o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1995, não terminativo, para conhecimento dos membros da comissão, já que o relatório oficial será apresentado no plenário hoje à tarde.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto.

**O SR. ARLINDO PORTO** -

*(Procede-se à leitura do parecer.)*

Considerando tudo o que acabei de mencionar é que estamos apresentado um substitutivo, buscando adequar as propostas apresentadas pelo Governo no projeto de lei e também na medida provisória.

Entendemos que, se há medida provisória tramitando no Congresso, não justificaria termos a aprovação de uma legislação que depois viria a ser modificada pela medida provisória. O substitutivo visa adequar a questão de constitucionalidade da proposta do Governo, mantendo as suas linhas básicas, e buscando outras informações e subsídios previstos e apontados na medida provisória. Com isso, estaríamos abrindo um pouco mais a possibilidade, pois o projeto do Governo atenderia apenas consumidores acima de 10 megawatts e nós estamos mantendo esse limite, de imediato, mas, a partir de 3 anos, consumidores acima de 3mW poderiam também participar do processo.

Outro ponto que abrimos, se o objetivo é dar mais oportunidade de termos mais energia à disposição do consumidor, é que novos consumidores acima de 3mwatts poderiam ser contratados de imediato. Essa contratação é a alternativa que teriam os empresários do setor de negociar recursos externos, ou qualquer recursos, para viabilizar a construção dessas pequenas unidades geradoras de energia.

No mais, o relatório é muito longo, detendo várias questões técnicas, e que colocaria mais em discussão com os colegas Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Fiz questão de pedir ao Senador Arlindo Porto que prestasse esses esclarecimentos preliminar à Comissão, já que não temos tempo hábil para debatê-lo na Comissão, antes de chegar ao Plenário. Assim, os membros da Comissão podem ter uma opinião formada para o debate que ocorrerá no plenário. Tendo em vista, inclusive, que esta matéria está constando do teor de dois projetos de lei e uma medida provisória, uma já relatada nesta Comissão, pelo Senador Arruda, o segundo projeto, este que o Senador Arlindo Porto acaba de esclarecer, e a terceira é a medida provisória, cuja relatoria está a cargo do Deputado José Carlos Aleluia, na Câmara Federal. De modo que acredito que o mais razoável seria, no próprio Plenário do Senado, pedirmos que fossem anexados os três: os dois projetos do Senado com o da Câmara. A menos que houvesse algum conflito que impedisse.

Assim, acredito ao Senador Arlindo Porto. Ontem, o Presidente José Sarney pediu-me para que relatasse o projeto em Plenário, no que pedi a S. Ex<sup>a</sup> o adiamento por 24h, porque desejava que S. Ex<sup>a</sup> fosse o próprio Relator da matéria. Creio que temos algumas prudências adicionais: solicitar a anexação do projeto já relatado pelo Senador José Roberto Arruda ao projeto que S. Ex<sup>a</sup> relata agora, e a junção à medida provisória.

Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, tenho uma dúvida. Aquele projeto que tive a oportunidade de relatar aqui também já está na fila para entrar na pauta do Plenário, ou não?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Creio que sim. Foi encaminhado. Ele iria à apreciação do Plenário do Senado. Razão pela qual vamos consultar o rito regimental a fim de verificarmos se é possível anexá-los para que se faça uma apreciação conjunta.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - A dúvida que eu tenho é a seguinte. Como ele foi aprovado nesta Comissão antes, naturalmente deveria ter sido colocado também anteriormente.

Todavia, os comentários que gostaria de fazer são os seguintes: em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Arlindo pelo relatório, pois é perfeito, en-

trando em todos os detalhes, corrigindo eventuais falhas que não são do relatório que veio da Câmara, mas das circunstâncias que mudaram ao longo desse período.

O relatório, na minha avaliação pessoal, é da melhor qualidade e tem um efeito muito positivo na vida do País, porque a diferença básica entre o projeto que relata o Senador Arlindo Porto e aquele outro que tivemos oportunidade de relatar aqui, é que este projeto de lei é mais completo, já que responde, inclusive, a uma inquietação de alguns colegas Senadores, que é o caso de outras formas de geração de energia, quais sejam, as térmicas, eólicas, solar, enfim, que não estavam previstas no nosso projeto, que diz respeito apenas ao Código de Águas e de Geração Hidráulica. Este não, pois além de geração hidráulica, coloca também as gerações térmicas.

O importante daquele projeto, que relatei na sua limitação, e deste, que é mais completo, é que os dois abrem as portas para o produtor independente, ou seja, faz com que os grandes consumidores de energia possam, eles próprios, construir as suas usinas térmicas ou fazer aproveitamento de quedas d'água, e, a partir disso, aliviar o sistema elétrico nacional, enfim, democratizar, inclusive, as formas de geração. Penso que os dois têm esse efeito positivo.

Gostaria de agradecer de público, aqui, a gentileza do Senador Arlindo Porto, na sua tradicional gentileza mineira, que adaptou os limites de geração do seu relatório àqueles colocados no meu relatório anterior. Isso me deixou muito feliz, além do que também facilita a tramitação legislativa.

A dúvida que coloco agora, principalmente aos mais experientes, é a seguinte: em primeiro lugar, essa que o Presidente colocou, ou seja, que esses dois processos podem ser incorporados num só. Neste caso, na minha opinião, teria como projeto principal o do Senador Arlindo Porto, pois é mais completo na sua base. A segunda dúvida que coloco diz respeito à medida provisória, pois a medida provisória enviada pelo Governo não falava em nada, nem tangenciava a questão do produtor independente. A medida provisória é sobre privatização do setor elétrico, analisada a toque de caixa em função da venda da Escelsa.

O Relator da matéria, que é meu amigo particular, Deputado José Carlos Aleluia, anexou ao assunto da medida provisória, que tratava de alienação de empresas do setor elétrico, a questão do produtor independente, que, aqui para nós, não tem nenhuma

ligação. Pois bem, anexou, está sendo discutido e provavelmente será aprovado.

Isso, na minha opinião, constitui uma distorção da tramitação legislativa, pois a medida provisória, muito provavelmente, será aprovada pelo Congresso muito mais rapidamente do que esses dois projetos, mesmo que unidos. Sendo assim, não sei como funciona isso, em termos de processo legislativo, no momento em que se aprovar a medida provisória, que está sendo feita de forma muito abrangente e que tem a mesma assessoria competente do Senado a lhe sugerir as mesmas sugestões que eu e o Senador Arlindo Porto tivemos.

A minha visão é que quando existisse dois processos, um nascido dentro do Legislativo e outro posterior, vindo do Executivo, naquilo que houvesse interface, deveria valer o que nasceu aqui, até por uma questão de prioridade ao Poder Legislativo.

Na verdade, estou colocando, aqui, uma inquietação.

**O SR. GERALDO MELO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Geraldo Melo.

**O SR. GERALDO MELO** - Sr. Presidente, sou membro suplente de uma autoridade na Comissão que está analisando a medida provisória e que, por acaso, reuniu-se hoje de manhã. Realmente, o Deputado José Carlos Aleluia está com uma proposta que virtualmente representa um substitutivo à medida provisória.

O que me fez levantar uma dúvida que vou partilhar com esta Comissão, qual seja, a medida provisória é um instrumento jurídico com características jurídicas bastante definidas, pois enquanto não rejeitada é uma ferramenta jurídica em vigor. Com base nesse instrumento jurídico, medidas são tomadas com plena validade.

A questão que se coloca e que coloquei lá é a seguinte: se aprovarmos um virtual substitutivo à medida provisória que modifique o seu conteúdo, ampliando-o ou restringindo-o, qual a validade jurídica dos atos que foram praticados ao abrigo da medida provisória, se forem suscetíveis de alguma forma de cessação? Por exemplo, se tiver havido uma alienação, uma demolição ou uma construção física, não há como...

Há, portanto, uma dúvida jurídica não esclarecida, ou seja, se, ao aprovarmos o substitutivo, estamos aprovando a medida provisória, dando-lhe uma nova feição, ou se estamos rejeitando-a, fazendo vi-

ger um novo instrumento jurídico? Essa é a primeira questão que gostaria de colocar.

A segunda, seria cumprimentar o Senador Arlindo Porto pelo trabalho que fez e dizer a S. Ex<sup>a</sup> e aos companheiros que, na minha atividade privada, sou um dos geradores, dos produtores autônomos de energia elétrica. De forma que há certas questões de natureza prática que constituem a preocupação de quem está envolvido nisso, pois uma empresa produtora de açúcar só não será produtora de energia elétrica se não quiser ou se tiver um funcionamento tecnicamente tão desbalanceado que não disponha de excedente de bagaço para queimar em suas caldeiras, a fim de produzir vapor capaz de acionar turbinas que, por sua vez, acionarão os geradores de energia.

Sem ter lido o parecer do Senador Arlindo Porto, nem o seu substitutivo, mas tendo por base apenas o que acabo de escutar, suspeito que estejamos regulamentando demasiadamente, já que, na nossa maneira de ver, um produtor de energia elétrica autônomo terá a preocupação da qualidade da energia que produz, pois o seu primeiro consumidor é ele próprio, precisando ter, portanto, energia de qualidade capaz de não queimar os motores e provocar danos na sua própria instalação.

A grande questão é: se ele gera um excedente de energia elétrica, essa não é aproveitada. Até bem pouco tempo, no Brasil, convivía-se com o absurdo de vermos, em um País que precisa investir tanto em energia elétrica, proibir-se alguém de produzi-la. Era uma coisa proibida e criminosa. E se fosse produzida em quantidade maior do que se precisaria, essa energia tinha que ser jogada no espaço, porque não era possível colocá-la na rede.

Em muitos países do mundo o que se faz é simplesmente garantir que a qualidade da energia elétrica, gerada autonomamente, satisfaça os padrões de qualidade, dentro da amplitude tecnicamente admissível, e que se tenha um contador, na entrada do estabelecimento da entidade que gera e que também consome, que marque para frente quando ela estiver consumindo e, para trás, quando estiver fornecendo. Se a energia está sendo gerada com bagaço de cana, com carvão, ou qualquer outra coisa, isso é indiferente para o País, desde que não esteja poluindo, não esteja destruindo recursos naturais de forma predatória e esteja fornecendo energia elétrica de boa qualidade, penso que não seria necessário regulamentar além disso.

Essa é, portanto, uma opinião que dou, sabendo que o assunto vai ser discutido em plenário, porquanto é lá que já se encontra a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos para ver se conseguimos ordenar o assunto. Temos três matérias em apreciação. A primeira matéria, que foi um projeto de lei com origem na Câmara dos Deputados e que tem a tramitação mediante o rito regimental vigente, já recebeu o parecer e aprovação da Comissão. A segunda é uma matéria que, relatada pelo Senador Arlindo Porto, tem origem no Poder Executivo e tem preferência, em regime de urgência.

Por uma questão política, meramente política, o Senador Arlindo Porto adequou os limites, no seu relatório, aos limites estabelecidos pelo Senador José Roberto Arruda, o que não cria nenhum conflito, porque ambas as matérias, uma com origem no Poder Executivo e a outra no Poder Legislativo, mas sem serem medidas provisórias, são projetos de lei, estão acordes, não têm nenhum conflito.

A terceira matéria, curiosamente, é uma medida provisória que não fala sobre produção independente de energia elétrica, mas de setor elétrico.

Por uma atitude política do Relator, o Deputado José Carlos Aleluia, foi incorporada à medida provisória - não sei se correta ou incorretamente, conforme salientou muito bem o Senador Geraldo Melo, que pode levar até à inviabilização jurídica da mensagem do Executivo...

**O SR. GERALDO MELO** - Sr. Presidente, só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Pois não.

**O SR. GERALDO MELO** - Regimentalmente, o parlamentar tem o direito de fazer acréscimos, modificações e até uma substituição em todo um texto. Isso é possível. Apenas a dúvida jurídica que foi levantada lá não tinha sido discutida, ou seja, quais são as consequências de se fazer isso?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Perfeito. Volto ao meu raciocínio. Temos, portanto, dois assuntos: um que é a regulamentação da produção independente de energia elétrica, um assunto que está acorde entre dois projetos de lei - um com origem no Executivo; outro do próprio Legislativo - e a medida provisória que trata do setor elétrico de forma mais abrangente. E o Relator, por sua atitude, por iniciativa pessoal, incorporou o que contém esses projetos de produção independente de energia elétrica na apreciação de seu relatório.

Acho que temos que ter uma conversa com a presença do Senado, antes da própria apreciação, porque o Senador José Roberto Arruda perguntou o que chegaria primeiro. Por uma questão de rito regimental, vai chegar primeiro a do Executivo, que tem urgência urgentíssima, muito embora tenhamos apreciado a matéria com origem na Câmara já há bastante tempo. Mas por uma questão da urgência urgentíssima, vai chegar a do Executivo na frente.

O que podemos fazer é tentar, politicamente, estabelecer na aprovação do projeto, que o Senador Arlindo Porto vai relatar, o que está acorde entre os Senadores Arlindo Porto e José Roberto Arruda. Quanto à medida provisória, tratar de termos uma conversa com o Deputado José Carlos Aleluia, para tratar especificamente do que o Executivo mandou como medida provisória, já que o assunto está exaurido no campo da geração independente de energia elétrica por dois projetos de lei, em que, politicamente, houve entendimento.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Sr. Presidente, se me permite, acho que o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup> está perfeito. Até porque, na verdade, o que deve ter levado os órgãos do Executivo a procurarem o Deputado Aleluia e pedir-lhe para aproveitar a oportunidade da medida provisória e colocar o produtor independente, na verdade, é porque o Executivo, neste momento, quer fazer rapidamente a regulamentação do produtor independente. E julgava que a tramitação deste projeto aqui seria lenta.

Particularmente, penso o seguinte. Há pontos que devemos seguir: primeiro, votar logo no plenário o projeto do Senador Arlindo Porto, ponto número 1. Deixa votar. Não precisa nem pensar o meu.

Quando o meu chegar a plenário, nós mesmos pediremos que esta matéria seja considerada prejudicada, porque uma maior foi votada, se for o caso. Se houver algum detalhe que não constou da lei - o que penso que não há -, vota-se também, não há conflito entre as duas. O que importa é que está regulamentado o produtor independente.

De forma que acho que politicamente temos que conversar realmente com o Ministro de Minas e Energia no sentido de que, aprovado o projeto do Senador Arlindo Porto, até por uma questão de se dar o mérito ao processo legislativo, não se deve desvirtuar a medida provisória original. Podemos falar isso com o Deputado Aleluia e com o Ministro Raimundo Mendes de Brito.

Agora, se o Senador Arlindo Porto me permite e em defesa do seu relatório, porque todo mineiro

não faz auto-elogio, então, quero fazê-lo em seu nome. As preocupações do Senador Geraldo Melo, salvo detalhes que o Senador Arlindo Porto queira, como relator, acrescentar - eu, aqui à vontade, porque apenas li; ele, ao contrário, facilita a vida das duas figuras que V. Ex<sup>a</sup> colocou. O primeiro é o autoprodutor: o cidadão que usa ou o bagaço, ou a sua queda d'água, enfim, para produzir energia para ele mesmo e não vende para ninguém - esse não só ficou facilitado, como também com um limite bastante ampliado. Tem uma segunda figura, que não é mais a do autoprodutor: é a do co-gerador de energia, aquele que gera para si, mas, como tem excedente, quer colocar na rede pública. Nesse caso obviamente é preciso cuidados de natureza elétrica para que essa energia que ele coloca na rede pública não deteriore o sistema como um todo.

A segunda colocação é muito interessante e é de interesse público. Trata-se do seguinte: coloca-se lá na rede 700 KW, por exemplo. Primeiro, essa rede tem que consumir a energia em cujo funcionamento o Estado já investiu, ou seja, trata-se de uma usina que já está pronta e gera de graça, porque aquela água não custa mais nada, já que o investimento está feito. A sua energia só poderá ser comprada pelo sistema - e, portanto, o co-gerador ser remunerado - no instante em que a energia, que já é de graça, porque o investimento já está remunerado, já foi vendido ao consumidor. Essa é a proteção que se coloca e que me parece lógica e em acordo com o interesse público.

Agora, da forma como foi colocada, a idéia do autoprodutor está sem regulamentação, como o nosso projeto também está. Acho que é uma grande desburocratização. Há também uma outra coisa importante, que é o fato de se passar o autoprodutor ou o co-gerador a terem direitos, e não ficarem sem nenhum direito, como é hoje. Assim, a remuneração de seu investimento será compatível.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador José Roberto Arruda pela sua intervenção e naturalmente a sua generosidade. Aliás, como coestadano, isso não é de se estranhar.

Mas o Senador Geraldo Melo traz à reflexão alguns pontos interessantes. O Senador discutiu especialmente a questão do excedente. O excedente, pela proposta do Governo, seria só para consumidores acima de 10 mil kw. Então, não adiantaria ter-se um excedente. Continuar-se-ia tendo energia e continuaria sem possibilidade de comercializar essa energia, dentro da proposta do

Governo. Por isso, buscamos os parâmetros do projeto do Senador Arruda e alguns parâmetros da medida provisória, adequando, sim, a questão dos 10 mil kw para acesso imediato ao sistema independente de qualquer carência. A partir daí, entendemos que não podemos fazer uma lei, demorar a votá-la. Discute-se aqui, discute-se na Câmara; vota-se na Câmara; é sancionada pelo Presidente, e daqui a alguns dias chegaremos à conclusão de que quem produz 10 mil Kw é um consumidor ainda grande para ter acesso ao sistema. Essa é a nossa proposta.

Consideramos, então, que um período de três anos seria adequado para que o setor se organizasse, que o próprio Governo se estruturasse, abrindo para que também outros produtores - aí a nossa proposta - acima de três mil poderiam ter acesso ao sistema. Então, quem tiver excedente pode comercializar o seu excedente para consumidores acima de três mil, a partir de três anos.

E, se forem novos consumidores, poder-se-ia, inclusive, comercializar imediatamente. Por quê? Porque se buscou um segmento em que é notório haver excesso de produção de energia. Se o produtor tiver um novo consumidor nessa região, nessa área, ele poderá perfeitamente comercializar. E vamos avante: a partir de dez anos, pode-se comercializar com quem quiser. Dez anos é um período que entendemos suficiente para que o Governo busque fazer uma regulamentação do sistema para que todos possam consumir energia.

Se quero, aqui, no Distrito Federal, consumir energia da CEMIG de Minas Gerais, tenho o direito de comprar a energia, se houver conveniência entre as partes.

Da mesma forma, se o nosso Senador do Mato Grosso quiser comprar energia aqui de Brasília, ele pode fazê-lo da mesma forma. Então, a nossa perspectiva é um projeto mais de longo prazo, que o Governo vai apenas regular. A partir daí, é a livre negociação, é a conveniência de cada um. E o projeto do Governo não prevê acesso ao sistema. Não adianta produzir energia, se não se tem uma forma de ter acesso à condução dessa energia.

No nosso substitutivo, colocamos de maneira bastante clara essa possibilidade de negociação entre o produtor e quem faz, exatamente definindo-se apenas alguns parâmetros para que possamos ter mais segurança, no sentido de que aquilo que está sendo colocado é uma abertura efetiva do mercado, com o Governo tendo o controle da sua autorização. Por isso abrimos - no projeto inicial fala-se apenas

em habilitação não prevista na Constituição -, estamos abrindo de maneira mais ampla, inclusive definindo na linha do Senador Arruda, que coloca as condições para concessão, para permissão e autorização nos portes de cada produtor que estiver se habilitando ao sistema.

A nossa preocupação é exatamente essa. Não adianta termos um país como o nosso em que não se permite ter energia em determinado local e sem que ela possa ser utilizada. Em ITAIPU, o Brasil paga caro. Por força contratual, compra-se a energia de ITAIPU. E quantas hidrelétricas estão tendo que abrir as suas comportas, porque têm energia sobrando em determinado momento. Compra-se caro, para vender barato no mercado interno porque o preço negociado na época foi e é subsidiado pelo Governo brasileiro, pelo consumidor, que não tem nada a ver com isso.

Quando se propõe a abertura, não é apenas o excedente, mas também novos produtores independentes. Quando se busca apenas o excedente, o que o Senador manifestou, é uma linha de preocupação. Enfim, pretende-se criar, efetivamente, algumas alternativas e alguns produtores independentes no País, com pequenas unidades geradoras, sem que ter-se que buscar capital público, mas com a iniciativa privada, quer seja capital nacional ou capital estrangeiro.

Essa a linha básica da nossa preocupação de fazer um substitutivo mais abrangente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - Sr. Presidente, sou leigo no assunto; todavia, chamou-me a atenção, lendo com mais calma, que V. Ex<sup>a</sup> traça o perfil do consumidor e mostra a ele os meios que ele tem direito no decorrer de três anos. Isso é importantíssimo, porque o consumidor já sabe o que pode fazer, não vai se atrapalhar na regulamentação. O próprio projeto já indica os caminhos e parece-me que a medida provisória não tem essa particularidade.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Exatamente.

**O SR. ROMEU TUMA** - Isso é importante, porque, de vez em quando, ficamos perdido no que pode ou não pode fazer o consumidor. A defesa, nesse projeto, do modo como o consumidor pode agir tem uma importância vital no contexto global do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Esse projeto de lei, Senador Romeu Tuma, é da maior importância para a vida econômica do País,



principalmente agora, quando se está permitindo investimento de capital privado no setor elétrico.

Na hora em que se regulamenta uma lei dessa natureza, modifica-se tremendamente tanto a oportunidade econômica no interior deste País como os procedimentos.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Para enriquecer a discussão, gostaria de exemplificar com experiência já vivida por mim e que vai acontecer no Brasil daqui a dez anos, aprovado o projeto, mas pode acontecer em até três anos dependendo do porte.

Na Espanha, vivi uma época da minha vida lá, instalou-se um centro petroquímico muito grande a 100km de Madri. A concessionária de energia elétrica era a Hidroelétricas Espanholas, muito tranqüila, grande parte estatal, que foram surpreendidas com um grupo de empresários que construiu Almarás - uma usina termoeletrônica nuclear com recursos privados -, porque simplesmente chegou ao complexo petroquímico e negociou a venda do quilowatt/hora a um preço melhor do que as hidroelétricas espanholas.

Construiu a Almarás com tecnologia nuclear francesa. Houve lá uma grande discussão, inclusive sobre aspectos ambientais. Terminada a usina nuclear, vende energia elétrica para o complexo petroquímico, grande consumidor eletrointensivo, grande consumidor de energia, dentro de uma área de concessão que, teoricamente, era da Hidroelétricas Espanholas.

Isso aconteceu há mais ou menos seis anos e é o que vai acontecer no Brasil, porque esse projeto, na verdade, rompe os limites das áreas de concessão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - Se me permite V.Ex<sup>a</sup>, cito só um exemplo: tenho convivido um pouco com o empresário Antônio Ermírio de Moraes, e o desespero dele é construir as hidroelétricas para produzir energia para o seu complexo industrial. S. S<sup>a</sup> é um homem público que acompanha muito o andamento desses projetos que estão em discussão.

Está certo o Senador José Roberto Arruda ao lutar para que isso seja aprovado com rapidez. Parabéns ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Obrigado, Senador Romeu Tuma.

Para encerrar, trago uma informação adicional. Ficou uma dúvida sobre a anexação de projeto de lei

à medida provisória. Podem-se anexar projetos de lei um ao outro, mas não se pode anexar projetos de lei à medida provisória. Há de haver a discussão política para fazer adequação pela vertente política do assunto.

**O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA** - Acho que essa discussão política vai ficar mais agradável depois aprovarmos, em plenário, o projeto de lei do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - É verdade. Desse modo, o Senador Geraldo Melo, que participa desta Comissão, pode dar uma colaboração efetiva por estar na discussão de hoje e por participar da Comissão que analisa a medida provisória, podendo fazer, assim, a interface entre as duas comissões.

**O SR. GERALDO MELO** - Até comunicarei, Sr. Presidente, ao Deputado José Carlos Aleluia e ao Presidente da Comissão, Deputado Alberto Goldman, que estávamos com esse projeto na pauta da sessão de hoje por não ter sido votado ontem, uma vez que V. Ex<sup>a</sup> pediu o adiamento do acórdão. Expresssei essa preocupação, que, de certa forma, estava dominando o nosso debate dessa manhã.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - Acho que isso não vai escapar da leitura do relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Acho que foi proveitoso esse debate porque permitiu esclarecer suficientemente o assunto. Iremos ao plenário com o conhecimento de causa e com opinião firmada.

Passamos ao item 1 da pauta. Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1993, não terminativo, que dispõe sobre o plantio de árvores ao longo das rodovias e ferrovias brasileiras e dá outras providências. De autoria do Deputado Adhemar de Barros Filho, Relator Senador Romero Jucá. É um projeto sobre o qual a Senadora Emília Fernandes solicitou vistas.

Com a palavra a Senadora Emília Fernandes.

**A SR<sup>a</sup> EMÍLIA FERNANDES** - Sr. Presidente, Srs. Senadores, o projeto sob apreciação é de evidente oportunidade e mérito. A Constituição instaura a preservar o meio ambiente - sua fauna e flora -, a combater a poluição, a conservar o patrimônio nacional formado pelos milhares de quilômetros de estradas.

Preservar a flora ajuda a preservar a fauna, a renovar o oxigênio e a evitar a erosão, além de pro-

mover solução estética, paisagística e harmoniosa. A proposição vem, dessa forma, preencher lacuna legal de indiscutível proveito à sociedade. A flora compõe-se de árvores, mas também de arbustos, flores e vegetação típica.

Complementaríamos o presente projeto, determinando o plantio de espécies da flora típica da região para harmonizar-se com o ambiente e não somente de árvores como previa o original. No entanto, é evidente que obrigar as construtoras a executarem o plantio será equivalente a provocar aumento de preços das obras, posto que as empreiteiras incluirão esse custo em seus contratos.

Desejamos que tal serviço seja executado pelos órgãos ou entidades responsáveis pela conservação das estradas por meio de possível convênio, operação, acordo ou contrato com entidades públicas, incluindo escolas, escolas técnicas, prefeituras, como também entidades privadas sob a gerência pública. Dessa maneira, usaremos a mão-de-obra disponível com custos menores, inclusive, com objetivos pedagógicos no caso de alunos.

Em certas regiões como o semi-árido nordestino ou a Floresta Amazônica, a obrigatoriedade imposta deve ser relaxada quer pela impossibilidade de prosperar a flora plantada, quer por ser a mesma já abundante no local. Além disso, há regiões onde a margem das estradas está cedida ao cultivo, para pequenos e médios agricultores.

Acrescentaríamos assim um parágrafo ao art. 2º, prevendo que o IBAMA poderia expedir laudo técnico para dar trechos de estrada eximindo a compulsoriedade do plantio.

Como contribuição às condições de aplicabilidade da lei proposta e a despeito dos seus reiterados méritos, animamo-nos a condensar as sugestões na forma do substitutivo abaixo, estabelecendo o seguinte:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade do plantio de espécimes da flora, preferencialmente típica do ambiente ao longo das faixas de arborização das rodovias e ferrovias brasileiras por parte das entidades ou órgãos responsáveis pela conservação, observadas as normas técnicas e legais pertinentes, podendo, para tanto, celebrar contratos, convênios ou acordos nos órgãos, entidades públicas ou privadas.

Art. 2º - Caberá ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - supervisionar e fiscalizar o cumprimento dessa lei, estando também estando autorizado a celebrar contratos, convênios ou acordos com entidades e órgãos.

Quanto ao parágrafo único, colocaríamos que, para as regiões particulares, o IBAMA pode emitir laudo técnico, eximindo a obrigatoriedade do plantio, devido as condições desfavoráveis para se efetuar o mesmo nos respectivos trechos.

Art. 3º. Não será permitido o corte dos espécimes da flora plantados, por força desta lei, salvo em caráter de justificar a necessidade, com prévia autorização do IBAMA.

O Poder Executivo regulamentará essa lei no prazo de 90 dias.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

Entendemos ser importante que se estimule o que já vem sendo feito em muitos municípios, que se têm preocupado com essa questão ambiental, mas não poderíamos manter a obrigatoriedade de árvores, inclusive frutíferas, de forma indeterminada, ao longo dos trechos rodoviários e ferroviários.

Essa é uma maneira de valorizar o que já vem sendo feito em muitas regiões do País, principalmente no nosso Estado; de flexibilizar um pouco mais a lei, para dar garantias àquelas pessoas que estão ocupando as terras já plantadas ao longo das estradas, aos pequenos e médios agricultores que têm amparo legal para isso; de valorizar o trabalho que já se faz em convênio com o Poder Público, a iniciativa privada, as escolas e universidades, até para estímulo à valorização da mão-de-obra e do nosso meio ambiente.

Dessa forma, proponho a aprovação, com este substitutivo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Quero cumprimentar a Senadora Emília Fernandes pelo zelo e acuidade com que foi preparado o seu substitutivo.

Em discussão o substitutivo de S. Exª, bem como o parecer do Relator, Senador Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - A Senadora captou bem a nossa discussão anterior sobre as dificuldades do plantio e da arborização, que provavelmente não teria condições de proliferar em determinadas condições.

Só tenho uma dúvida. Sei que V. Exª quis atender o que está no seu relatório: "Além disso, há re-

giões onde a margem da estrada está cedida para o cultivo por pequenos e médios agricultores".

V. Ex<sup>a</sup> diz que o IBAMA emitirá autorização para as regiões particulares, mas lembro que não são terras particulares; na verdade, são do Estado, cedidas provisoriamente a particulares.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - A idéia não foi empregar "particulares" no sentido de iniciativa privada, mas de regiões especiais, como a Floresta Amazônica, por exemplo.

**O SR. ROMEU TUMA** - Mas o texto, juridicamente, pode ser interpretado dessa forma.

**O SR. GERALDO MELO** - Pode haver duplicidade de interpretação. Essa é a minha preocupação.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - Os demais Srs. Senadores teriam uma outra palavra mais adequada?

**O SR. ROMEU TUMA** - Poderíamos substituir para regiões particularizadas.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - Não se trata - acho que V. Ex<sup>as</sup> entenderam - de terras particulares, mas particularizadas.

**O SR. ROMEU TUMA** - A interpretação da lei é muito fria.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Talvez pudéssemos substituir a palavra particulares por especiais.

**O SR. ROMEU TUMA** - Poderíamos colocar: "para as regiões cedidas em caráter privado".

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - Não; neste caso, seria mais abrangente. Trata-se das terras utilizadas por agricultores e de regiões que apresentam condições desfavoráveis, como o Nordeste.

**O SR. ROMEU TUMA** - O Relator citou o exemplo de Santa Catarina.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - No Amazonas, por exemplo, não seria necessário.

**O SR. ROMEU TUMA** - Realmente, está perfeito.

**O SR. GERALDO MELO** - Não sei se a Senadora concordaria em excluir as três primeiras palavras - "para regiões particulares" - e iniciar o parágrafo da seguinte maneira: "O IBAMA pode emitir laudo técnico, dispensando a obrigatoriedade do plantio onde houver condições desfavoráveis para se efetuar o mesmo".

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - Perguntaria se, com essa redação, ficam protegidas as regiões que já estão sendo utilizadas para plantio.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Sim, ficaria.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - No caso, as condições não são desfavoráveis para se efetuar o plantio; apenas as terras já estão sendo utilizadas.

Fala-se em condições desfavoráveis, referindo-se mais ao Nordeste e Norte do País, onde poderia haver, por exemplo, prejuízo do trânsito.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - O Senador Geraldo Melo poderia repetir a redação que propôs?

**O SR. GERALDO MELO** - É a seguinte a redação: "O IBAMA pode emitir laudo técnico dispensando a obrigatoriedade de plantio onde houver condições desfavoráveis para sua realização."

A Senadora, porém, gostaria de tornar mais explícito?

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - A respeito da garantia.

**O SR. GERALDO MELO** - Nesse caso, seria o IBAMA também?

**O SR. ROMEU TUMA** - Penso que sim. É o órgão fiscalizador definido no projeto. No original, não havia órgão fiscalizador.

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - As regiões, então, seriam os locais onde estão sendo já utilizadas.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Até porque o parágrafo único restringe-se ao art. 2º. Assim, ele não está preservando áreas que estão plantadas por atividade agrícola. Estar ou não aqui não influi em nada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - O parágrafo único diz o seguinte: "Para regiões específicas, o IBAMA pode emitir laudo técnico".

**A SR<sup>a</sup> EMILIA FERNANDES** - Concordo com essa sugestão.

**O SR. GERALDO MELO** - "O IBAMA pode emitir laudo técnico, dispensando a obrigatoriedade de plantio onde houver condições desfavoráveis para sua realização". Penso que há, nesse caso, uma questão de interpretação. Considerando que o objetivo é plantar, não há razões para arrancar o que já está plantado e plantar novamente. É óbvio que o espírito da lei é ampliar-se a cobertura vegetal ao longo do traçado dessas estradas. Evidentemente que, se onde o terreno está sendo utilizado existe uma cobertura vegetal, não teria o menor sentido determinar-se que tudo fosse arrancado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** - Parece-me que as idéias se complementam. Quanto à questão de o IBAMA poder emitir laudo técnico, eximindo a obrigatoriedade do plantio devido às condições desfavoráveis.

ráveis, poder-se-ia trocar esse "devido" por "respeitando as condições desfavoráveis". Nesse caso, atenderia ao que a Senadora pretende. Assim, o IBAMA vai respeitar aquelas condições desfavoráveis para a aplicação da lei no que se refere a plantio de árvores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - A sugestão, então, seria: "Para regiões específicas, o IBAMA pode emitir laudo técnico, eximindo a obrigatoriedade do plantio, respeitadas as condições desfavoráveis para se efetuar o mesmo nos respectivos trechos". Ou seja, ao invés de "particulares", "específicas; ao invés de "devido", "respeitadas as condições desfavoráveis para se efetuar o mesmo nos respectivos trechos".

**O SR. ROMEU TUMA** - Está ótimo.

**A SRª EMILIA FERNANDES** - O que me preocupa é que garantamos que as pessoas que vêm utilizando essas faixas ao longo das estradas, de repente, não tenham que parar de efetuar o plantio de milho, de feijão. Enfim, não se trata de espírito de paisagismo, mas diz respeito à própria sobrevivência e ao ponto vista econômico o fato de ali ser efetuado um plantio de árvores ornamentais. Peço aos Srs. Senadores que não abramos nenhuma possibilidade de entendimento nesse sentido, o que desvirtuaria totalmente o espírito da lei, que deve conciliar o paisagismo com o próprio desenvolvimento e aproveitamento das terras, como já vem sendo feito nas regiões eminentemente agrícolas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - A preocupação da Senadora Emilia Fernandes é nossa também. Por isso levantávamos essa dúvida. Mas gostaria de ser auxiliado por esta Comissão, pois verificamos que, às vezes, a interpretação da lei baseia-se apenas no texto legal, e aqueles que têm o dever de interpretá-las esquecem-se da exposição de motivos. Estou fazendo um estudo para ver se há condições de apresentar um projeto que defina que a interpretação lei deva basear-se na exposição de motivos com a qual foi apresentada. O legislador explica, nessa exposição, como ele quer que se interprete a lei. Hoje, nos limitamos ao texto frio da lei sem nos preocuparmos por que a lei é desvirtuada ao longo do tempo.

Quem sabe V. Exª poderia me auxiliar, pois estou fazendo um trabalho nesse sentido, para submeter a esta Comissão.

**A SRª EMILIA FERNANDES** - É importante lembrar que o art. 4º prevê a regulamentação desta lei num prazo de noventa dias pelo Poder Executivo. En-

tão, na regulamentação temos que ter muito cuidado em acompanhar, para que isso fique resguardado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Então ficaríamos com os termos do substitutivo alterados. Assim, no parágrafo único, ao invés da expressão "para regiões particulares", ficaria "para regiões específicas"; ao invés de "devido às condições favoráveis", ficaria "respeitadas as condições favoráveis para se efetuarem os mesmos respectivos trechos".

Estão todos os Srs. Senadores de acordo? (Pausa.)

O Senador Geraldo Melo tem alguma sugestão?

**O SR. GERALDO MELO** - Estou imaginando, Sr. Presidente, é se atende a preocupação da Senadora.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia)(?) - O termo "respeitadas"?

**O SR. GERALDO MELO** - Sim; mas respeitadas o quê? As condições particulares? Necessitemos explicitar mais os termos. Sugiro que conste algo do tipo: "Onde houver condições desfavoráveis e/ou lavoura ou uso semelhante a respeitar."

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Na regulamentação, essa matéria pode ficar mais explicitada.

**O SR. GERALDO MELO** - Sim; sabendo-se que o poder de regulamentar é limitado pelo texto da lei; ou seja, o regulamento não pode dispor sobre algo que não esteja na lei. O que pode é dizer como algo contido na lei deve funcionar, mas não pode ampliar. Para ampliar, terá que voltar ao Congresso Nacional.

O que são, por exemplo, consideradas condições desfavoráveis?

**O SR. ROMEU TUMA** - A meu ver, poder-se-ia deixar a critério da Presidência, com o auxílio da Consultoria, se houver alguma redação mais própria...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Senadora, há a concordância de V. Exª?

**A SRª EMILIA FERNANDES** - Exato. Alertamos a Assessoria que seria interessante - e seria uma maneira de conciliarmos - fazermos constar a expressão "respeitadas as áreas onde são efetuados plantios agrícolas". Creio que a idéia já é um consenso nesse sentido. Peço permissão ao Sr. Presidente para que pudéssemos elaborar o texto de forma que não suscitem dúvidas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Estamos com o mérito já perfeitamente definido. A forma é questão de uma palavra a mais.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Esclareço ao Plenário que o parecer do Relator tem preferência na votação. Caso o parecer seja aprovado, fica rejeitado o substitutivo da Senadora; se o parecer for rejeitado, prevalece o substitutivo da Senadora Emília Fernandes.

Em votação o parecer do Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram ficar de pé.

Rejeitado.

Fica, portanto, aprovado o substitutivo da Senadora Emília Fernandes.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 12h25min.)*

#### **Comissão de Serviços de Infra-estrutura**

##### **Ata da 13a. Reunião, (Extraordinária) Realizada Em 28 de Junho De 1995**

Às onze horas e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores José Alves, Lúdio Coelho, Freitas Neto, Emília Fernandes, Nabor Junior, Romero Jucá, Mauro Miranda, Carlos Bezerra, Vilson Kleinubing, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, José Roberto Arruda, Arlindo Porto e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência coloca em votação a inversão de pauta, que é aprovada pela maioria dos presentes. Passa-se à apreciação do item nº 02 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 1995, não terminativo, que "institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água" Autor: Deputado Romel Anísio. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Contrário ao projeto, com vista para o Senador José Roberto Arruda, que devolve com voto em separado, contrário, ao Projeto. O Senhor Presidente concede a palavra ao Senador Vilson Kleinubing

para a leitura do voto em separado do Senador José Roberto Arruda. Não havendo quem queira discutir, passa-se ao processo de votação oportunidade em que a comissão acolhe o parecer do relator, contrário ao projeto, ficando vencido, o Senador José Roberto Arruda. Item nº 03 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 055, de 1993, não terminativo, que "disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências". Autor: Deputado Nilson Gibson. Relator: Senador Freitas Neto. Parecer: Contrário ao projeto. A Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Arlindo Porto para que faça a leitura do parecer, em virtude da ausência justificada do Senador Freitas Neto. Não havendo quem queira discutir a matéria, passa-se ao processo de votação da mesma, sendo aprovado o parecer do relator. Item nº 01 da pauta: Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994, não terminativo, que "altera dispositivos do Dec. Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (Código de Mineração)". Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Fernando Bezerra. Parecer: Favorável, com emendas que apresenta. A Presidência concede a palavra para leitura do parecer ao Senador Nabor Junior, em virtude da ausência justificada do relator. Na oportunidade os Senadores Mauro Miranda, Romero Jucá e José Eduardo Dutra, solicitam à Presidência vista da matéria, que é imediatamente deferida. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada em conjunto com suas notas taquigráficas. - **Senador José Agripino, Presidente**

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A presente reunião tem por finalidade apreciar os itens constantes de pauta anteriormente distribuída e sobre a qual pretendo fazer uma ponderação. Tendo em vista a ausência do Senador Fernando Bezerra, que se comprometeu a comparecer a esta reunião para apresentar o seu relatório sobre o Código de Mineração, item 1 da pauta, consulto o Plenário sobre a proposta de invertermos a pauta como forma de ganharmos tempo na presente reunião.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão da pauta, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos, assim, ao item 2 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 053, de 1995, não terminativo, que institui normas e procedimentos gerais para a prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água. Autoria: Romeu Anísio. Relator: Senador Freitas Neto, que emitiu parecer pela rejeição. Sobre a matéria o Senador José Roberto Arruda pediu vista para a apresentação de voto em separado, que foi apresentado. Tendo em vista a ausência de S. Ex<sup>a</sup>, pediria ao Senador Vilson Kleinübing que por obséquio lesse o voto em separado do Senador José Roberto Arruda.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - O Senador José Roberto Arruda faz um voto em separado e o faz com a autoridade de quem conhece muito bem o assunto, porque S.Exa. vem do setor elétrico brasileiro - trabalhou muitos anos no setor - e em seu voto S.Exa. concorda com o voto do relator.

O voto em separado é suficiente para que esta Comissão tome a decisão de acompanhar o voto do Relator, porque ele está bem claro e bem sintético:

"A construção de barragem para qualquer finalidade, geração de energia, irrigação, abastecimento d'água, contenção de enchentes, ou uso múltiplo requer estudos abrangentes de engenharia, de hidrologia, de impacto ambiental de tal forma que o produto final ofertado à sociedade, como bom exemplo, energia elétrica, tenha o menor custo possível e o melhor proveito para a relação custo/benefício.

O assoreamento dos reservatórios é um fenômeno dos mais complexos e de formação aleatória, originado de causas geológicas, eólicas e pluviométricas e não será uma disposição legal, conforme previsto no projeto de lei em questão, que irá suprimir o fenômeno associado a causas naturais e com as quais o empreendimento terá de conviver.

A melhor forma de minimizar o processo de assoreamento dos reservatórios é a fiscalização pelos órgãos competentes para comprovar a observância da legislação em vigor e para impedir a exploração predatória das áreas lindeiras aos reservatórios e ao longo das margens dos rios, barrados ou não. Outra forma seria a recuperação de

áreas já degradadas, indutoras de processos de erosão e destes assoreamentos.

Em que pese o seu interesse preservacionista, o projeto de lei é redundante por abordar aspectos já cobertos pela legislação ambiental em vigor, resoluções do Conama, Código de Águas e manuais técnicos da Eletrobrás.

Diante do exposto, concordo com o parecer do Relator."

O voto do Relator é pela rejeição do projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - O Senador Vilson Kleinübing leu o voto, em separado, do Senador José Roberto Arruda que é pela rejeição do projeto.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** - S.Exa. concorda com o parecer do Relator, Freitas Neto, que também é pela rejeição do projeto.

O Relator já havia apresentado seu parecer e o Senador José Roberto Arruda pediu vista. Como técnico experiente que é, S.Exa. examinou a matéria e está votando com o Relator e oferecendo informações técnicas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Isso facilita os nossos trabalhos, porque como o voto em separado é coincidente com o parecer do Relator, a votação será feita concomitantemente.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a posição do Relator, pela rejeição, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer do relator.

Passamos ao item 3 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 055, de 1993, não terminativo, que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências. De autoria do Deputado Nilson Gibson, tendo como relator o Senador Freitas Neto, que apresentou parecer pela rejeição do projeto.

Pediria a S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Arlindo Porto que procedesse à leitura do relatório.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Projeto de Lei da Câmara que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos e dá outras providências.

O relatório é bastante extenso. Vou deter-me principalmente ao voto do Relator.

À Comissão de Infra-Estrutura compete, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado, optar sobre matéria objeto da presente proposição. Esse projeto já tramitou na Câmara dos Deputados,

obtendo unanimidade de aprovação nas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, Constituição, Justiça e Cidadania.

Na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, recebeu parecer contrário. A regulamentação da profissão de carregador de bagagens já foi analisada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, que, em alentado parecer de lavra do eminente Senador Romero Jucá, conclui pela rejeição do projeto de lei, enumerando diversos argumentos, entre os quais os seguintes: regulamenta-se a profissão em apreço, criando o vínculo empregatício dos profissionais envolvidos com o Departamento de Aviação Civil.

A proposta é essa, e o Relator contesta, haja vista que atualmente eles são sindicalizados, controlados pelo DAC, mas de maneira autônoma.

Finalmente, à Comissão de Serviço de Infra-Estrutura compete apenas analisar a repercussão da implementação dessa proposta nos serviços aeroportuários que são prestados ao público. Inexiste justificativa plausível para se estabelecer uma reserva de mercado profissional a um contingente tão pequeno de trabalhadores. Os que exercem a profissão, que não são muitos, estão organizados em sindicatos, que é o instrumento mais adequado para esses trabalhadores conduzirem suas reivindicações, na forma como a Infraero já reconhece a entidade sindical e com eles firma contrato e convênio, o que é salutar. Temos como suficientes os termos em que a relação de serviço é desenvolvida.

Em face do exposto, o parecer do nobre Senador Freitas Neto, que chega aqui, participando da Comissão, é contrário à aprovação do projeto de lei.

Gostaria de sugerir, Sr. Presidente, que o nobre Relator Freitas Neto pudesse complementar a exposição que estou fazendo em seu nome.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com muita justiça. Quero comunicar ao Senador Freitas Neto que já foi apreciado o Item nº 2 da pauta, matéria cuja relatoria ficou a cargo de S. Ex<sup>a</sup>, com parecer pela rejeição. O voto em separado do Senador José Roberto Arruda é coincidente com o seu parecer, também pela rejeição. A matéria foi votada e o relatório de V. Ex<sup>a</sup> foi aprovado pela rejeição.

Estamos no Item nº 3 da pauta, que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens de aeroporto. Na ausência de V. Ex<sup>a</sup>, pedi ao Senador Arlindo Porto que procedesse à leitura do seu relatório. Se V. Ex<sup>a</sup> tiver alguma coisa a aduzir ao relatório, por favor, com a palavra.

**O SR. FREITAS NETO** - Acredito que o relatório que foi lido pelo Senador Arlindo Porto está muito claro, inclusive com as informações necessárias e também acompanhando o parecer do Senador Romero Jucá, da Comissão de Assuntos Sociais. Se houver alguma dúvida, estamos à disposição dos caros Colegas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Senador Freitas Neto, pela rejeição do projeto; queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o parecer, a matéria é rejeitada.

Passamos ao Item nº 1 da pauta. Quero esclarecer que dois Senadores já manifestaram o desejo de pedir vista do parecer do Senador Fernando Bezerra sobre o Código de Mineração. Como S. Ex<sup>a</sup> não compareceu até agora, mas deve vir à Comissão, gostaria de iniciar, pelo menos, a leitura do relatório. S. Ex<sup>a</sup>, chegando, continuará a leitura ou fará um resumo, tendo em vista que a matéria vai ser discutida em reuniões subseqüentes.

Creio que a hora é de ganharmos tempo. Pediria ao Senador Nabor Júnior que procedesse à leitura do relatório do Senador Fernando Bezerra, relativo ao Código de Mineração.

**O SR. NABOR JÚNIOR** -

*(Leitura do relatório do Senador Fernando Bezerra.)*

Sr. Presidente, pediria a dispensa da justificativa para abreviar mais a leitura, porque é bastante longa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Acredito que seria suficiente apenas a leitura das emendas modificativas, já que as justificativas serão do conhecimento dos membros através da leitura do relatório, o que facilitará, portanto, a exposição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NABOR JÚNIOR** -

*(Leitura das Emendas Substitutivas do Senador Fernando Bezerra.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Agradeço ao Senador Nabor Júnior a leitura do Relatório do Senador Fernando Bezerra.

Em discussão o parecer.

**O SR. MAURO MIRANDA** - Sr. Presidente, tendo em vista as modificações que estão por acontecer na Constituição, especialmente em relação a



empresa nacional, eu gostaria de pedir vista desse processo para fazer um estudo melhor.

Quero saber também como vai ser feito o processo de votação se aceito esse relatório. Votaríamos emenda por emenda, uma a uma?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Se forem destacadas, vota-se uma a uma.

Haverá proposição de destaque quando ouvido o Plenário...

**O SR. MAURO MIRANDA** - Será o mesmo procedimento do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Sim, Excelência.

Está concedida a vista a V. Ex<sup>a</sup>

Comunico ao Plenário que igual pedido foi encaminhado à Mesa pelos Senadores José Eduardo Dutra e Romero Jucá.

Está concedido o pedido de vista pelo prazo de cinco dias. Tendo em vista o recesso que se inicia dentro em dois dias, essa matéria vai ser analisada e apreciada somente após o recesso.

De modo que haverá bastante tempo para que os Srs. Senadores que estão solicitando vista possam analisar em profundidade esse Código de Mineração, que é importantíssimo, para que possamos fazer uma apreciação consciente dessa matéria.

Comunicar ao Plenário, concedendo a vista, portanto, aos Srs. Senadores José Eduardo Dutra, Mauro Miranda e Romero Jucá que, com a reunião de hoje, exaurimos completamente a pauta da Comissão de Infra-estrutura. Não fica nenhuma matéria pendente, uma vez que conseguimos analisar todas as matérias. Com a leitura do relatório do Senador Fernando Bezerra, sobre o Código de Mineração, esvaziamos inteiramente a pauta, de modo que cumprimos com a nossa obrigação apesar de todas as dificuldades e de todos os pesares.

Está pendente apenas o convite ao Dr. Eliezer Batista para que aqui venha prestar esclarecimento sobre o que pode ocorrer no País após a aprovação das emendas constitucionais, com as privatizações que estão sendo aprovadas seguidamente.

Comunico que, da solicitação feita pela Presidência aos diversos Ministérios para que relacionem as obras inacabadas - com 50% de percentual executado -, até o momento apenas o Ministério da Saúde respondeu.

Vamos diligenciar para que os Ministérios de Minas e Energia, Transportes e Educação nos respondam com a maior brevidade possível, para que possamos montar as subcomissões de análises dessas obras inacabadas. Assim, pode-

remos dar contribuição no sentido de concluir as obras mais importantes que estão com 50% ou mais já realizadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Freitas Neto.

**O SR. FREITAS NETO** - Esse assunto, Presidente José Agripino, discutimos aqui logo após a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Nordeste. Sua Excelência anunciou R\$2 bilhões e 600 milhões para aplicação em diversos setores, como saúde, educação, recursos hídricos, aeroportos, no Nordeste. Falou inclusive sobre a retomada de diversas obras públicas paralisadas naquela região.

Tive a oportunidade, logo após, de encaminhar dois requerimentos de informação. V. Ex<sup>a</sup>, no dia seguinte da aprovação nesta comissão, encaminhou para o Ministro Gustavo Krause e para o Diretor Geral do DNER.

O Diretor-Geral do DNER já teve a delicadeza de responder, mostrando apenas os recursos orçamentários previstos - naturalmente vetados. Até o presente momento o Ministro Gustavo Krause não teve a atenção, ou não tem o que dizer, não apenas comigo mas com a própria Comissão de Infra-Estrutura.

Hoje estamos completando 40 dias da visita do Presidente Fernando Henrique ao Nordeste. Faço questão de registrar, porque nós, do Nordeste, parecemos muitas vezes os grandes vilões da União. Inclusive tive a oportunidade, num pronunciamento no Senado, de mostrar que até mesmo em relação a incentivos fiscais, todo mundo acha que o Nordeste é altamente beneficiado. E não o é.

Neste ano temos, no Orçamento, apenas 11% da renúncia fiscal dos incentivos da União.

Com relação a essas obras, até o presente momento, pelo menos no Piauí, não há nenhum sinal de nenhuma providência tomada pelo Governo Federal.

Tenho certeza de que o Governo do Presidente Fernando Henrique é sério, que vai ser diferente de outros.

V. Ex<sup>a</sup>, que já foi Prefeito de Natal e Governador do Rio Grande do Norte por 2 vezes, já foi vítima - como eu que já fui Prefeito de Teresina, Governador do Estado - deste fato: autoridades federais vão à região, anunciam, e esses recursos não chegam.

Tive a oportunidade de dizer aqui que uma vez um Presidente do Incra foi ao Piauí, assinou convênio, de alguns milhões, em solenidade no Palácio do Governo, para assentamento de famílias. Três meses depois, estávamos com passeata promovida pela FE-

TAG, cobrando os recursos que teriam sido repassados pelo Incra ao Governo do Estado do Piauí.

Deixei o Governo um ano depois dessa solenidade, e até aquela oportunidade os recursos não chegaram.

Então, até o presente momento, os R\$2 bilhões e 600 milhões anunciados pelo Governo Federal, pelo menos no Piauí, não chegaram.

Como V. Ex<sup>a</sup> é Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, que tem muito a ver com o assunto de obras paralisadas e faz gestão com a comissão temporária presidida pelo nobre Senador Carlos Wilson, eu sugeriria que V. Ex<sup>a</sup> procurasse saber onde esses recursos vão ser aplicados e quando. Se o serão ainda este ano, no próximo ano, ou apenas no final do Governo do Presidente Fernando Henrique, e quanto será aplicado em cada estado.

É a minha sugestão ao Presidente da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - A sugestão está acolhida. A Presidência registrará a colocação que V. Ex<sup>a</sup> com muita propriedade.

Quero comunicar que, conforme o seu requerimento, enviamos aos dois ministros a solicitação de informações de V. Ex<sup>a</sup>. Já recebemos a primeira resposta. Em relação à segunda, numa conversa pessoal que tive com o Ministro Krause, fiz ver a S. Ex<sup>a</sup> sua preocupação.

**O SR. FREITAS NETO** - V. Ex<sup>a</sup> me informou logo em seguida. Apresentei nesta Casa em um dia e no dia seguinte V. Ex<sup>a</sup> me disse: "Olhe, encontrei hoje com o Ministro Gustavo Krause." Exatamente S. Ex<sup>a</sup>, que é da nossa região, não teve a delicadeza comigo e nem com a comissão de responder.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - A Presidência vai reiterar, com a ênfase devida, a solicitação de informações requeridas com muita propriedade e com direito, até para que não paguemos o preço que pagamos no passado.

**O SR. FREITAS NETO** - Se a preocupação é a manutenção da estabilidade econômica, era para S. Ex<sup>a</sup> dizer: não vai dinheiro nenhum para estado nenhum, para município nenhum.

Aliás, os municípios estão morrendo à míngua. Em todos os Governo, inclusive no Governo do presidente Itamar Franco, nos últimos 6 meses, o Real foi mantido, a inflação, naturalmente, em patamar muito baixo, mas os municípios tinham alguma ação de governo.

Hoje, existe apenas o programa da Comunidade Solidária, que está iniciando, mas que vai abranger um

número mínimo de municípios. Todas as ações serão concentradas apenas nestes municípios.

O Piauí tem 148 cidades, vamos dizer, será contemplado com 20 ou 30 municípios mais adiante, porque, no momento, só isso. São 12 ou 14, e os outros ficarão, naturalmente, morrendo à míngua, sem nenhum programa do Governo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao nobre Senador Arlindo Porto.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Sr. Presidente, faço parte da Comissão de Obras Paralisadas, sob a Presidência do Senador Carlos Wilson.

Hoje, na parte da manhã, tivemos a oportunidade de fazer uma avaliação e, lamentavelmente, estamos chegando a essa mesma conclusão.

A comissão expediu ofícios aos ministérios, solicitando que nos informasse a respeito das obras. E apenas um ministério fez esse encaminhamento e, lamentavelmente, os demais ainda não fizeram.

Nós, hoje, deveremos ter um encontro com o Ministro José Serra, no início da tarde, quando vamos colocar para ele essa posição da comissão. Foi expedida correspondência a todos os municípios e nós já tivemos uma resposta de aproximadamente 400 municípios brasileiros, que informaram a posição de algumas obras.

O objetivo era fazer um cruzamento das informações dos ministérios com as dos municípios e, naturalmente, dos governos estaduais.

É lamentável quando se nota a falta da presença do poder público federal nos municípios. Dos 300 municípios que responderam, em torno de 110 ou 120 apenas registraram obras paralisadas nos seus municípios; os demais lamentam não serem contemplados com obras. Isso é preocupante, quando nós sabemos a carência que o interior do nosso País vive, os municípios vivem, e o Governo Federal centraliza recursos e os coloca em custeio e não consegue fazer nenhum investimento.

Fui encarregado pelo presidente da comissão e estarei levando ao Sr. Ministro José Serra a nossa posição, de que se o Governo Federal apresentar no seu orçamento, que está sendo elaborado, obras novas, não priorizando as obras paralisadas, a nossa comissão estará apresentando o seu protesto e, naturalmente, buscando o apoio dos demais pares, principalmente da Comissão de Infra-Estrutura.

Nós entendemos que seria irresponsabilidade do Governo planejar ou projetar qualquer obra se não colocar primeiro recursos para que as atuais sejam concluídas.

**O SR. FREITAS NETO** - V. Ex<sup>a</sup> vai estar, hoje, com o Ministro José Serra?

V. Ex<sup>a</sup> é representante de Minas Gerais e, naturalmente, S. Ex<sup>a</sup> vai lhe receber. Eu não consigo falar com S. Ex<sup>a</sup> nem por telefone. Sou do Piauí, do Nordeste, e parece que S. Ex<sup>a</sup> não gosta de nordestino.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Nobre Senador, com todo respeito, mas S. Ex<sup>a</sup> estará recebendo não a mim, não quis marcar uma audiência pessoal e não corri esse risco de talvez não ser recebido. Mas não é bem isso, tenho tido a preocupação de evitar procurar os ministérios.

Posso dizer aos colegas que tenho dedicado, integralmente, as minhas ações ao Senado, que é a minha obrigação, não tendo perdido tempo em procurar ministérios.

Alguns deputados e senadores que têm ido aos ministérios, lamentavelmente, quando saem de lá, os mais inexperientes saem entusiasmados com a promessa que foi feita e os mais experientes saem desiludidos com a perda de tempo.

Tenho procurado não perder tempo, porque não estou no tempo mais de ser iludido.

Mas a Comissão marcou audiência e S. Ex<sup>a</sup>, para a comissão, abriu esse espaço.

É lamentável que isso possa acontecer, nós que já tivemos oportunidade de governar estados, eu na condição de vice-Governador, representando o Governador Dr. Hélio Garcia, várias vezes, sentíamos e tínhamos sempre essa preocupação de respeito aos deputados, ao Poder Legislativo. E sabemos que o sucesso de um Governo está na ação coletiva, na ação dos três Poderes.

**O SR. FREITAS NETO** - Ademais, Senador, um governo que tem o apoio total e concreto do Congresso Nacional.

Há muito tempo não tem um governo que tenha tido tanto apoio. E a reciprocidade, até o presente momento, não existe.

Tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique é um homem sensível, é um político que conhece, é um parlamentar e que isso, naturalmente, vai mudar, até porque nós somos representantes. V. Ex<sup>a</sup> veio para cá, representa a sua região, foi vice-governador e, agora, é Senador e tem, naturalmente, que prestar contas da sua atuação.

É isso que está dificultando.

Eu tenho evitado de andar nos ministérios. Tenho andado muito é no Banco do Brasil, pedindo para parcelar dívidas.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Nós sabemos, Sr. Presidente, que o Presidente Fernando Henrique tem recebido um apoio extraordinário. O Poder Legislativo hoje tem demonstrado à Nação a sua responsabilidade no sucesso do País.

Acredito que, em determinados momentos, o Poder Legislativo tem sido excessivamente generoso com algumas propostas que são apresentadas pelo Poder Executivo, tamanha a preocupação de agilidade, tamanha a intenção de exercer a menor interferência possível nas propostas e isso, entendendo eu, é obrigação nossa que demos apoio ao Presidente Fernando Henrique, fazendo com que Sua Excelência pudesse ser eleito.

Sua Excelência tem esse compromisso, mas creio que o respeito ao Poder Legislativo precisa ser implementado. Enquanto não tivermos um Poder Legislativo forte, nós não teremos democracia neste País.

**O SR. NABOR JÚNIOR** - Gostaria de oferecer uma sugestão a V. Ex<sup>a</sup> integrante dessa comissão que vai manter contato com o Ministro José Serra: o Congresso Nacional já tomou a iniciativa de fazer o levantamento das obras iniciadas e não concluídas. Como a prioridade do Governo, pelo que já foi amplamente divulgada, é não iniciar obras novas sem concluir as obras já iniciadas, o próprio Governo deve tomar essa iniciativa para que tivesse conhecimento das obras disseminadas por este país afora. Para que possa alocar, no orçamento da União para o próximo exercício, recursos para a conclusão dessas obras.

O Presidente tem enfatizado isso com muita insistência de não vai iniciar obras novas sem concluir as obras antigas. Nós temos milhares de obras iniciadas e não concluídas e que precisam ter prosseguimento. Será um dinheiro perdido se essas obras não forem concluídas.

O Estado de V. Ex<sup>a</sup> tem a Ferrovia do Aço; na nossa região, tem a Transamazônica, a Cuiabá/Santarém, a extensão da linha de Tucuruí, a pavimentação da BR-364, da BR-316, assim por diante. São milhares de obras iniciadas e não concluídas.

Se a intenção do Governo é dar prosseguimento a essas obras, a primeira medida que tem de ser adotada é alocação de recursos no orçamento do próximo ano, dos anos seguintes para a conclusão dessas obras.

**O SR. ARLINDO PORTO** - Apenas para elucidar essa fragilidade que nós estamos encontrando no trabalho, o Ministro Adib Jatene esteve, recentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos solici-

tando apoio para a criação do IPMF para a saúde - que eu, pessoalmente, sou contra, não a proposta do Sr. Ministro, mas a proposta de criar IPMF para o que quer que seja. Enquanto nós tivermos que receber - a obrigação nossa é recebermos -, cada ministro que precisar de recursos para a sua pasta, com a pasta debaixo do braço, pedindo a criação de novos impostos, dentro de pouco tempo, nós teremos mais 30. Porque cada ministério vai querer a solução.

É uma questão filosófica e, naturalmente, haveremos de discutir esse assunto em outro momento.

O Sr. Ministro, na comissão, dizia que tem o seu ministério em torno de 1.600 obras paralisadas. O relatório encaminhado pelo ministério não apresenta esse número, apresenta pouco mais de 600 obras, que também é um absurdo.

Isso nos dá a preocupação e os leva a ter que fazer uma conciliação e uma confirmação junto aos municípios para buscar saber, na realidade, a quantidade e a necessidade de recursos para investimento e, principalmente, priorizar essas obras. Nós sabemos que algumas delas, nessa fase de contenção de investimento do Governo Federal, fatalmente, não poderão acontecer a curto prazo.

O País tem de ser planejado para obras de curto prazo, de médio prazo, de longo prazo. O que todos nós queremos é isso: É uma postura, uma confirmação, uma informação verdadeira que tenho certeza que o Senador Freitas Neto apresentou exatamente isso. Nós não podemos ser iludidos e jamais poderemos ser coniventes quando uma autoridade ilude as pessoas na boa intenção, o nosso povo do interior, o nosso povo sofrido, que fica naquela expectativa e depois passa a nos cobrar por uma promessa feita, que às vezes não pode ser atendida a curto prazo.

Isso é algo que na política moderna não pode mais acontecer. O período de ficar iludindo as pessoas já é, no meu entendimento, um passado que espero que jamais possa voltar a prevalecer.

**O SR. PRESIDENTE (José Agripino Maia)** - Comunico ao Plenário que, diante da declaração ou da informação trazida pelo Senador Arlindo Porto, vou propor ao Senador Carlos Wilson que nós tenhamos uma audiência conjunta com esses ministros. Até como manifestação de respeito ao Poder Legislativo. Já são decorridos 40 dias, só o Ministério da Saúde nos deu a resposta.

Acho que não estão querendo nem a nossa ajuda, porque o que nós queremos é colaborar, é ajudar. Em última análise é ajudar.

Então, há um duplo problema: o de respeito ao Poder Legislativo e o de demérito a capacidade do Poder Legislativo em ajudar. Não estão confiando que o Poder Legislativo possa ajudar na solução de problemas e não estão respeitando o Poder Legislativo que quer discutir uma questão que é fundamental para a União.

Vou propor ao Senador Carlos Wilson irmos os dois a esses Ministros: dos Transportes, da Educação, das Minas e Energia, para cobrarmos, pessoalmente, essa relação de obras inacabadas no percentual superior a 50%, para que possamos, efetivamente, no segundo semestre iniciar um trabalho produtivo, como é a nossa intenção.

Não havendo mais matérias para serem apreciadas, a Presidência agradece a presença de todos os Srs. Senadores, deseja à todos um proífico e feliz recesso e os aguarda no início do mês de agosto.

Está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 13h02min.)*

## COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**Ata da 14a. Reunião, (Extraordinária) Realizada em 16 de Agosto de 1995.**

Às dez horas e trinta minutos, do dia dezesseis de agosto de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador JOSÉ AGRIPINO, presentes os Senhores Senadores Arlindo Porto, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, Emilia Fernandes, José Roberto Arruda, Fernando Bezerra, Marluce Pinto, Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Vilson Kleinubing, Mauro Miranda, Elcio Alvaes, Romero Jucá e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente dá conhecimento aos membros da Comissão, que o Item nº 1 da pauta foi adiado a pedido do relator da matéria e submete a apreciação da Comissão, extra-pauta, os seguintes requerimentos apresentados: Item nº 01 da pauta. Requerimento nº 012/1995-CI, de autoria do Senador Freitas Neto, que "convoca o Exmº Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Dr. Sérgio Motta e o Brigadeiro Lélvio Viana Lobo, Presidente da Telebrás, para prestarem informações sobre o processo de privatização do setor de telecomunicações.

Iniciada a fase de discussão da matéria, tece considerações a respeito do referido requerimento o Senador Romeu Tuma, enfatizando a importância da presença do Senhor Ministro das Comunicações na Comissão, em face da relevância e pertinência do assunto a ser abordado. Encerrada à discussão, passa-se à votação do requerimento, que na oportunidade é aprovado por unanimidade. Item nº 02. Requerimento nº 013/1995 CI, de autoria do Senador Freitas Neto, que " solicita ao Presidente da CHESF, órgão do Ministério da Minas e Energia, as seguintes informações: 1- Se consta do planejamento da empresa, a curto prazo, a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de São João do Piauí a Eliseu Martins, no Estado do Piauí; 2- Em caso afirmativo, qual a previsão de contratação da obra e seu cronograma de execução; 3- Quais as demais características técnicas da linha de transmissão referida. Encerrada a fase de discussão da matéria, a Presidência passa a votação quando a mesma é aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada juntamente com as notas taquigráficas. – Senador **José Agripino**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Declaro aberta a presente reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

Solicito aos Srs. Senadores aprovação da dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria de submeter à apreciação do Plenário requerimento de autoria do Sr. Senador Freitas Neto (**falha na gravação**), que, na qualidade de membro da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, requer a convocação do Sr. Ministro das Telecomunicações, Dr. Sérgio Motta, e do Sr. Presidente da Telebrás, Brigadeiro Lélvio Viana Lóbo, para prestarem perante esta Comissão depoimento a respeito do processo de privatização do setor de telecomunicações.

Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Sr. Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** - Sr. Presidente, sou favorável à aprovação do requerimento **sub examen**, haja vista ser esta Comissão o fórum correto para se discutir essa matéria.

Dessa maneira, encaminho favoravelmente a votação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Alguém mais deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco a matéria em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Submeto à apreciação do Plenário requerimento do Sr. Senador Freitas Neto, que requer, na qualidade de membro da Comissão de Serviços de Infra-estrutura, sejam solicitadas ao Sr. Presidente da CHESF, órgão do Ministério das Minas e Energia, as seguintes informações:

1) Consta do planejamento da empresa a implantação da linha de transmissão de energia elétrica de São João do Piauí a Eliseu Martins, no mesmo Estado?

2) Caso afirmativo, qual a previsão de contratação da obra e seu cronograma de execução?

3) Quais as demais características técnicas da linha de transmissão referida?

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a matéria, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Tendo em vista a ausência do Sr. Relator do Código de Mineração e com a aprovação dos dois requerimentos do Sr. Senador Freitas Neto, desejo comunicar ao Plenário que impreterivelmente na próxima semana temos de nos reunir para apreciar e votar o Código de Mineração, tema de grande importância, haja vista o momento em que se levam a efeito as privatizações e o investimento de recursos externos no setor mineral.

Assim, na próxima semana, os Srs. Senadores serão avisados para que possamos nos reunir e, sem dúvida nenhuma, começar a apreciar e, se possível, votar o Projeto do Código de Mineração.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h58min.)*

**Comissão de Serviços  
de Infra-Estrutura**

**Ata da 15a. Reunião, (extraordinária) Realizada em 23 de Agosto de 1995.**

Às onze horas e trinta minutos, do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e noventa e cinco,

na sala de reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador José Agripino, presentes os Senhores Senadores Arlindo Porto, José Eduardo Dutra, Romeu Tuma, Freitas Neto, Fernando Bezerra, Nabor Junior, Elcio Alvares, Jonas Pinheiro, Gérson Camata, Geraldo Melo, Marluce Pinto, Ney Suassuna, Emilia Fernandes e Lúdio Coelho, reúne-se a Comissão Permanente de Serviços de Infra-Estrutura. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência passa a apreciação do Item nº 01 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994, não terminativo, que "altera dispositivos do Dec.Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (Código de Mineração)". Autor: Poder Executivo. Relator: Senador Fernando Bezerra. Parecer: Favorável ao projeto com emendas que apresenta. A presidência concede vista do processo aos Senadores Mauro Miranda, José Eduardo Dutra e Romero Jucá, que devolvem sem Voto em Separado.

Iniciada a fase de discussão da matéria, o Senador Gérson Camata apresenta cinco emendas ao projeto, ocasião em que o Relator solicita à Presidência, prazo regimental para que possa analisá-las com mais tempo e perfeição, oportunidade em que é prontamente deferido o pedido. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Celso Antony Parente, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada em conjunto com as notas taquigráficas. — Senador José Agripino, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião.

Está em pauta o parecer do Senador Fernando Bezerra, já proferido em reunião do dia 28 de junho relativo ao Código de Mineração.

Nesta oportunidade, foi concedida vista coletiva aos Srs. Senadores Romero Jucá, José Eduardo Dutra e Mauro Miranda, que apresentaram votos em separado.

Sendo assim, colocarei em discussão.

Em discussão o parecer do Relator. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Algum dos Srs. Senadores deseja apresentar alguma manifestação ou alguma emenda relativa ao relatório do Senador Fernando Bezerra?

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata.

**O SR. GERSON CAMATA** — Sr. Presidente, há quatro emendas que estou apresentando exatamente porque o Senador Ernandes Amorim, não sendo membro não pode se manifestar e estou subscrevendo as emendas que concordo. Agora, pergunto a V. Exª se entra em discussão o parecer do Relator. Não sendo discutido o parecer ele entra em votação, excluídas as emendas destacadas, não só as apresentadas hoje, mas todas as apresentadas na tramitação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Quero esclarecer a V. Exª. que até o momento só o relatório foi apresentado, nenhuma emenda e nenhum voto em separado, muito embora tenha ocorrido pedidos de vistas por parte dos três Senadores e até o momento não foi apresentado nenhum voto em separado.

De modo que, o que está em discussão até o momento é o relatório do Relator. Na medida em que entrem medidas a serem submetidas ao plenário elas serão discutidas e se for solicitado destaque para votação em separado se votará o relatório e, em seguida, as emendas com destaque para votação em separado.

**O SR. GERSON CAMATA** — As emendas já apresentadas que constam no relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Emendas acolhidas pelo Relator e que já constam do relatório.

**O SR. GERSON CAMATA** — As emendas acolhidas pelo Relator vão começar a ser discutidas na medida em que forem sendo apresentadas ou destacadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Exatamente.

**O SR. GERSON CAMATA** — Então, a aprovação do relatório não invalida nenhuma das emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Nenhuma das emendas desde que as emendas sejam colocadas em plenário para apreciação.

**O SR. GERSON CAMATA** — Destacada pelos seus apresentadores. Peço destaque para as minhas emendas que não sei se serão acatadas.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Vou passar às mãos de V. Exª. o requerimento para destaque de votação em separado das emendas apresentadas.

**O SR. GERSON CAMATA** — Vou aguardar o relatório, porque se elas forem acolhidas pelo Relator estou dispensado de fazê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) — Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - O relatório foi apresentado e as emendas eu não as conheço. Preciso ter conhecimento das emendas e se fosse possível a manifestação aqui no plenário eu faria mas se ficar tarde, porque este assunto exige uma reflexão profunda sobre a matéria, pediria que me fosse concedido um tempo para análise.

Entretanto, a partir do conhecimento da matéria, se for coisa simples, poderei emitir um parecer aqui e agora para submetê-lo à votação no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Sujeito ao Senador Gerson Camata que leia as emendas, para melhor compreensão do plenário e se for o caso a manifestação do Relator, ou se ele julgar conveniente pode pedir um tempo para análise das emendas e incorporação ou não no seu relatório.

**O SR. GERSON CAMATA** - Sr. Presidente e Sr. Relator, são cinco emendas em que uma é apresentada ao § 2º do art. 7º que torna nula todas as outorgas proferidas por decreto por Ministro de Estado. Os Ministros de Estado, depois da aprovação...

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Essa é sobre regime de matrícula?

**O SR. GERSON CAMATA** - Não, é a 117 ou 194. Por delegação do Presidente da República de competência exclusiva do Presidente da República ao Ministro de Estado para assinar outorga.

Parece-me que a emenda do Senador Ernandes Amorim - e concordo em gênero, número e grau com ela - que o Presidente não pode delegar competência constitucional ao Ministro para que ele assine atos em nome do Presidente da República e me parece que ocorreu isso. Então, a emenda objetiva exatamente tornar nulos todas as outorgas efetuadas por Ministros de Estado, atendendo à delegação de competência do Presidente da República. Essa é uma emenda.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Gostaria que as emendas, se possível, fossem apresentadas uma por uma. Não entendi qual é a emenda.

**O SR. GERSON CAMATA** - § 2º do art. 7º.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Não existe § 2º no art. 7º. Acrescenta o parágrafo.

**O SR. GERSON CAMATA** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - É uma emenda aditiva.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Se me permite, para compreensão do plenário, acho que deveria...

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Acho que essa matéria é tão importante que podemos estabelecer um diálogo informal em torno delas.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - O art. 7º diz o seguinte:

O aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisas do diretor do DNPM e concessão de lavra, outorgada pelo Ministro de Estado das Minas e Energia.

Parágrafo único - As minas manifestadas e registradas na vigência do art. 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de junho de 1934 e da Lei nº 94, de setembro de 1935, sujeitam-se às prescrições estabelecidas neste código, aplicadas ao regime de concessão.

E acrescenta o seguinte:

As concessões de lavra outorgadas por ato do Ministro de Estado, em delegação de competência originária do Presidente da República, na forma da lei, constituem-se atos nulos por terem sido praticados por desacordo com o art. 84 da Constituição, assegurando-se aos titulares o exercício de direito pretendido, até a convalidação ou não da concessão por ato expedido no fulcro do caput desse artigo, mediante revisão dos procedimentos antecedentes à outorga. O requerimento do titular ou de qualquer pessoa física ou jurídica...

Sr. Presidente, em princípio, sou contra porque significa a anulação de todos os decretos de lavras que há no País, o que causaria um problema de tal magnitude que não teria capacidade de analisá-la agora. Essa outorga era do Presidente da República que delegava ao Ministro.

Essa é uma questão que envolve uma análise, do ponto de vista jurídico, que não tenho capacidade de examinar aqui. No meu entendimento inicial, sou contrário, entretanto, considero um ato de tal gravidade que se houver tendência de aprovação disso gostaria que fosse aprofundado, inclusive ouvindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, porque imagine o transtorno que isso causará. Todas as minas...

**O SR. GERSON CAMATA** - As que foram concedidas no Governo Collor para cá.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Não.

**O SR. GERSON CAMATA** - Quando houve a delegação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Com a palavra o Sr. Senador Ernandes Amorim.

**O SR. ERNANDES AMORIM** - Na realidade, pronunciamos isso no Senado, em alguns discursos fizemos várias denúncias em relação a esse proble-



ma que são concessões dadas recentemente no Governo Collor e só houve essa irregularidade do Governo Collor para cá quando deixaram de conceder ilegalmente decretos passíveis de nulidade. Essa lei só veio corrigir, já que não altera ou prejudica. Ela mesma, depois de aprovada, regulamentada...

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Se é passível de nulidade acho que não caberia, em uma nova lei, analisar isso e sim ao Judiciário, em face à legislação vigente na época. Não sei era da competência introduzir um dispositivo em uma legislação nova, anulando atos recentes do Governo, quando isso era da competência do Judiciário.

Caberia àquelas pessoas que se acham prejudicadas por isso recorrer ao Judiciário no sentido de declarar o ato nulo. Entretanto, quero dizer a esta Comissão que não tenho conhecimento jurídico para uma análise neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Sugeriria que o Senador Gerson Camata lesse a emenda seguinte e ficaria, depois de lidas e discutidas, a cargo do Relator pedir tempo para uma melhor análise das emendas ou defini-las em plenário.

Pediria ao Senador Gerson Camata, se não houver quem mais queira discutir esta primeira emenda, que lesse a segunda emenda.

**O SR. GERSON CAMATA** - A segunda acrescenta ao art. 1º do projeto 117, no seu parágrafo único, a seguinte redação:

Aplica-se ao aproveitamento das substâncias minerais garimpáveis o regime de licenciamento.

É o mesmo que vem para areia e material de construção civil. Então, todas as substâncias minerais garimpáveis podem entrar no regime de licenciamento, regularizando cerca de 300 mil garimpeiros que trabalham nas áreas de extração de areia, calcário, pedra, que podem ser licenciadas através das prefeituras.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Pediria que fossem apresentadas as emendas lidas aqui e que me fosse concedido um tempo para analisá-las, para poder trazer um parecer, ouvindo a equipe técnica que me assessorou na elaboração deste projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Está perfeito. Concedo a palavra ao Senador Gerson Camata, a quem eu pediria que lesse as emendas, todas, para conhecimento do plenário e o Senador Fernando Bezerra disporia...

**O SR. GERSON CAMATA** - Estou encaminhando as cópias para S.Exª, de modo que possa fazer o estudo uma a uma. A Emenda nº 3 emenda o art. 22, a Emenda nº 4 suprime parte do art. 22, do antigo Decreto Lei nº 227/67 e a Emenda nº 5 modifica a redação do inciso I do art. 22, que proíbe a transferência de títulos de mineração ou de licenciamento de terceiros que estão sendo comercializados e vendidos.

**O SR. ERNANDES AMORIM** - Na verdade, segundo o Senador relatou, tenho dificuldades de analisar a primeira em plenário, mas as quatro outras são simples e de fácil entendimento e que poderiam ser discutidas e aprovadas aqui.

**O SR. RELATOR** (Fernando Bezerra) - Se possível gostaria de analisá-las com a equipe me assessorou.

**O SR. PRESIDENTE** (José Agripino Maia) - Está concedido. As emendas estão apresentadas e entregues a V. Exª, que disporá do prazo de quatro sessões. Na próxima reunião de terça-feira teremos condições de fazer uma avaliação das emendas apresentadas e o Relator terá o seu juízo de valor já efetivado.

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, tendo em vista a posição do Relator, gostaria de informar ao plenário que mantive contato pessoal ontem com o Ministro Sérgio Motta, que até manifestou a intenção de vir a esta comissão para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização do sistema telefônico brasileiro, com a maior brevidade possível, o que deve acontecer nos próximos quinze dias.

Não havendo mais nada a discutir, convoço nova reunião para a próxima terça-feira, prazo em que o Relator realizará as emendas apresentadas pelo Senador Ernandes Amorim, esperando ter a oportunidade de após apreciarmos o relatório poderemos votar.

Está encerrada esta reunião.

*(Levanta-se a reunião às 11h44min.)*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 710, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO DE ASSIS DIAS, matrícula 4672, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7, Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 21 de setembro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.


  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 711, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor FRANCISCO DE ASSIS DIAS, matrícula 4672, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7, Especialidade de Transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PT, com efeitos financeiros a partir de 21 de setembro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.

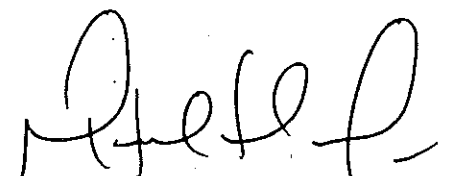
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 712, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

RESOLVE dispensar o servidor ANTONIO MOREIRA SANTOS, matrícula 4023, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7, Especialidade de Transporte, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 27 de setembro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.



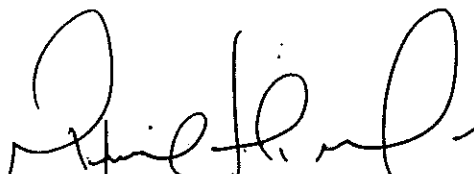
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 713, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor ANTONIO MOREIRA SANTOS, matrícula 4023, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7, Especialidade de Transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete do Senador Gilvam Borges, com efeitos financeiros a partir de 27 de setembro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.



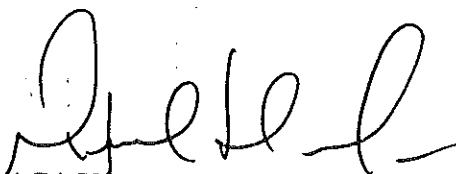
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 714, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, parágrafo 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

**RESOLVE** dispensar a servidora CLEI JESUS PEREIRA, matrícula 1956, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da FUNÇÃO COMISSIONADA de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 03 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 715, DE 1995**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993 e tendo em vista autorização do Presidente do Senado Federal,

**RESOLVE** designar a servidora CLEI JESUS PEREIRA, matrícula 1956, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade: Processo Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Jefferson Peres, com efeitos financeiros a partir de 03 de outubro de 1995.

Senado Federal, 10 de outubro de 1995.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**



**MESA****Presidente**

José Samey – PMDB – AP

**1º Vice-Presidente**

Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL

**2º Vice-Presidente**

Júlio Campos – PFL – MT

**1º Secretário**

Odacir Soares – PFL – RO

**2º Secretário**

Renan Calheiros – PMDB – AL

**3º Secretário**

Levy Dias – PPR – MS

**4º Secretário**

Emandes Amorim – PDT – RO

**Suplentes de Secretário**

Antonio Carlos Valadares – PP – SE

José Eduardo Dutra – PT – SE

Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

Ney Suassuna – PMDB – PB

**CORREGEDOR**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – SP

**CORREGEDORES SUBSTITUTOS**

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

**LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

**Vice-Líderes**

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

**LIDERANÇA DO PMDB****Líder**

Jáder Barbalho

**Vice-Líderes**

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

**Vice-Líderes**

Edison Lobão

Francelino Pereira

**LIDERANÇA DO PSDB****Líder**

Sérgio Machado

**Vice-Líderes**

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

**LIDERANÇA DO PPR****Líder**

Epitácio Cafeteira

**Vice-Líderes**

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júnia Marise

**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Bernardo Cabral

**Vice-Líder**

João França

**LIDERANÇA DO PT****Líder**

Eduardo Suplicy

**Vice-Líder**

Benedita da Silva

**LIDERANÇA DO PTB****Líder**

Valmir Campelo

**Vice-Líderes**

Arlindo Porto

**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Eleito em 19-4-95)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
	<b>PMDB</b>	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerrson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	<b>PFL</b>	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	<b>PSDB</b>	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. Pedro Piva		2. José Ignácio Ferreira
	<b>PPR</b>	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
	<b>PTB</b>	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	<b>PP</b>	
1. Osmar Dias		1. Antônio Carlos Valadares
	<b>PT</b>	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	<b>PDT</b>	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

**Membro Nato**  
Romeu Tuma (Corregedor)



**SECRETARIA LEGISLATIVA  
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: \*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

\*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344  
FAX: 311-4344

## COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENÍ VERAS  
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON  
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VAGO	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

OBS: \*1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ  
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652  
FAX 311 3652

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

## TITULARES

## SUPLENTE

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3061/63
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2161/67
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4208/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1-EDUARDO SUPLICY *1	SP-3215/16
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/67	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1-VAGO	

OBS: \*1 - EDUARDO SUPLICY (PT) - VAGA CEDIDA PELO PSB

\*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311.3972/4612  
FAX: 311-4315

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
**PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO**  
**VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES**  
**(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-vago	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-vago	
vago		7-vago	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-vago	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
vago		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
vago		7-vago	
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
vago		4-vago	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

OBS: \*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - VAGA CEDIDA PELO PT  
 \*2 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95  
 \*3 - MARLUCE PINTO - DESLIGOU-SE DO PTB EM 1º/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.  
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA  
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121  
 FAX: 311-3121

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PMDB	
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
		PFL	
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
		PSDB	
PEDRO RIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
		PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
		PT	
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
		PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
		PTB	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
		PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
		PSB / PL / PPS	
vago			

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS  
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU  
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO  
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254  
FAX: 311-1095

# COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE2451/2457
PPR			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PL			
ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	

OBS: \*1 - OSMAR DIAS - DESLIGOU-SE DO PP EM 22/06/95

\*2 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4807

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

# COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

## TITULARES

## SUPLENTES

PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2- BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB + PL + PPS			
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

OBS: \*1 - ROMEU TUMA - DESLIGOU-SE DO PL EM 07/06/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.  
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS  
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3498/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA  
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3548  
FAX 311.3548



**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(SEÇÃO BRASILEIRA)**  
 (Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN  
 Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER  
 Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO  
 Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

**SENADORES**

Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

Osmar Dias	PP	
	PT	Benedita da Silva
		Eduardo Suplicy
		Lauro Campos
<b>DEPUTADOS</b>		
<b>Titulares</b>		<b>Suplentes</b>
Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Róssetto		Luiz Mainardi

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

### SEMESTRAL

Assinatura Seção I ou II s/ o porte .....	R\$31,00
Porte do Correio .....	<u>R\$ 60,00</u>
Assinatura Seção I ou II c/porte	R\$ 91,00 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF  
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



**EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS**